

GESTÃO SOCIAL • RESPONSABILIDADE SOCIAL • VOLUNTARIADO • TERCEIRO SETOR

FILANTROPIA

#66



ESPECIAL

Fórum Interamericano de Filantropia Estratégica reuniu atores e temas da gestão social

RECURSOS HUMANOS

eSocial facilitará rastreabilidade de inconformidades no cumprimento das obrigações trabalhistas

LEGADOS

FERRAMENTA POUCO EXPLORADA PELAS ENTIDADES,
OS LEGADOS PODEM SER ALTERNATIVA PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS

ENTREVISTA • SALMAN KHAN, FUNDADOR DA KHAN ACADEMY,
COMENTA AS MUDANÇAS DE PARADIGMA E DE VISÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO



..... COLEÇÃO

FILANTROPIA

Cumprindo a missão de democratizar informações para profissionalizar a área social, o Instituto Filantropia tem, entre seus canais de comunicação, três obras técnicas voltadas para captação de recursos, comunicação e fundos patrimoniais



**UM DIA
DE CAPTADOR**

Marcelo Estraviz

**FUNDOS PATRIMONIAIS
CRIAÇÃO E GESTÃO NO BRASIL**

Marcos Kisil, Paula Jancso Fabiani e
Rodrigo Alvarez

COMUNICAÇÃO
VISIBILIDADE E CAPTAÇÃO DE RECURSOS
Marcio Zeppelini



Mais informações:

www.institutofilantropia.org.br

TRABALHO HUMANO DE VALOR OU VALOR HUMANO DO TRABALHO?

“Como? Se já nasci aposentado? Enquanto estiver vivo, vou estar trabalhando. Tudo o que faço é um prazer e não abro mão da felicidade que esse prazer me proporciona”

José Wilker



THAÍS IANNARELLI
Diretora-executiva
do Instituto Filantropia

Recentemente perdemos um dos maiores atores e pensadores do cenário artístico brasileiro. Não temos intenção aqui de mostrar todo o legado cultural que o crítico cearense José Wilker deixou, mas sim, discorrer acerca de uma frase dita por ele à Revista IstoÉ Gente, grafada acima.

Outras frases, como “o trabalho dignifica o homem”, ou mais motivacionais, como “encontre algo com que goste de trabalhar, e você não trabalhará um único dia de sua vida”, atribuída a Confúcio, são ouvidas todos os dias e em todos os lugares. Mas, de fato, Wilker tinha plena razão ao não abrir mão da felicidade do trabalho.

Trabalhar com o que se gosta já é uma benção para qualquer mortal. Trabalhar no Terceiro Setor, desde que apaixonado por essa ocupação, é, então, uma **cobertura de chocolate com várias cerejas em cima do bolo!**

Impossível renegar, nos idos de 1800, as benesses que a Revolução Industrial trouxe ao mundo civilizado. Junto com ela, o assoberbado (e apocalítico) ode ao capitalismo, pelo qual tenta-se fazer mais com menos. Mais máquinas, menos homens; mais horas trabalhadas, menos tempos de lazer; mais dinheiros, menos sorrisos.

E nesse vai-e-vem de 24 horas diárias, nossa vida se transforma numa penúria valoral humana em que o “social” pouco se vive. O lucro é o destino dos ponteiros enlouquecidos de nossos relógios.

Pensando nisso, o grandioso professor Muhammad Yunus, Nobel da Paz, tentou definir o que é, hoje, a moda do mundo lucrativo: o Negócio Social. Em face à chegada de mais um Dia do Trabalho, pensamos: qual o valor de nosso trabalho?

Oras! Todo negócio não deveria ter fins sociais? Não deveríamos pensar sempre nas pessoas que estão envolvidas nos “jobs” nos quais mergulhamos de cabeça, sem abrir mão do lucro? E concluímos, com mais uma interrogação: qual o real **valor humano** de nosso trabalho?

Para quem trabalha com projetos sociais, a resposta parece óbvia. Então, conclamamos que contagem as pessoas à sua volta a **trabalhar por prazer**. Se isso fizer efeito, teremos **mais pessoas pensando nas pessoas**, a real função dos negócios sociais.

Voltando a falar em Wilker, que viveu intensamente 67 anos, devemos colocar bem acima de salário ou posição de sua “caixinha” no organograma de uma organização, a satisfação pessoal – a sua e a das pessoas à sua volta. Afinal, o trabalho não só dignifica a humanidade: ele a felicita, a mantém viva e, sobretudo, dá sentido à sua vida.



MARCIO ZEPPELINI
Presidente
do Instituto Filantropia

Bom trabalho... ops, boa leitura!

ENTREVISTA



Salman Khan

6

VOLUNTARIADO



Como aumentar o engajamento nos programas de voluntariado empresarial?

26

TECNOLOGIA



Tendências da tecnologia no Terceiro Setor

32

DATA FILANTROPIA



Microgeração de energia no Brasil

72

GESTÃO SOCIAL

Ponto de Vista

14 Interligando realidades e recursos em prol do social

Captação de Recursos

16 Captação de recursos por meio de legados

Voluntariado

22 Falsas percepções do trabalho voluntário

Ativismo

29 Vivendo e aprendendo a jogar

Administração

36 IDIS/IPSOS *public affairs*: retrato da doação no Brasil

Contabilidade

40 Organizações religiosas

Recursos Humanos

42 eSocial: Terceiro Setor na marca do pênalti

Legislação

45 Mudanças das regras tributárias do Terceiro Setor

10 RADAR SOCIAL

48 PAINEL DE CONTROLE

76 FIQUE LIGADO!

78 GERAÇÃO DE RENDA

80 REFLEXÃO



MULTIPLICANDO O SUAS

Opinião

53 Um sujeito e duas Políticas de Estado

Conselhos e conselheiros

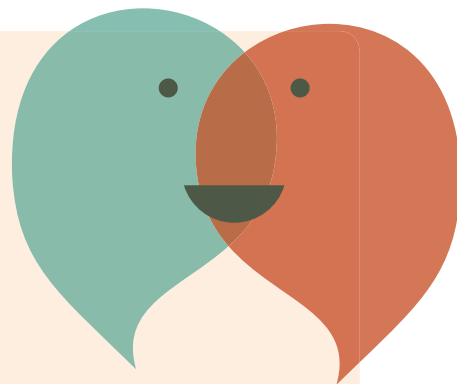
56 Garantir Direitos e Conquistar Cidadania

SUAS Brasil afora

58 Assistência social como forma de promover o desenvolvimento

Ficção

60 A rosa que nasceu sem espinho



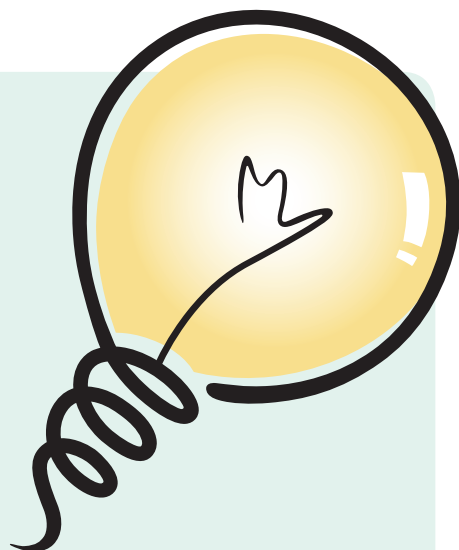
62



MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS POR MEIO DE LEGADOS

FERRAMENTA AINDA POUCO EXPLORADA PELAS ENTIDADES, OS LEGADOS PODEM SER BOA ALTERNATIVA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

71



Empresa mais sustentável

RESPONSABILIDADE SOCIAL

18



Fórum Interamericano de Filantropia
Estratégica: Reunião de pessoas e de ideias

ESPECIAL



www.institutofilantropia.org.br

Rua Bela Cintra, 178 – Consolação – São Paulo – (11) 2626-4019

PRESIDENTE

Marcio Zeppelini

DIRETORA EXECUTIVA

Thaís Iannarelli

ATENDIMENTO

Claudio Ladeira

Edinete Azevedo

Leila Souza

EVENTOS

Rogério Costa

PROJETOS

Mauricio Dias Lopes

CONSELHO CONSULTIVO

Aron Belinky

Dal Marcondes

Fagna Freitas

Fernanda Lyra

Joris Van Wijk

José Chapina

Livio Giosa

Mara Gabrielli

Marcus Nakagawa

Marianne Pinotti

Michel Freller

René Steuer

Rilder Campos

Tomaz de Aquino

CONSELHO DIRETOR

Danilo Tiisel

Felipe Mello

Marcelo Estraviz

Ricardo Oliveira

Rogério Paganatto

CONSELHO HONORIS CAUSA

Alfredo Norberto Fernandes

André da Silva

Cristina Zeppelini

José Mariano Zeppelini

Júlio Leme

Maria Helena Zeppelini

Rafael Baltresca

Reinaldo Oliveira

Roberto Carlos Latini

Silvia Wiedman

ALIADOS ESTRATÉGICOS



PARCEIROS INSTITUCIONAIS



REVISTA FILANTROPIA

ISSN 1677-1362

IDEALIZADORES



IMPRESSÃO



EDITOR GERAL: Marcio Zeppelini (43.722/SP) • **EDITORA-CHEFE:** Thaís Iannarelli (MTB 46.415/SP)

REDAÇÃO: Paula Craveiro | Luciano Guimarães • **EDIÇÃO:** Alexandre José de Assis | Bruna Morais | Daniel Gallo | Felipe Lopes | Karina Watanabe | Luciana Silva Rodrigues | Rodolfo Daufembach Lucas

• **IMAGENS ILUSTRATIVAS:** shutterstock.com

CONSELHO EDITORIAL DELIBERATIVO: Marcelo Monello | Marcio Zeppelini | Marcos Biasioli | Mauro Zeppelini | Ricardo Monello



Realização:



ECONÔMICA
Desenvolvimento Social

XV Congresso Brasileiro do 3º Setor

Direito | Auditoria | Contabilidade | Captação de Recursos

23 de maio de 2014 | Hotel Tivoli Mofarrej | Alameda Santos, 1.437 - São Paulo|SP - Brasil

Objetivo: O programa do Congresso tem por objetivo contribuir com a atualização e o aprimoramento da capacitação profissional dos atores sociais, diante das mudanças legais, contábeis e de sustentabilidade do Terceiro Setor.

Indicação: Administradores/dirigentes públicos e das organizações não governamentais, assistentes sociais, auditores, captadores de recursos, contabilistas, ecônomos e provinciais religiosos, estudantes, membros dos conselhos municipais e estaduais e operadores do Direito.

8h45 Abertura Solene



DR. MARCOS BIASIOLI
Coordenador Geral do Congresso

Primeiro Painel - A Contabilidade Social e a Auditoria do Terceiro Setor

9h00 Contabilidade Social



SEBASTIAN YOSHIZATO SOARES

Sebastian Yoshizato Soares é Sócio do Departamento de Auditoria da KPMG. É formado em Administração de Empresas pela Universidade São Judas Tadeu e em Ciências Contábeis pela Universidade Paulista.

9h30 Auditoria do Terceiro Setor



DEMETRIO COKINOS

É sócio diretor da Cokinos & Associados Auditores Independentes e da Sophia Contabilidade Ltda. Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Mackenzie. Pós Graduado em Finanças Empresariais pela Unisoccon Trevisan e Curso de Controladoria pela FEA-USP. Diretor Social do SESCOB-SP, membro do Ibracon no Grupo Técnico das Firms de Auditoria de Pequeno e Médio Porte da 5ª seção. Revisor de Qualidade CRE (CFC) com registro na CVM, CNAI, Banco Central do Brasil e nas Organizações das Cooperativas do Brasil.

Segundo Painel - A Prestação de Contas do Terceiro Setor aos Órgãos Públicos

10h00 Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) - A nova plataforma do SPED - também aplicável ao Terceiro Setor



DANIEL BELMIRO FONTES

Coordenador Nacional do projeto eSocial da Receita Federal do Brasil. Auditor-Fiscal da Previdência Social em 2004, Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil em 2007, Coordenador de Sistemas de Fiscalização em 2009.

10h30 Coffee-break

11h00 eSocial - Governança e Compliance



ABDIAS MELO

Formação superior em ciências contábeis e especialista em controladoria e gestão financeira pela Unita. Foi executivo da Alcoa Alumínio e de outras multinacionais. Sócio Diretor da Abm&c

Terceiro Painel - Direito do Terceiro Setor

11h30 As Relações do Ministério Público com as Organizações do Terceiro Setor e as Peculiaridades das Prestações de Contas



AIRTON GRAZIOLI

Promotor de Justiça - Curador de Fundações da Capital de São Paulo. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco - USP e especializado em Direitos Difusos pela Escola Superior do Ministério Público, mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores e Promotores de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social - PROFIS - Autor e co-autor das obras: "Fundações Privadas: Das Relações de Poder à Responsabilidade dos Dirigentes" e "Fundações Privadas: Doutrina e Prática".

12h00 Debates do Primeiro, Segundo e Terceiro (parte) Painéis - com os palestrantes presentes na mesa diretora

Coordenador da Mesa:



EDENO TEODORO TOSTES

Coordenador da Câmara do 3º Setor do SESCOB-SP, Contabilista, Diretor da Sorned Contabilidade Especializada, Administrador de Empresas, Administrador de Saúde e Hospitalar, Especialista em Administração do Terceiro Setor (FGV), Conselheiro do CRC-SP (gestão e do CFC, Ex-Diretor do SESCOB-SP.

12h30 Intervalo para Almoço

13h30 CEBAS da Assistência Social



ALESSANDRA LOPES GADIOLI
Diretora substituta do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS, da Secretaria Nacional de Assistência Social/MDS; Assistente Social, Analista de Políticas Públicas do município de Belo Horizonte/MG, cedida ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

14h00 CEBAS da SAÚDE



CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO
Diretora do Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde/DCEBAS/SAS/MS, Secretária Substituta de Atenção à Saúde (SAS), Formada em Psicologia e Gestão em Políticas Públicas.

14h30 CEBAS da EDUCAÇÃO



ENEIDA CARDOSO DE BRITO CORRÊA
Coordenadora de Certificação de Entidades Beneficentes na área da Educação, no Ministério de Educação - MEC, Especialista em Fundamentos Educacionais no Processo de Capacitação de RH para a Administração Pública pela UNB, possui MBA em Planejamento, Orçamento e Gestão Pública pela FGV, Sociologia e Mestranda em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

15h00 Temas Polêmicos da Assistência Social



MARCOS BIASIOLI

Titular da M.Biasioli Advogados, advogado e consultor jurídico do Terceiro Setor, pós-graduado em Direito Empresarial pela The European University, administrador de empresas - Universidade Mackenzie, Conselheiro Administrativo pelo IBGC, foi docente da PUC/SP, UniFMU e Universidade Federal do Espírito Santo, idealizador e membro do Conselho Editorial da Revista Filantropia, foi o vice-presidente e co-idealizador da Primeira Comissão de Direito do Terceiro Setor no Brasil, por meio da OAB/SP, Coordenador Geral do Congresso.

15h30 Debates dos assuntos tratados no 3º Painel (tarde), com os palestrantes disponíveis e presentes na mesa diretora.

Coordenador da Mesa:
MARCOS BIASIOLI

16h00 Coffee-break

Quarto Painel Mobilização de Recursos em prol do Terceiro Setor

16h30 Doações sociais de pessoas de alto poder aquisitivo



MARCOS FLÁVIO CORRÊA AZZI

Diretor do Instituto Azzi, consultor econômico de pessoas físicas de alto poder aquisitivo, para fins de alocação de recursos na área de filantropia. Foi sócio da Hedging-Griffio, corretora e administradora, ora pioneira na administração de recursos independentes no Brasil.

17h00 Tecnologia Social para Impacto de Larga Escala e Criação de Valor Compartilhado - Case "Coletivo Coca-Cola"



DANIELA REDONDO

Gerente de Programas e Operações Sociais do Instituto Coca-Cola Brasil. Bacharel em Administração de Empresas pela Imes-SP, possui MBA pela Coppead-UFRJ, é pós-graduada em Gestão de Pequenas e Médias Empresas pela FGV e em Liderança e Competências de Gerência pela Universidade de Colorado (EUA). Já atuou como franqueada da experiência Intercâmbio Cultural, pioneira no Brasil no segmento, e atuou como Gerente Administrativo-Financeira e de Planejamento das cervejarias Davassa e Eisenbahn.

17h30 Gestão de Recursos no Mercado Capitais como fonte de sustentabilidade do Terceiro Setor



EDIGIMAR ANTONIO MAXIMILIANO JUNIOR

Superintendente Executivo do Banco Bradesco de Investimentos - BBI. Foi executivo do Banco ING, gerente do departamento de tesouraria da GM do Brasil, controlador financeiro e tesoureiro em do Grupo Iguatemi. Formado em Administração de Empresas e Mestrado em Economia e Finanças pela Fundação Getúlio Vargas, concluiu os requerimentos para adquirir seu PHD em Finanças pela FGV em 2011. É professor assistente na FGV, no Departamento de Finanças.

18h00 - Debates do Terceiro (parte) e Quarto Painéis - com os palestrantes presentes na mesa diretora



MODERADORA: SÍLVIA MARIA LOUZA NACCACHE
Coordenadora do Centro de Voluntariado de São Paulo - CVSP. É membro organizador do Grupo de Estudos de Voluntariado Empresarial. Graduada em ciências biomédicas pela universidade Federal de São Paulo - UNIFESP

18h30 Encerramento pelo Coordenador Geral

Inscrição Já www.economica.com.br

APOIO:

PATROCÍNIO

EXPOSITOR

REALIZAÇÃO

www.economica.com.br





EDUCAÇÃO SEM FRONTEIRAS

Educador Salman Khan quebrou paradigmas e inovou ao passar a sala de aula para o espaço virtual

Por **Thaís Iannarelli**

Com o objetivo de oferecer educação de alto nível para qualquer pessoa em qualquer lugar do mundo por meio de vídeo-aulas e exercícios on-line, a Khan Academy é uma organização sem fins lucrativos, criada por Salman Khan, em 2008. A academia funciona também no Brasil, trazida pela Fundação Lemann, em parceria com o Instituto Natura, Instituto Península, Ismart e Fundação Telefônica. Dessa forma, traduz os vídeos e leva ferramenta de exercícios para escolas públicas. Atualmente, há mais de mil vídeos em português sobre matemática, biologia, química e física.

Hoje, mais de 10 mil alunos dos 3º, 4º e 5º anos, dos Estados de São Paulo, Paraná e Ceará, participam do projeto Khan Academy nas escolas. O objetivo é melhorar o desempenho dos alunos em matemática e experimentar a metodologia em sala de aula, enquanto os professores acompanham o aprendizado dos alunos. Quando participou da TED Talks, organização dedicada a espalhar ideias em forma de palestras curtas, Salman Khan falou sobre como começou o trabalho de produção e divulgação das vídeo-aulas até formar a Khan Academy. Confira alguns trechos de sua fala:



Salman Khan: Temos aproximadamente 2.200 vídeos que cobrem desde aritmética básica até cálculos de vetor e mais outras coisas. Temos um milhão de alunos por mês que usam o site, e assistem algo em torno de 100 a 200 mil vídeos por dia. Mas vamos falar sobre como chegamos até aqui. Antes, porém, quero falar um pouco sobre como comecei. Alguns anos atrás eu era analista em um fundo de mercado, e, como estava em Boston, dava aulas on-line para meus primos, em Nova Orleans. E aí comecei a colocar os primeiros vídeos no YouTube, como um suplemento para o que estava ensinando aos meus primos – algo como um lembrete.

Assim que coloquei os primeiros vídeos no YouTube, algo interessante aconteceu – aliás, muitas coisas interessantes aconteceram. A primeira foi o *feedback* dos meus próprios primos. Eles me disseram que preferiam me ver no YouTube do que pessoalmente. E vi que tinha algo muito certo nisso. Eles quiseram dizer que preferiam a versão virtual do primo deles. Primeiro, é muito intuitivo, mas quando você pensa nisso, faz muito sentido. Nesse caso, eles podiam pausar e repetir o vídeo quando quisessem, sem sentir que estavam me fazendo perder tempo com dúvidas e perguntas. Se eles tivessem que revisar algo que aprenderam duas semanas atrás, ou até alguns anos atrás, não precisariam ficar com vergonha de pedir para mim. Eles podiam apenas assistir os vídeos. Se ficassem entediados, podiam passar para frente. Podiam assistir no tempo deles, no ritmo deles. E provavelmente o mais importante é que quando você está aprendendo algo pela primeira vez, a primeira vez que você tenta fazer seu cérebro entender um conceito, a última coisa que se quer é outro ser humano pressionando: “Você entendeu isso?”.

A outra coisa que aconteceu foi que não havia motivos para manter os vídeos bloqueados com senha, então deixei outras pessoas assistirem, e elas começaram a comentar, compartilhar, e passei a receber algumas cartas e retornos de pessoas do mundo todo.

Fui recebendo muitos contatos e percebi que aquilo estava de fato ajudando as pessoas. Quando a audiência começou a aumentar muito, ficou claro que aquilo deveria ser mais do que um hobby para mim. Um exemplo de uma das cartas que recebi: “Meu filho de 12 anos é autista e odeia matemática. Tentamos de tudo, vimos tudo, compramos tudo. Encontramos seu vídeo sobre decimais e ele entendeu. Depois, fomos ver as frações. Novamente, ele aprendeu. Não podíamos acreditar. Ele está tão animado!”. Então imaginem só, eu, que trabalhava no mercado financeiro, achava muito estranho estar fazendo algo de valor social.

Fiquei empolgado, e fui em frente. Então outras coisas aconteceram. Pensei em não só ajudar meus primos, ou as pessoas que enviavam cartas. Como o conteúdo não vai ficar desatualizado nunca, eu poderia ajudar outras crianças e até os netos dessas crianças. Até então, mesmo sabendo que os vídeos seriam um bom suplemento para motivar os alunos, não achei que acabariam entrando nas salas de aula. Mas aí passei a receber cartas de professores, que diziam, “usamos seus vídeos em sala de aula, então mudamos nosso método... eles assistem o vídeo em casa, e fazem os exercícios aqui, conosco”. O benefício é que os alunos podem pausar, repetir e assistir os vídeos, cada um no



FOTO: DIVULGAÇÃO

seu ritmo. Mas o mais interessante é que este formato de aula promove mais interação entre professores e colegas, e a sala de aula fica mais humanizada e integrativa.

Então larguei meu emprego e criei uma organização sem fins lucrativos, e aí fica a pergunta – como dar o próximo passo? Então, nos vídeos, a pessoa tem acesso a dicas, ao passo a passo dos problemas, se não souber resolvê-los. E o processo é assim: você só passa para o próximo conceito se acertar 10 problemas seguidos. E isso é bem diferente do que acontece em uma sala de aula comum.

Em uma sala de aula tradicional, o aluno tem lição de casa, aula, lição de casa, aula, e depois uma prova. E na prova, não importa qual seja sua nota, os professores passam para o próximo tópico. E aí o próximo conceito é ensinado sem que o anterior esteja 100% compreendido. Então para nós, aprender matemática é como aprender a andar de bicicleta. Caia da bicicleta, suba de novo, até aprender a andar de verdade. O modelo tradicional de ensino penaliza você pela experimentação e falha, mas não espera a perfeição. Nós encorajamos as pessoas a experimentar. Encorajamos a falhar, mas esperamos a perfeição, que os alunos aprendam todo o conteúdo.

Acredito no aprendizado diferenciado – cada um tem seu ritmo, e neste modelo, alguns grupos passam por certos tipos de conteúdo mais rapidamente do que outros. Em um modelo tradicional de ensino, já seriam tachados como as crianças prodígio e as crianças mais lentas. Além da aplicação nas salas de aula, imaginem um adulto que tem vergonha de voltar e aprender o que deveria ter aprendido anos atrás? Ou uma criança da Índia, por exemplo, que precisa trabalhar para sustentar a família e não pode ir à escola? Estamos tentando construir justamente isso, a noção de que o mundo todo pode interagir e se tornar uma única sala de aula. 📖



CONSULTORIA CONTÁBIL E FISCAL PARA O 3º SETOR

*Mais de 45 anos de
Compromisso com
as Entidades do
Terceiro Setor*

A Monello Contadores traz inovação e técnica contábil para as empresas do Terceiro Setor, Sua missão é promover segurança, transparência, planejamento e os melhores resultados, visando assim o desenvolvimento social de seus parceiros.

Nossa visão é prestar serviços contábeis, fiscais e de assessoria, sempre pautados pela ética, responsabilidade social e ambiental, características essenciais do Terceiro Setor.

O principal intuito da Monello Contadores é oferecer os melhores serviços àqueles que têm o interesse em se tornar parceiro na construções de um País mais justo e solidário.



CONSULTORIA CONTÁBIL E FISCAL PARA O 3º SETOR

Escritório Contábil Dom Bosco

SÃO PAULO/SP:

Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655 - 1º e 2º Andar

Perdizes - CEP 01150-001

Fone/Fax: (11) 3868.6333

www.monellocontadores.com.br



CONSUMIDOR BRASILEIRO ESTÁ ENTRE OS MAIS 'SUSTENTÁVEIS'

Pesquisa divulgada recentemente pela Tetra Pak – fabricante de embalagens cartonadas para alimentos – mostra que a população vem dando mais importância ao conceito de sustentabilidade. Segundo o levantamento, feito com consumidores de 13 países para medir a sustentabilidade na hora da compra, os brasileiros estão mais conscientes e tomando atitudes que ajudam a preservar o meio ambiente. A pesquisa ouviu mais de 7 mil pessoas (Brasil, Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha, Bélgica, Holanda, África do Sul, Turquia, Índia, Rússia, China e Japão) e representantes da indústria de alimentos e bebidas, dos governos e formadores de opinião. Os melhores resultados apareceram em

países em desenvolvimento, como o Brasil, onde 32% dos consumidores consideram a preservação do meio ambiente como um indicador de qualidade de vida. Nos países desenvolvidos são apenas 12%. Ainda de acordo com o estudo, 37% dos consumidores buscam regularmente selos ambientais, sendo que 54% deles confiam nas informações contidas nas embalagens dos produtos. Este número representa aumento de quase 20% em comparação com as opiniões de 2011. Além disso, em todo o mundo, um em cada cinco consumidores reconhece o selo do Forest Stewardship Council (FSC), e associa a imagem com uma gestão florestal sustentável.

 www.tetrapak.com

MINISTÉRIO DA SAÚDE INICIA ENTREGA DE EQUIPAMENTOS PARA TESTE RÁPIDO DE TUBERCULOSE

O Ministério da Saúde começou, na última semana de março, a distribuição de 50 equipamentos de teste rápido de tuberculose aos Estados de Amazonas, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, além do Distrito Federal. Até maio, todos os Estados brasileiros devem receber os equipamentos, possibilitando a introdução do teste no Sistema Único de Saúde (SUS) ainda no primeiro semestre do ano. A oferta do diagnóstico, que tem capacidade de detectar a presença do bacilo causador da doença em duas horas, foi anunciada em 24 de março, no Dia Mundial de Luta contra a Tuberculose. A previsão é que os testes *Gene Xpert* já estejam disponíveis na rede de saúde, dos cinco estados e do Distrito Federal, a partir da primeira semana de abril. Além de detectar a presença do bacilo causador da doença em duas horas, o novo equipamento identifica se há resistência ao antibiótico rifampicina, usado no tratamento da doença.

 www.saude.gov.br



REDE DE CONHECIMENTO SOBRE A AMAZÔNIA IDENTIFICARÁ SOLUÇÕES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL À ONU

A Fundação Amazonas Sustentável (FAS) lançou no Brasil a Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável para a Amazônia (SDSN-Amazônia) como parte da Rede de Soluções para Sustentabilidade da ONU (UN-SDSN), que mobiliza conhecimento científico e tecnológico global sobre os desafios do desenvolvimento sustentável. A SDSN-Amazônia contará com a participação de pesquisadores, tomadores de decisões, especialistas e líderes empresariais para catalisar e construir soluções para a sustentabilidade com base em experiências da Amazônia Continental, que abrange nove países. Essas experiências devem ser adaptadas e replicadas para regiões em desenvolvimento com desafios parecidos da Amazônia, como a África Central (Bacia do Congo) e o Sudeste Asiático (Indonésia e Vietnã). Dessa forma, poderão colaborar para o quadro de metas e objetivos para o desenvolvimento sustentável pós-2015. Por meio de plataforma online, a SDSN-Amazônia promoverá o diálogo e informará políticos com base em evidências técnicas e científicas sobre as questões e prioridades identificadas pelos governos. Assim, trará soluções embasadas em grande escala, com o engajamento da sociedade civil e apoio de políticas públicas. Isso está intimamente ligado com os desafios que muitos países vêm sofrendo, como o Brasil, com altas temperaturas, que geram seca, falta d'água e até de energia, ou as fortes chuvas, que ocasionam enchentes.

 fas-amazonas.org



FOTO: DIVULGAÇÃO

LENINE LANÇA TURNÊ SOCIOAMBIENTAL PELO BRASIL

Em março, o cantor pernambucano Lenine deu início a uma turnê por 12 projetos socioambientais pelo Brasil para encontros com as comunidades, gestores, técnicos e, claro, para fazer o que mais gosta: música. Os *Encontros Socioambientais com Lenine - Música e Sustentabilidade numa só nota* percorrerão projetos no Acre, Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Ceará, Maranhão, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. O projeto integra as atividades do Programa Petrobras Socioambiental. A proposta inclui a visita do cantor e compositor aos projetos patrocinados pela estatal e o show em celebração com a comunidade local.

 www.lenine.com.br

Cantor durante turnê Encontros Socioambientais com Lenine - Música e Sustentabilidade numa nota só



BRASIL OCUPA 46º LUGAR EM ÍNDICE DE BEM-ESTAR SOCIAL

Um novo indicador de bem-estar social, elaborado pelo instituto norte-americano Social Progress Imperative e divulgado nesta quinta-feira, mostra o Brasil em 46º lugar entre 132 países avaliados. O “ranking” mostra o Brasil melhor colocado no quesito progresso social do que em renda. Pelo critério de rendimento “per capita” da população, o país estaria na 57ª colocação. O indicador, elaborado pela Harvard Business School, a consultoria Deloitte Touche Tohmatsu e a Skoll Foundation, mostra, no entanto, que o país ainda deixa a desejar no critério “necessidades básicas”, que trata de temas como segurança pública e acesso ao

saneamento básico. O Indicador de Progresso Social é mais abrangente do que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), da ONU, que mede a qualidade de vida com base na renda, educação e esperança de vida de uma população. No IDH, o Brasil ocupa a 85ª posição entre 170 países. O Brasil é o melhor classificado entre os Brics, conforme o índice – os autores destacam que China e Índia vivem crescimento acelerado, mas que não se converteu, ainda, em mais qualidade de vida aos cidadãos. Além disso, o relatório informa que a maioria dos países latino-americanos surpreendeu positivamente. As

melhores notas do Brasil foram registradas em liberdades pessoais (27º lugar no “ranking”), item que inclui liberdade religiosa e acesso à contracepção. Também tem boa avaliação em tolerância e inclusão (33º), acesso a ensino básico (38º) e moradia (53º). Por outro lado, ficou mal posicionado quando os temas são segurança pessoal (122º lugar), que inclui taxa de homicídios e percepção da criminalidade. Trata-se de um problema epidêmico na América Latina. Dos 15 piores países neste tópico, nove estão na região – o Brasil é um deles.

📧 www.socialprogressimperative.org



SANCIONADA LEI QUE DIFICULTA FECHAMENTO DE ESCOLAS RURAIS E QUILOMBOLAS

A presidenta Dilma Rousseff sancionou lei que dificulta o fechamento de escolas rurais, indígenas e quilombolas. A lei nº 12.960, de 27 de março, altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para fazer constar exigência de manifestação de órgão normativo – como os conselhos municipais de Educação – do sistema de ensino para o fechamento desse tipo de escola. A lei foi publicada em 28 de março no Diário Oficial da União. Além de exigir que o órgão normativo opine sobre o fechamento de unidade de ensino nessas áreas, estabelece que a comunidade escolar deverá ser ouvida e a Secretaria de Educação do Estado deverá justificar a necessidade de encerramento das atividades da escola. O projeto é de autoria do Executivo e, ao justificar a proposta, o então ministro da Educação, Aloizio Mercadante, destacou que nos últimos cinco anos foram fechadas mais de 13 mil escolas do campo. Segundo ele, decisões tomadas sem consulta causam transtornos à população rural que deixa de ser atendida ou passa a demandar serviços de transporte escolar.

📧 www.etc.com.br



FOTO: DIVULGAÇÃO

SETE MILHÕES DE MORTES EM 2012 FORAM ASSOCIADAS À POLUIÇÃO

Cerca de 7 milhões de pessoas morreram em 2012 por exposição à poluição do ar, que se transformou no maior fator de risco ambiental para a saúde no mundo, alertou a Organização Mundial da Saúde (OMS). Segundo o levantamento, divulgado em 25 de março, uma em cada oito mortes naquele ano foi causada pela exposição à poluição do ar, dado que duplica números anteriores e confirma que a poluição do ar é agora o maior fator de risco ambiental para a saúde humana. Segundo as estimativas, a poluição do ar interior esteve ligada a 4,3 milhões de mortes em 2012 em lares com fogões a carvão, lenha ou biomassa.

A poluição do ar exterior está na origem de 3,7 milhões de mortes em todo o mundo. Como há muitas pessoas expostas à poluição interior e exterior, a mortalidade associada às duas fontes não pode ser simplesmente adicionada. Os novos dados revelam uma ligação mais forte entre exposição à poluição do ar interior e exterior e as doenças cardiovasculares, como o AVC e a cardiopatia isquêmica, assim como a poluição do ar e o câncer. Essas ligações juntam-se ao papel da poluição do ar no desenvolvimento de doenças respiratórias, incluindo infecções agudas e doenças pulmonares obstrutivas crônicas.

www.paho.org/bra

ONU ALERTA PARA MAIS SECAS, INUNDAÇÕES E INCÊNDIOS FLORESTAIS NA EUROPA

O Painel Intergovernamental da Organização das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (IPCC) alertou, em 31 de março, para maior risco de secas, inundações e incêndios florestais na Europa devido aos efeitos das mudanças climáticas tanto a curto quanto a médio prazo. A conclusão consta do relatório apresentado em Yokohama (Japão), elaborado por cerca de 500 cientistas e representantes políticos, em que é analisado o conhecimento atual das mudanças climáticas e o seu impacto no homem e na natureza em diferentes pontos do mundo. O relatório analisa os impactos das alterações climáticas atualmente, a médio (entre 2030 e 2040) e a longo prazo (2080-2100), tendo em conta um aquecimento global entre 2 e 4 graus centígrados, baseado em projeções atuais. No caso da Europa, as mudanças provocarão aumento das restrições de água devido à "significativa redução da extração dos rios e aquíferos subterrâneos", combinada com o aumento da procura para irrigação, energia, indústria e uso doméstico, diz o documento citado pelas agências internacionais. Outro risco refere-se ao aumento do calor, que pode ter impacto negativo na saúde e no bem-estar da população, na produtividade, na produção agrícola e na qualidade do ar, bem como ao risco de incêndios florestais.

www.ebc.com.br



FOTO: DIVULGAÇÃO

INTERLIGANDO REALIDADES E RECURSOS EM PROL DO SOCIAL

LEONA FORMAN, FUNDADORA DA BRAZIL FOUNDATION, FALA SOBRE INVESTIMENTOS SOCIAIS EM PROJETOS BRASILEIROS E MUDANÇAS NA ÁREA DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Por **Thaís Iannarelli**

Chinesa de origem judaica e naturalizada brasileira, Leona Forman chegou ao Brasil em 1953 e formou-se em jornalismo. Atuou como editora de notícias internacionais no O Globo e como repórter no Jornal do Brasil, assim como 20 anos na ONU, em Nova York, promovendo assuntos voltados para ONGs. Ao se aposentar, com o objetivo de reconstruir sua relação com o Brasil – como forma de retribuir as oportunidades de estudo e qualificação profissional que teve no país, criou a Brazil Foundation. A instituição tem o objetivo de apoiar o trabalho das ONGs brasileiras, criando relacionamentos entre brasileiros que vivem nos Estados Unidos e projetos sociais no país sul-americano. Dessa forma, a Brazil Foundation tornou-se um mecanismo confiável para essas pessoas que querem investir em projetos do seu próprio país, já que a instituição seleciona os projetos e oferece este serviço aos doadores.

Em entrevista à **Revista Filantropia**, Leona fala de sua experiência e de sua visão sobre a área de captação de recursos no Brasil.

Revista Filantropia: O que a levou a criar a Brazil Foundation? Como foi o início dos trabalhos?

Leona Forman: Não havia nenhuma instituição brasileira que tivesse como objetivo “gerar recursos para projetos sociais transformadores no Brasil”, trabalhando nas áreas de educação, saúde, direitos humanos, cidadania e cultura. Na verdade, as áreas são muito inclusivas e abrangem mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência, meio ambiente e educação em todos os níveis. Demos total liberdade para as ONGs enviarem suas propostas, um diagnóstico do que podiam e deviam fazer dentro das comunidades onde estão situadas. Com os primeiros recursos captados, fizemos um edital de nível nacional – tínhamos US\$ 30 mil naquela ocasião, e com isso poderíamos beneficiar três projetos – no Sul da Bahia, em Campinas e em São Paulo –, e ainda conseguimos apoiar um prêmio de incentivo na Baixada Fluminense. Acredito que todos os projetos sejam produtivos até hoje, com impacto cada vez maior. Tenho muito orgulho da nossa equipe de seleção situada no Rio de Janeiro, assim como da nossa metodologia de capacitação e monitoramento.

RF: Como você analisa o cenário da aplicação de recursos internacionais em projetos no Brasil hoje? Houve mudanças de 10 anos para cá?

LF: Sim. O Brasil ganhou a classificação de *investment grade* no Mercado Financeiro. Isso significa que, entre países emergentes, ele é recomendado pelos analistas financeiros e até lidera em termos de recebimento de investimentos financeiros. Com essa classificação, recursos de todo o mundo passaram a chegar, o que contribuiu com o crescimento da indústria e do mercado no país. Assim, fundações internacionais e agências de desenvolvimento passaram a ajudar países considerados mais pobres, ou seja, desviaram sua atenção para a África e países do Caribe. Muitas ONGs no país se sentiram abandonadas, e suas necessidades financeiras ficaram sem apoio. Fundações nacionais e institutos empresariais surgiram para suprir a lacuna, mas atendem geralmente comunidades no seu entorno e a metodologia de apoio é bem diferente. Parcerias com as ONGs ainda estão no seu estágio embrionário.

RF: Como você vê o cenário do Terceiro Setor no Brasil atualmente, se fosse fazer uma comparação com esta realidade nos Estados Unidos e na Europa?

LF: Acho que o cenário do Terceiro Setor tem um fator comum – a dificuldade de conseguir recursos para projetos realmente transformadores. Nos Estados Unidos, o setor tem quase um século de existência; no Brasil, começou a se desenvolver, passando da visão de caridade para investimento social depois de 1988. Temos muito pela frente. As ONGs europeias têm uma característica interessante: muitas vezes são parceiras do governo, isto é, são contratadas e financiadas para realizar projetos, e o governo depende delas para que sejam implementados. Parece um paradoxo, ver as ONGs monitorando projetos do governo, pagos pelo próprio governo! A transparência e o regulamento formal permitem isso.

RF: Quais são os principais passos que as organizações do Brasil ainda precisam tomar para tornarem-se mais profissionalizadas e sustentáveis?

LF: Tendo participado do primeiro Fórum Internacional de Filantropia Estratégica, senti que há muita seriedade por parte de pequenas e médias organizações da sociedade civil de seguirem preceitos como transparência, assim como a compreensão de que é necessário administrar o trabalho dentro de regulamentos de contabilidade, auditoria e leis para o setor. Senti muita energia na vontade de crescer e fazer cada vez mais e melhor. Percebi que elas têm vontade de se preparar para poder formalizar parcerias, seja com agências de governo ou com empresas. Senti o fascínio pela comunicação, tanto para poder trabalhar em rede e aumentar impacto, como para estarem bem informadas. Senti também o novo conceito e respeito pelo trabalho voluntário.

RF: O Brasil é um país muito grande. Como você analisa as diferenças de atuação entre as regiões, quando se trata de desenvolvimento social?

LF: O país realmente é abençoado nas suas dimensões e riqueza. Grande parte da população quer mais igualdade, mais justiça, mais oportunidades de progresso. Diferentemente de países mais desenvolvidos, temos energia e mais esperança entre aqueles que ainda precisam de apoio. Acredito que as regiões, por mais diferenciadas que sejam, aproximam-se com tecnologia e comunicação cada vez mais acessíveis. Acredito na vontade de agir, de participar, de fazer. Acredito nos nossos jovens, que precisam de todos nós para dar-lhes a chance. Acredito que com a mobilização de todos os setores da sociedade, vamos ter um Brasil melhor para todos. 🇧🇷

CAPTAÇÃO DE RECURSOS POR MEIO DE LEGADOS

Você já avaliou esta forma de captação para sua organização?

Este assunto é pouco divulgado no mundo e principalmente no Brasil, pois de maneira geral não gostamos de falar ou planejar a nossa morte. Planejamento? Sim, porque para que se possa deixar algo para terceiros é necessário planejar, fazer as coisas com consciência e de acordo com a legislação.

Em novembro de 2013, no evento ONG Brasil, aconteceu um debate sobre legados, promovido pela Associação Brasileira de Captação de Recursos (ABCR).

Mas, afinal, o que é legado? Neste evento, moderado pelo advogado Danilo Tiisel, coordenador do Grupo Temático de Captação de Recursos e Direito da ABCR, e com os palestrantes Claudio Porto, da OAB/SP, Bruno Benjamim, da Action Aid, e Marcelo Estraviz, fundador e ex-presidente da ABCR, o moderador definiu legado como sendo coisa certa e determinada deixada a alguém, denominado legatário, em testamento ou ato de última vontade.

Pode-se dizer também que é quando uma pessoa deixa um bem para uma organização em testamento. Ou é coisa certa e determinada deixada a um beneficiário em testamento, como manifestação da última vontade. Ou ainda, é a parte da herança deixada pelo testador a quem não seja herdeiro. Esta última definição, para mim, é a que espelha melhor o que é legado.

Por isso, é primeiro necessário definir o que é herança. É aquilo que se transmite por hereditariedade, como as propriedades, carros, dinheiro em conta corrente etc. E o testamento, por sua vez, é o ato pelo qual uma pessoa, o testador, determina como deseja dispor seus bens depois de sua morte. E, finalmente, qual é a diferença entre herdeiro e legatário?





◀ SANDRA HELENA PEDROSO é doutoranda em Ciências Políticas no IUPERJ/UCAM. Mestre em Sistema de Gestão de Projetos Sociais pela UFF. É diretora de capacitação da ABCR e do Ateliê de Cultura.

HERDEIRO

- Aferre todos ou fração dos direitos patrimoniais do *de cujus* sem discriminar o valor ou objeto, além de representar a pessoa falecida nos efeitos patrimoniais.

LEGATÁRIO

- Recebe coisa determinada e precisa, ou seja, uma porção concreta do acervo hereditário;
- Não representa a pessoa falecida;
- Responderá pelas dívidas quando a herança for insolvável ou por determinação do testador.

Existem diversos tipos de legados, mas o mais importante para as organizações é tudo o que for deixado expressamente em testamento pelas pessoas para a manutenção ou destino certo, mais conhecido como legado de usufruto.

Em um artigo publicado na página da editoria Folha Empreendedor Social, da Folha de S.Paulo, em julho de 2012, João Paulo Vergueiro, presidente da ABCR, relata um estudo publicado nos Estados Unidos, o *Giving USA Report*, de 2011. Este estudo apresenta que, em 2010, as doações nos Estados Unidos atingiram um valor estimado de 298 bilhões de dólares (cerca de 707 milhões de reais), dos quais 8% (US\$ 24 bilhões) foram realizadas a partir de legado/heranças.

Por esses dados, pode-se constatar que esse número tende a crescer, principalmente se levarmos em conta a quantidade de pessoas no mundo que não têm herdeiros diretos e acumularam riquezas, ou ainda os que acreditam que podem ajudar a fazer um mundo melhor. Dessa forma, deixam parte dos seus bens para as organizações.

Quando deixamos um legado, é possível doar não somente imóveis, mas dinheiro, ações ou bens móveis. Muitas vezes imaginamos que é preciso envolver grandes fortunas, mas na verdade pode ser um único imóvel ou similar. É preferível destinar bens para uma organização confiável e de afinidade com a causa do que deixá-los para as prefeituras, que poderão ou não fazer bom uso daquela sua propriedade.

Isso pode ser ilustrado pelo caso de Bill e Melinda Gates, que doaram seus bens a uma fundação que leva o seu nome, com o propósito de apoiar organizações de auxílio humanitário para investigação médica, para melhorar a qualidade do ensino e proporcionar novas oportunidades de aprendizagem.

Quando deixamos um legado, é possível doar não somente imóveis, mas dinheiro, ações ou bens móveis. Muitas vezes imaginamos que é preciso envolver grandes fortunas, mas na verdade pode ser um único imóvel ou similar

Esta é uma nova estratégia de captação de recursos, mas são necessários tempo e disposição para organizar um bom departamento focado nesta divisão. Diversas organizações no mundo desenvolvem ações de captação de recursos via legados, pois isso gera receita certa, contínua e livre de encargos. Há os exemplos de organizações como a Action Aid, Give Green Canadá, Greenpeace, entre outras, que já direcionam parte de suas campanhas de captação a este segmento.

No caso do Brasil, seria interessante desenvolver uma campanha direcionada a essas pessoas que não têm parentes, sem excluir ainda as que têm vários bens. De acordo com a legislação brasileira, pessoas podem destinar parte dos seus bens para as organizações via legados, explicando como fazer um testamento, quem pode ser o testamenteiro, o que pode e como deixar. Principalmente, não existe custo para fazer isso, pois o testamento pode ser feito de forma particular na presença de três testemunhas, que deverão estar presentes na hora da abertura do mesmo. Outra forma é direcionar diretamente a um cartório o que seria um documento público, como uma procuração.

Como estamos no Brasil, vale lembrar dos impostos sobre a herança ao planejar a doação. Existe o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e o Imposto sobre Transmissão de Causa Mortis (ITCM), que, de maneira geral, varia de 1 a 8% cada um, dependendo da localidade. 🏡

Referências

<http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2012/10/04/testamento-sucessao-e-partilha-de-bens-ainda-em-vida/>
<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaFisica/DOI/Perguntas/HerancaLegadoMeacao.htm>
<http://www.assisefe.org.br/editoriais/heranca-ou-legado/>
<http://www.viajus.com.br/viajus.php?pagina=artigos&id=3385&idAreaSel=5&seeArt=yes>
<http://www.icrc.org/por/donations/bequests-legacyes/index.jsp>
<http://www.greenpeace.org/argentina/es/sobre-nosotros/legados>



REUNIÃO DE PESSOAS E DE IDEIAS

FIFE 2014, REALIZADO PELO INSTITUTO FILANTROPIA, REUNIU 300 PESSOAS E ABORDOU TEMAS VOLTADOS À GESTÃO DO TERCEIRO SETOR



FOTO: CURTIA IDEIA

Por Thais Iannarelli

Nos dias 11 a 14 de março de 2014, o Instituto Filantropia realizou a primeira edição do Fórum Interamericano de Filantropia Estratégica (FIFE), que aconteceu em Natal, no Rio Grande do Norte. Aproximadamente 300 pessoas de todo o Brasil participaram e puderam compartilhar suas experiências nesta oportunidade. “O Fife foi criado para refletirmos e debatermos a Filantropia Estratégica, ou seja, aquela que não age somente com a emoção, mas também com a razão. É aquela filantropia em que agimos no presente, com um olho no futuro, para que aquele problema não exista mais”, diz Marcio Zeppelini, presidente do Instituto Filantropia e idealizador do evento.

“O FIFE foi uma oportunidade de trocas de conhecimentos, relacionamento e, principalmente, de escutar as histórias das organizações regionais. O Brasil é um país continental e precisa de eventos como este para a troca de contatos, das boas práticas e das práticas que não deram certo”, conta Marcus Nakagawa, um dos palestrantes do evento. A intenção deste tipo de iniciativa é que essas instituições se fortaleçam e alcancem autonomia e sustentabilidade. O FIFE reuniu aproximadamente 40 palestrantes de várias áreas de expertise, e procurou oferecer aos participantes a oportunidade de estabelecer uma rede de conhecimento, aprendizado e crescimento profissional.



A abertura do evento contou com a participação da Orquestra Talento, projeto da Casa Talento, organização de Natal que tem como objetivo proporcionar o aprendizado da música a jovens em situação de vulnerabilidade. Em seguida, Rafael Baltresca realizou a palestra motivacional “A magia do (im)possível”.

Nos dois dias que se seguiram, o conteúdo técnico dominou as cinco salas que aconteciam simultaneamente no Fórum. “A diversidade dos temas das palestras, painéis e oficinas pautaram praticamente todos os pontos importantes que as instituições necessitam para suas ações”, conta Fabio Beneduce, um dos palestrantes do evento que participou da mesa redonda sobre inovação e sustentabilidade. E este foi o objetivo. Nas manhãs, os participantes puderam escolher participar de quatro dentre vinte temas selecionados sobre gestão, entre eles: Siconv, Tecnologias voltadas para o Terceiro Setor, Legislação Trabalhista, Marketing Direto, Planejamento Orçamentário, Desenvolvimento Comunitário, Contabilidade e Recursos de Organizações Religiosas, Indicadores e Monitoramento de Projetos Sociais, Organização de Eventos, Auditoria, Recursos Internacionais, Demonstrações Contábeis, Cebas, Incentivos Fiscais, entre outros. Essas oficinas tinham duas horas de duração e foram divididas em cinco salas.

“Destaco a atualidade e relevância dos temas tratados, com especialistas nos assuntos, e a forma de abordagem em painéis foi muito dinâmico e objetivo, contribuindo para o entendimento e despertando o interesse para pesquisas mais aprofundadas”, enfatiza Alan Lobo, dos Correios, incentivador do evento. Nos períodos da tarde, os participantes tiveram a oportunidade de assistir a mesas redondas e painéis de discussão sobre temas relevantes para a área, sempre com três profissionais presentes. Cleber Fernando de Almeida, representante do Ministério do Planejamento, falou sobre as transferências voluntárias da União, por meio do Siconv, e foi seguido pelos profissionais Carlos Ferrari, Ricardo Monello e Rilder Campos, que debateram a certificação da assistência social. Outros temas relevantes foram a contabilidade gerencial e o investimento social, assim como a intersetorialidade e a inclusão social como responsabilidade de todos.

O FIFE contou também com momentos de tira-dúvidas, que funcionavam como uma “consultoria coletiva” sobre temas diversos. Profissionais da área ficavam à disposição dos participantes para tirarem dúvidas sobre elaboração de projetos, legislação trabalhista, voluntariado, Siconv, indicadores de projetos e contabilidade. “O FIFE agregou muito aprendizado, motivou-nos e trouxe ideias para sermos mais eficazes e éticos no Terceiro Setor, contribuindo

para o alcance e até mesmo a expansão dos nossos objetivos enquanto organização. Já começamos a realizar novas práticas a partir do evento, que, com certeza, trarão resultados muito positivos, para a organização, para a equipe e principalmente para nosso público alvo: crianças, adolescentes e famílias”, conta Sara Vargas, participante do FIFE que atua na ONG Pontes de Amor, em Uberlândia.

As palestras de encerramento foram realizadas por duas palestrantes internacionais: Leona Forman, fundadora da Brazil Foundation, que falou sobre o Desenvolvimento Socioeconômico Brasileiro e o Cidadão Internacional; e Rosa Morales, que atua com voluntariado e captação de recursos no México, representante do Institute for Charitable Giving

O OBJETIVO DO EVENTO FOI O DE CRIAR MAIS UMA INICIATIVA PARA COLOCAR EM PRÁTICA A MISSÃO DO INSTITUTO: DEMOCRATIZAR INFORMAÇÕES VOLTADAS PARA A GESTÃO E A PROFISSIONALIZAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS POR MEIO DE DIVERSOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO, COMO PUBLICAÇÕES E EVENTOS

e atuante do YMCA México, que falou sobre “A arte da Filantropia” e de ferramentas para a facilitação de doações e sustentabilidade da missão. “Foi especial. Adorei! Achei muito interessante estarmos juntos no mesmo espaço, o convívio e o conhecimento e a oportunidade de conhecer e trocar o tempo todo! Gostei dos temas e painéis e dos palestrantes. Foram muito dinâmicos, atenciosos e generosos em suas falas”, expõe Silvia Naccache, palestrante do Centro de Voluntariado de São Paulo.

O último dia contou com palestras de uma hora de duração. A primeira delas foi sobre vivência pessoal, e abordou como as experiências podem auxiliar o desenvolvimento de um projeto social. Em seguida, Aline Gonçalves de Souza, assessora da Secretaria Geral da Presidência da República, falou sobre o marco regulatório



FIFE 2015

O Fórum Interamericano de Filantropia Estratégica 2015 será realizado em Gramado, no Rio Grande do Sul, e já tem data marcada: 24 a 27 de março! Antecipe sua inscrição pelo site www.institutofilantropia.org.br, clicando na aba "Diálogo Social"

do Terceiro Setor, juntamente com os advogados Danilo Tiisel e Rogério Martir. A deputada Mara Gabrilli deu um depoimento ao vivo para os participantes do evento e, para finalizar, Marcio Zeppelini, presidente do Instituto Filantropia, realizou a palestra Ser Sustentável, que aborda a sustentabilidade do ser humano. "Creio que é um evento marcante para o Terceiro Setor, pois reúne um mosaico de ideias e ideais, pessoas e organizações com interesses similares. O FIFE inaugura uma nova estação de mais amizades e relacionamentos, com pessoas com expertises

múltiplas que, alinhadas, podem maximizar muitos resultados. Já fiz minha inscrição para 2015. É imperdível", diz Rodrigo Rangel, participante do evento.

"Em 2015 viajaremos 4 mil quilômetros para o sul, deixando as quentes e paradisíacas praias nordestinas para aportarmos nas aconchegantes e exuberantes Serras Gaúchas. Atendendo o mesmo objetivo de 2014, o Fife'15 deve reunir cerca de 500 pessoas", completa Zeppelini. Em 2015, a segunda edição do FIFE acontecerá em Gramado, Rio Grande do Sul, dos dias 24 a 27 de março. 📍



FALSAS PERCEPÇÕES DO TRABALHO VOLUNTÁRIO

“Não sei se a vida é curta ou longa para nós, mas sei que nada do que vivemos tem sentido, se não tocarmos o coração das pessoas.”

Cora Coralina

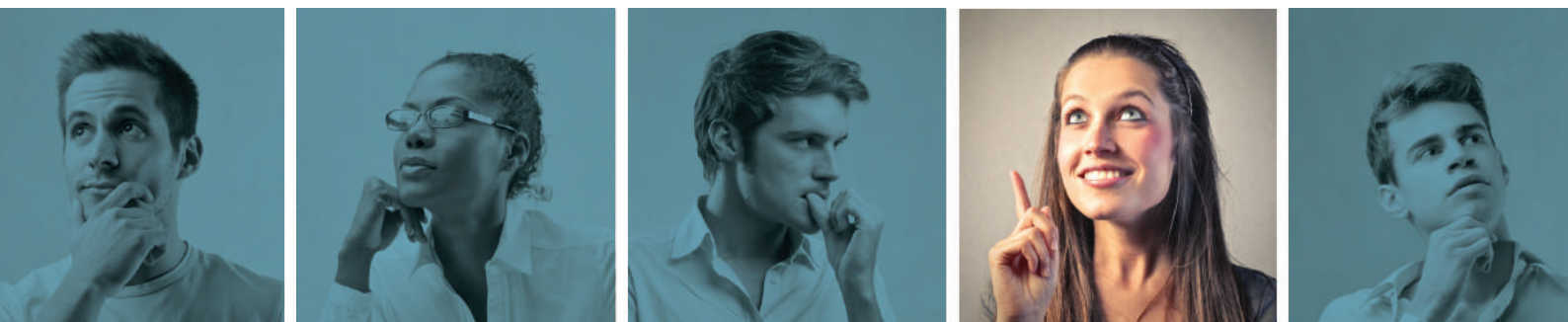
Mesmo que o voluntariado tenha sempre estado presente na história do país, nunca havia se colocado como agora, como estratégia privilegiada de ampliação e renovação da intervenção social. No Brasil, desde o século 17, instituições de assistência a pessoas carentes foram orientadas para fins filantrópicos, seguindo o modelo das casas de misericórdia portuguesas, baseadas em ações cristãs. O nascimento formal do voluntariado teve origem no século 19, com o enfoque na benemerência. As instituições possuíam origens e fins diversos: instituições religiosas, de saúde (hospitais, asilos, hospícios) e educandários; instituições criadas para prestar assistência a imigrantes; e organizações profissionais ou de classes trabalhistas no início do século 20. Na época, os problemas sociais eram entendidos como “desvios” da ordem dominante e atribuídos a indivíduos “em desgraça”, que, por não terem oportunidade de reintegrar-se à sociedade, necessitavam da caridade organizada a fim de mudar de situação. Assim, as famílias mais abastadas, com boas intenções, distribuíam seus excedentes entre os necessitados. Historicamente, este tipo de trabalho esteve vinculado à atuação de damas caridosas da sociedade, sendo essencialmente um trabalho feminino. Neste contexto social paternalista, rigoroso e excludente, o “voluntariado de benemerência” era incipiente, moralizador, feminino e baseado em rígidos valores morais.

A partir do século 20, as instituições filantrópicas assistenciais passaram a ter a intervenção do poder público. A partir da década de 30, desenvolveu-se uma política de assistência social. O Estado de Bem-Estar Social do pós-guerra pregou a solução total das questões sociais, visando atender a população pobre. O atendimento aos necessitados passou a ser uma questão de política pública, passando o Estado a assumir a responsabilidade pelas condições de vida da população. A ideia de assistência privada e de benemerência que incluíam ações voluntárias e a solidariedade é contraposta à prática de serviços sociais do Estado. Embora desenvolvesse políticas muito interessantes, foi uma época que favoreceu o individualismo em prejuízo das iniciativas voluntárias ou associativas. Se o Estado tinha boas políticas sociais, quando e para que recorrer à solidariedade da sociedade civil?

Chegamos a década de 60 e surgiram irreversíveis transformações de comportamento, politizando e polemizando todas as relações ao extremo, inclusive as pessoais. Com a queda do Estado do Bem-Estar Social, o movimento voluntário viu-se questionado politicamente e sem direção clara; as parcelas mais ativas do movimento se identificaram com a crescente atividade político-partidária daquela época. O movimento voluntário foi influenciado por uma corrente contestatória e libertária presente em quase todos os movimentos sociais de origem popular da época.







A sociedade assumia sua participação ativa nas questões sociais e inúmeras organizações foram criadas, caracterizando uma atuação voluntária de ação social. Surge um voluntariado combativo, muitas vezes distante de seus ideais básicos.

Parecia um movimento “desorientado”, “espontâneo”, principalmente jovem e sem perspectivas de uma consolidação institucional que pudesse desenvolver sua identidade. A ação baseava-se no pressuposto de uma mudança de ordem social e situava-se muitas vezes no âmbito do protesto. Mas, na metade da década de 80, com a democratização da América Latina e dos países do chamado “Terceiro Mundo”, o neoliberalismo surgiu como concepção político-econômico-cultural no Ocidente. Os Estados ajustaram seus orçamentos e diminuíram lentamente os financiamentos da assistência social, transferidos para os empreendimentos privados ou para as mãos dos antigos beneficiados. A resposta foi o nascimento de um voluntariado que veio preencher os espaços e atender demandas e necessidades da sociedade. A Constituição de 88 traz a reflexão de que a responsabilidade não é mais exclusiva do Estado, mas uma corresponsabilidade entre o Estado e a Sociedade Civil, incluindo a atuação das organizações sociais, fundações e empresas. O trabalho voluntário passa a ser debatido como peça chave nesta abordagem de intervenção nos problemas sociais, tanto pela possibilidade individual de ação participativa nos problemas da sociedade, quanto pela ação privada para o bem público. A retrospectiva do voluntariado ajuda a elaborar um novo modelo de ação voluntária. A década de 90 abre as portas para um novo milênio e para um modelo de voluntariado que supere o anterior e considere o voluntário como um cidadão, que, motivado por valores de participação e solidariedade, doa seu tempo, trabalho e talento de maneira espontânea e não remunerada em prol de causas de interesse social e comunitário. Gestos individuais, espontâneos para com a comunidade, a sociedade tomando iniciativas imediatas para resolver seus problemas e, ao mesmo

FALSAS IDEIAS E PERCEPÇÕES

- O voluntariado é apenas exercido por mulheres;
- Os jovens não se interessam pelo voluntariado;
- O voluntariado precisa ser realizado presencialmente;
- Apenas fazem trabalho voluntário pessoas com renda média alta, nível de educação superior e que têm muito tempo livre;
- O voluntariado é feito de forma desordenada, sem compromisso e que não há espaço para profissionalização e tecnologias;
- Voluntariado acontece apenas em ONGs e que não deve haver interferência do Estado.

DESAFIOS A ENFRENTAR

- Criar uma metodologia global para medir grau de comprometimento e impacto do voluntariado;
- Incluir o voluntariado no discurso do desenvolvimento a nível global, regional e nacional;
- Integrar o voluntariado em todos os programas que promovam o desenvolvimento e a paz;
- Destacar que o voluntariado deve ser considerado um poderoso recurso e componente vital do capital social de todas as nações.

tempo pressionando o Estado para que ele cumpra seu papel de formular políticas públicas.

Mas apesar dessa evolução do voluntariado, não só no Brasil, mas em todo o mundo, algumas ideias e antigos conceitos ainda permanecem e são comuns a diversos países da América Latina, como os que participaram junto com o Centro de Voluntariado de São Paulo de um debate: Brasil, Guatemala, Peru, Equador, Bolívia e Colômbia. A pesquisa realizada em 2011 sobre o perfil do voluntário no Brasil indica uma maturidade e um crescimento do voluntariado em nosso país, mas vale a reflexão desses temas, que ainda aparecem como falsas ideias e percepções do que é ser voluntário 🇧🇷

Seteco há 45 anos agregando valor na gestão de negócios

A competência de uma organização pode ser medida pela qualidade e grau de exigência, quanto a coerência e precisão de um trabalho contábil.

Dedique-se ao seu negócio e terceirize com a **SETECO**, especializada nos segmentos indústria, comércio, serviços e terceiro setor.

- ✓ Terceirização contábil, fiscal e trabalhista (Outsourcing)
- ✓ Prevenção e mitigação de riscos (Compliance)
- ✓ Automação, integração e administração de controles internos (BPO)
- ✓ Consultoria empresarial e tributária (Tax)
- ✓ Sistema Integrado de Gestão (ERP)
- ✓ Imposto de renda pessoa física
- ✓ Abertura de empresa e alterações contratuais





◀ **ROBERTA ROSSI** é consultora na Conexão Trabalho e membro do Grupo de Estudos de Voluntariado Empresarial. Desenvolve projetos de investimento social, voluntariado empresarial e inserção de jovens no mercado de trabalho.

ENGAJAMENTO EM PROGRAMAS DE VOLUNTARIADO

**Que ações podem ser tomadas para
aumentar o engajamento de funcionários
em programas de voluntariado?**



O momento de conceber ou repensar um programa de voluntariado empresarial é muito importante. É aí que serão criados ou revistos: propósito, visão, princípios, sintonia com identidade da empresa, normas, governança, vínculos internos e estratégias.

Quem atua diretamente com voluntariado empresarial entende que um dos pontos mais desafiadores é a definição da(s) forma(s) de atuação dos voluntários. Para atender as expectativas de todos os envolvidos e engajar um bom número de voluntários, a empresa deve refletir e traçar a melhor estratégia.

É possível agradar e mobilizar todos? Atingir a totalidade é sempre desafiador, mas existem maneiras de oferecer opções para que a maioria tenha possibilidade de se engajar. A equipe gestora deve ter a sensibilidade de pesquisar, conhecer e reconhecer a diversidade entre seus colaboradores para facilitar a maneira como os voluntários vão atuar. A partir daí, participar ou não fica a critério de cada um.

Existem diversas alternativas que podem ser incorporadas ao programa de voluntariado, independentemente da sua política e foco de atuação. A empresa pode proporcionar novas oportunidades para ampliar a participação dos funcionários na atuação voluntária. São possibilidades interessantes:

AÇÕES DESCENTRALIZADAS

Uma das maiores dificuldades, principalmente nas cidades grandes, é a locomoção. Por mais que a pessoa seja responsável e comprometida com a causa e a atividade, imprevistos podem acontecer com certa frequência, impossibilitando a participação. Se a empresa organizar ações descentralizadas em diferentes regiões da cidade, isso facilitará a atuação do funcionário.

Firmar parcerias com organizações, escolas ou projetos que tenham oportunidades de trabalho voluntário contínuas em sintonia com a visão da empresa é uma ótima estratégia. Também é possível apoiar e incentivar ações pontuais promovidas por pessoas ou instituições, como mutirões e campanhas.

AÇÕES COLETIVAS NA PRÓPRIA EMPRESA

Utilizar o início da manhã, horário de almoço e final do expediente pode ser uma boa saída para mobilizar mais gente. As pessoas podem preferir utilizar melhor esse tempo e doar essas horas estendidas para o voluntariado.

A empresa pode organizar ações voluntárias coletivas em espaços ociosos nestes horários. O ideal seriam atividades em projetos da própria empresa para aquelas que têm institutos ou fundações, e/ou estabelecer parcerias com instituições que tenham projetos que propiciem essas oportunidades.

Exemplos: digitação de documentos diversos, cadastramento de notas fiscais para entidades beneficiadas (estado de SP), transcrição de material para pessoas com deficiência visual, elaboração de projetos, elaboração de materiais de comunicação, organização de campanhas de doação de itens, entre outras.

COMPETIÇÕES SOLIDÁRIAS PONTUAIS

Esses eventos são ótimos impulsionadores de programas de voluntariado. Organizar esse tipo de ação é uma maneira diferente e divertida de envolver funcionários com a temática.

Cada empresa vai desenvolver uma competição dentro das suas possibilidades e que tenha a sua cara. Pode pausar as atividades da competição adequadas ao seu foco de atuação ou permitir algo mais geral, já que se trata de uma ação de incentivo e degustação do trabalho voluntário.

O cardápio de ações da competição pode ser bem variado, com atividades presenciais ou à distância e que beneficiem organizações da sociedade civil, escolas ou outros projetos interessantes.

A divisão das equipes pode ser por área, por localização (andar/prédio) ou por escolha dos próprios voluntários.

O contato dinâmico e lúdico com ações cidadãs promove a integração dos funcionários, amplia o relacionamento entre pessoas de diferentes níveis hierárquicos e departamentos numa experiência de competição que envolve a cooperação em busca de resultados efetivos. Aproveitar ano de Copa do Mundo ou ano de Olimpíada pode ser bem interessante.

VOLUNTARIADO À DISTÂNCIA

A tecnologia facilitou muito a forma de fazer trabalho voluntário. O uso de computadores e telefones celulares aproximou quem vai doar seu tempo com quem vai receber a ação.

É tendência que as empresas também considerem o voluntariado à distância em seus programas, pois a falta de tempo e dificuldade de locomoção podem ser resolvidas com essa modalidade.

A ideia é que o voluntário realize as atividades no seu tempo livre, onde quer que esteja. O compromisso é entregar a tarefa no prazo por e-mail, por qualquer plataforma digital disponível pela instituição ou até presencialmente, caso seja necessário.

São muitas possibilidades: elaboração e gestão de projetos diversos, captação de recursos, pesquisas, capacitações por meio do ensino à distância, tradução de materiais, consultorias administrativas, contábeis e de comunicação, programação, design de produtos, web design, divulgação online, desenvolvimento de conteúdo e muitas outras a serem pensadas pela instituição e pelo voluntário.

Muita gente está esperando uma oportunidade mais flexível para se engajar em causas sociais. Para que a empresa tenha um programa efetivo, deve refletir e fazer algo sobre isso.

Lembrando que um programa de voluntariado assume a visão e a prática das relações da empresa com a sua comunidade e com os desafios da sociedade. Por isso, é estratégico posicionar a empresa nesse contexto e desenvolver um programa que seja adequado à sua realidade. 📌



I N S T I T U T O
FILANTROPIA

FAÇA PARTE DA
MAIOR REDE DE
CONHECIMENTO
TÉCNICO E DE GESTÃO
DE ORGANIZAÇÕES
SOCIAIS!

AFILIE-SE:

www.institutofilantropia.org.br



VIVENDO E APRENDENDO A JOGAR

Sou voluntária em uma instituição social há 14 anos. Estou atualmente como diretora de projetos sociais e participando do acompanhamento do Programa Ampliar Horizontes, projetos Com Beleza se Põe a Mesa e Com Gastronomia se Põe a Mesa. Em ambos os projetos, temos a preocupação com o conteúdo programático e com a prática profissional inerente a cada curso: cabeleireira(o), manicure, depiladora e auxiliar de cozinha. Também realizamos oficinas de cidadania, buscando integrar o aluno às alternativas de vivência comunitária e ampliando horizontes.

Porém, um fenômeno que tenho observado com os alunos formados nos referidos projetos é a dificuldade em sair dos limites da comunidade para adentrar outros espaços da sociedade. Fato significativo é que todos os cursos da área de beleza têm fila de espera. Talvez porque o profissional formado possa atuar como autônomo nas residências

ou em salão. Normalmente, ambos os tipos de trabalho têm continuidade na própria comunidade. O auxiliar de cozinha também procura aprimorar seus conhecimentos para continuar trabalhando como cozinheira(o), empregada doméstica, ou trabalhar como autônoma(o), fazendo encomendas para fora, porém, dentro da comunidade.

Compartilhando esta vivência com outros profissionais de várias instituições, percebi que muitos apresentaram, de uma forma ou de outra, esta mesma dificuldade.

ESTUDANDO O ASSUNTO

Lendo Zygmunt Bauman, no livro “Comunidade – A Busca por Segurança no Mundo”, algumas constatações me foram possíveis: sobre comunidade, o autor narra que “as palavras têm significado, algumas delas, porém, guardam sensações. A palavra ‘comunidade’ é uma dessas. Ela sugere uma coisa boa: o que

quer que ‘comunidade’ signifique, é bom ‘ter uma comunidade’, ‘estar numa comunidade’. Para começar, a comunidade é um lugar ‘cálido’, um lugar confortável e aconchegante. É como um teto sob o qual nos abrigamos da chuva pesada. Lá fora, na rua, toda sorte de perigo está à espreita: temos de estar alertas quando saímos, prestar atenção com quem falamos e a quem nos fala, estar de prontidão a cada minuto”.

O conceito também se refere às comunidades virtuais, nas quais podemos ter “um milhão de amigos” conectados, mas, presencialmente, cada vez mais nos afastamos do contato pessoal. Portanto, avalia que o conceito de “amizade” é diverso hoje do que foi antes. O autor também constata que o mundo foi se dividindo em:

NOVO COSMOPOLITISMO DOS BEM-SUCEDIDOS

INDIVIDUALIDADE DE JURE:

São os indivíduos de *jure*, isto é, aqueles indivíduos que não são capazes de praticar a individualidade de fato, aqueles deixados de lado e que têm de resolver seus problemas sem contar com ninguém.

INDIVIDUALIDADE DE FACTO:

São aqueles que venceram, donos do seu próprio destino, com liberdade de opções, com seus guetos voluntários. *Comunitarismo é uma filosofia de fracacos: fracacos são os indivíduos de Jure, pois não são capazes de praticar a individualidade de facto.*

Outro aspecto interessante abordado pelo autor analisa que a Ideologia do Mérito não se compatibiliza com o conceito de comunidade:

IDEOLOGIA DO MÉRITO – NEGAÇÃO DA COMUNIDADE

- Desmantelamento das provisões previdenciárias, do seguro comunitário contra o infortúnio individual.
- Passa de uma obrigação fraternal e direito universal para o conceito de caridade: dos que estão dispostos a ajudar aos que têm necessidades.
- Visão meritocrática do mundo que não aceita o princípio comunitário do compartilhamento.
- Não aceitação – maior que a avareza – envolve distinção social: dignidade, mérito e honra.

Não há lugar para a pobreza, indignidade, humilhação ou incapacidade de participar do jogo de consumo.

Alguns conceitos adicionais importantes para nossa análise estão relacionados à divisão e à fragmentação, com a “Política do Medo”, o distanciamento dos espaços públicos e assim por diante. A conclusão é que hoje vivemos em guetos: voluntários ou reais e verdadeiros.



GUETOS VOLUNTÁRIOS

- Não são verdadeiros. É um leve manto, bonito e confortável;
- A crença de que pode-se tirá-lo torna-o leve, nunca irritante ou opressivo;
- Impedem a entrada de intrusos, os de dentro podem sair à vontade;
- Pretendem servir à causa da liberdade;
- Efeito sufocante, não intencional, isolamento e medo.

Podemos concluir, pelas constatações da prática profissional e pela leitura de Z. Bauman, que os guetos voluntários, reais e verdadeiros tendem a dividir cada vez mais a sociedade em opostos preocupantes para uma vida saudável em sociedade. O fenômeno inicialmente proposto para análise parece confirmar esta tendência, deixando o trabalhador social, na encruzilhada entre os “dois guetos”: somos indivíduos de jure ou de facto? Podemos considerar os guetos voluntários como “protegidos” e os “reais e verdadeiros” como desprotegidos? A segurança é relativa em qualquer um deles. A violência urbana prova isso.

UMA PITADA DE OTIMISMO

Outro fenômeno interessante é que os jovens e adultos que fazem parte dos projetos sociais citados inicialmente demonstram que não têm interesse em sair de sua comunidade, talvez por acomodação, mas também por desinteresse em fazer parte desta “festa”, para a qual não foram convidados. E a divisão se confirma.

GUETOS REAIS/VERDADEIROS:

- São verdadeiros. Gaiolas de ferro, apertadas, incômodas, incapacitantes: situação sem alternativa, destino sem saída;
- Lugares de onde não se pode sair;
- Negação da liberdade;
- Espantosa capacidade de permitir que o isolamento se perpetue e exacerbe.

Parafraçando Z. Bauman, que fala em “Tempos Líquidos” em um dos seus livros, penso mais que vivemos “Tempos de Displícência”, no qual valores são questionados e limites são rompidos de forma acintosa e chocante, como bem demonstram os noticiários.

Por outro lado, parece-me muito pessimista esta visão pela qual não há saída. Como já foi dito, o bom do fundo do poço é que não há mais para aonde ir. Acredito que novos modelos de convivência devem emergir desses limites questionados, incluindo as comunidades digitais, que podem ser um excelente espaço de discussão saudável.

É possível que, no vento destas mudanças, o trabalhador social terá papel importante e, aproveitando este momento, trabalhe com gestão participativa e respeitosa em relação ao que deseja de fato o usuário do seu serviço.

Para concluir, cito um dos eixos norteadores do trabalho social, que é a resiliência, ou seja, a capacidade de superar adversidades e transformá-las em aprendizado e crescimento: ampliando para famílias, comunidades e sociedades resilientes. 🍀





◀ **VALTER CEGAL** é responsável pelo Programa Techsoup Brasil, membro do Conselho da Techsoup global, consultor de negócios da NESst. É Consultor de tecnologia para empresas e fundações internacionais.



TENDÊNCIAS DA TECNOLOGIA NO TERCEIRO SETOR

As grandes evoluções tecnológicas para as organizações sem fins lucrativos em 2013 se concentraram no surgimento do uso de dispositivos móveis, na estratificação da mídia social e no lançamento do Office 365, da Microsoft, que foi doado para essas organizações.

Listamos aqui as tendências da tecnologia para as organizações sem fins lucrativos em 2014 em nível mundial, elaboradas por meio da análise de comentários de especialistas do Terceiro Setor, buscando identificar o que estaria em suas “bolas de cristal” para o ano. Alguns especialistas afirmam que 2014 será o ano dos dados mais dinâmicos.

Neste ano, a tendência é observar os sites de organizações tornando-se mais simples e otimizados, influenciados por práticas de design responsivo e pela influência de microsites (conjunto de páginas de um site com nome de domínio próprio). Quer seja para uma campanha ou em função da presença de uma organização na web, espera-se que haja mais organizações concentrando seu conteúdo on-line em ações específicas ou mensagens, tentando evitar a sobrecarga de informação.

Em suma, as tecnologias que devem ser usadas em 2014 por organizações sem fins lucrativos, de formas inovadoras, seriam as seguintes:

- **Tecnologia móvel** - dispositivos móveis que variam desde telefones para conversas através de texto até smartphones ou tablets e que podem criar conectividade instantânea com a Internet ou redes de telecomunicações;
- **Mídias sociais** - cujo objetivo seria o de coleta de dados por meio de fontes abertas;
- **Tecnologias de gerenciamento de dados** - ferramentas para processamento de grandes quantidades de dados ou para melhorar as funções administrativas;
- **Tecnologia de computação em nuvem** - que permite acesso a software e de informação através da Internet em vez de um disco rígido ou rede de computadores. Neste caso podemos citar como exemplo o Microsoft Office 365;
- A implementação de **estratégias multicanal online** por parte das organizações, no que se refere à divulgação de campanhas, a fim de desencadear a arrecadação de doações e envolver comunidades.



HARDWARE

Em termos de *hardware*, os tablets vão governar. A maioria das organizações irá refazer os websites, e aquelas que não o fizerem terão problemas. O uso de aplicativos de escritório ainda é muito prejudicado pelas telas pequenas, além das questões envolvendo teclado, porém, mais e mais pessoas irão adquirir tablets para uso próprio. O que isso significa? Os PCs não vão desaparecer, mas os dispositivos móveis estão inundando o mercado, principalmente dentro do local de trabalho das organizações sem fins lucrativos. Será preciso desenvolver uma estratégia BYOD (traga seu próprio dispositivo) para os escritórios das organizações. Isso basicamente significa descobrir como permitir que os funcionários e voluntários estejam aptos a receber e-mail de trabalho, documentos e outros dados em seus próprios dispositivos móveis, assim como o que fazer quando os telefones e tablets forem perdidos ou roubados. Existem soluções para este problema. Por exemplo, o Google lançou um aplicativo de gerenciamento de dispositivos baseado na web que permite que você localize e apague os dados de um dispositivo Android.

DISPOSITIVOS MÓVEIS

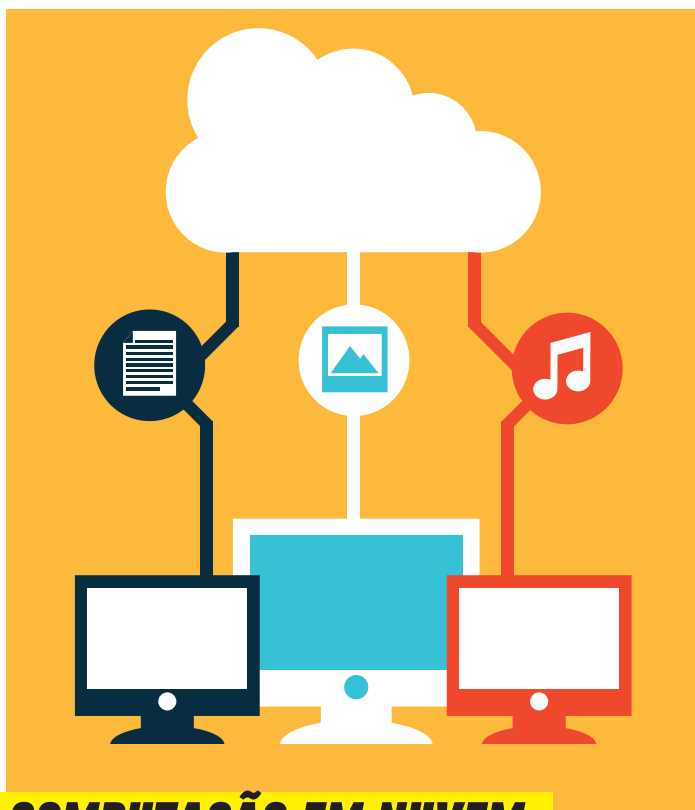
Dispositivos móveis e aplicativos se tornam cada vez mais orientados à multimídia. As palavras não são mais suficientes para os usuários. Fotos e vídeos precisam ser adicionados às comunicações. Ninguém vai resistir à tendência de comunicações cada vez mais breves. Dispositivos móveis vão continuar a ser transformadores na forma como prestar serviços e trabalhar uns com os outros à distância.

ESTRATÉGIA MULTICANAL

Outra tendência é que o marketing multicanal está se tornando uma necessidade para instituições do Terceiro Setor. Temos que prestar muita atenção no crescente número de pessoas que utilizam dispositivos móveis para encontrar as organizações, para realizar doações, e oferecer-se para ajudar nas iniciativas. A tendência de arrecadação multicanal vai crescer em 2014. Vai ser preciso utilizar muitas ferramentas de comunicação para alcançar os doadores. Há uma tendência de campanhas de dias dedicados para fazer caridade, como o #GivingTuesday, nos Estados Unidos.

OFFICE 365 PARA ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

A tendência em 2014 é que o uso do Office 365 continue a crescer fortemente. O Office 365 é basicamente uma versão on-line completa do Microsoft Office, que inclui o Microsoft Word, Excel, Outlook, PowerPoint, OneNote, Publisher e Access. Ele também tem outras ferramentas, incluindo o Exchange hospedado (e-mail), o SharePoint (serviço de arquivos), e Lync (mensagens e conferência). Ele permite que as instituições sem fins lucrativos possam chegar a seus aplicativos e arquivos a partir de praticamente qualquer lugar onde haja Internet, através de muitos tipos de dispositivos - PCs, MACs e dispositivos móveis de vários tipos. Qualquer organização filantrópica pode solicitar o Office 365 diretamente da Microsoft. A TechSoup (www.techsoup.org.br) é o parceiro da Microsoft para a avaliação de elegibilidade das organizações no Brasil para a doação das licenças do Office 365.



COMPUTAÇÃO EM NUVEM

O ano de 2014 será o ano da plataforma em nuvem - muitos irão migrar para a Salesforce e soluções Microsoft. Haverá um aumento na confiança nas ferramentas de computação em nuvem porque as preocupações de segurança e privacidade na nuvem não são maiores do que em nossos próprios escritórios. Serviços dessa natureza são rapidamente fáceis de escalar, e as organizações podem adotá-los de forma segura. O Google e a Microsoft vão manter o calor nas organizações sem fins lucrativos a fim de ajudá-las a atingir seus objetivos com baixo custo.

O *backup* da nuvem também irá evoluir para a recuperação em casos de desastres: organizações inteligentes terão a certeza de poder recuperar aplicativos e dados na nuvem, reduzindo muito o tempo de recuperação quando houver uma catástrofe.

O celular e a computação em nuvem vão atender às necessidades de computação para organizações sem fins lucrativos – a infraestrutura de TI tradicional está morta!

O conceito de “BYOD” (traga seu próprio dispositivo), já mencionado, e a “consumerização” de TI (quando os funcionários trazem seus próprios dispositivos móveis para o trabalho e utilizam-nos para compartilhar arquivos ou dados dentro e fora do escritório) darão às organizações sem fins lucrativos enorme redução de custos para alavancar a tecnologia e atingir as suas missões, mas vai exigir sistemas e políticas adequadas.

Como poderíamos resumir tudo isso? À medida que mais dados são armazenados na nuvem, há uma tendência em direção ao uso de ferramentas de imagem e bancos de dados on-line para promover as causas das organizações.



PRIVACIDADE

O tema Privacidade também está no topo da lista dos especialistas. Eles observam que todos nós somos partes interessadas de um debate sobre dados públicos *versus* privacidade devido às nossas vulnerabilidades em termos de informações digitais.

PAGAMENTOS

A oferta de novas ferramentas de dinheiro móvel será maior em 2014, ou seja, facilidades como pagamentos ponto-a-ponto, as quais permitem enviar dinheiro via e-mail a qualquer pessoa com um endereço eletrônico.

INTERNET DAS COISAS

A Internet das Coisas se tornará mais evidente e será mais um fator em nossas vidas em 2014. A Internet das Coisas é a tendência de as coisas não-humanas estarem cada vez mais conectadas através da Internet. Atualmente, as pessoas estão conectadas umas com as outras, mas o que acontecerá quando estivermos conectados a coisas? A convergência de tecnologias móveis, sociais e de dados significa uma imensidão de dados que serão gerados sobre nossas preferências, e isso significa que teremos uma experiência mais personalizada. Isso também significa que as questões de privacidade (quando há uma pessoa do outro lado), de dados agregados, vão ser mais um problema. Teremos o “Mundo Conectado”.



O crescimento da mídia social será constante. As organizações vão poder adotar estratégias mais focadas no negócio, com o Twitter e o Google Plus. O Facebook ainda vai dominar.

Mais do que qualquer assunto, o tema sobre como aproveitar a mídia social tem mais uma vez dominado a tecnologia nas organizações. A mídia social é agora oficialmente a coisa mais comum que fazemos online. O tema também está aparecendo relativamente em poucas organizações. Algumas pesquisas mostraram que instituições sociais não são efetivamente capazes de engajar doadores mais jovens através de canais móveis, como mídias sociais e sites móveis otimizados.

No ano passado, alguns padrões de uso de mídias sociais surgiram. Uma pesquisa da revista americana Fast Company relata que o grupo que mais cresce, em termos de idade, usando o Facebook e Google+, são pessoas com mais de 45 anos. As pessoas mais jovens, que são o grupo demográfico mais profundamente engajado em mídias sociais, provavelmente usa também serviços como o YouTube, Twitter, Pinterest e Instagram.

ARMAZENAMENTO GRATUITO EM NUVEM

Em nível de computação pessoal, outro fato importante sobre computação em nuvem que chama a atenção é a escalada do volume de armazenamento em nuvem que está sendo oferecido gratuitamente. Segundo um levantamento da organização não governamental TechSoup Global, armazenamento em nuvem e *backup* são duas das tecnologias mais úteis atualmente. Seguem informações sobre o volume de alguns serviços disponíveis: Google Drive – 7 GB, Copy.com – 15GB, OneDrive – 7 GB, Box.com – 10 GB, e MEGA – 50GB. Espera-se que a concorrência para armazenamento gratuito em nuvem deva continuar no próximo ano.

INTEGRAÇÃO DOS DISPOSITIVOS

Em 2014, as organizações sem fins lucrativos vão parar de pensar em dispositivos móveis de forma isolada; ao contrário, haverá integração dos dispositivos móveis em seus planos gerais de captação de recursos, estratégias de mídia social e, em alguns casos, até mesmo o trabalho com programas internos. Em 2014, um número crescente de instituições mudará para além da simples coleta de dados sobre seus programas, e começará a usar essa informação para melhorar o desempenho da organização.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

A captação de recursos das organizações em 2014 será multicanal. Quando se capta por um único canal, isso significa utilizar apenas uma (muitas vezes tradicional) maneira de alcançar doadores – como e-mail ou mala direta, mas deixando de fora todas as opções. Esta é uma questão crítica, especialmente com o potencial mais jovem da Geração Y e os doadores milenares, que esperam ser contatados em seus termos. Seus termos incluem canais como texto, Twitter e outros orientados para dispositivos móveis. A prática de alcançar as pessoas via mobile, web, mídia social, e-mail, entre outros, exigirá análises sólidas e consistentes para rastrear e alavancar o empenho dos doadores.



IDIS/IPSOS PUBLIC AFFAIRS: RETRATO DA DOAÇÃO NO BRASIL

Estudo revela novos aspectos do comportamento do brasileiro em relação à doação

O Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS) e a Ipsos Public Affairs divulgaram os resultados da pesquisa Retrato da Doação no Brasil, em um estudo que traça o perfil do brasileiro em relação às doações e causas sociais.

O levantamento realizado em três etapas e que ouviu mil pessoas em cada fase, em 70 cidades do Brasil, sendo

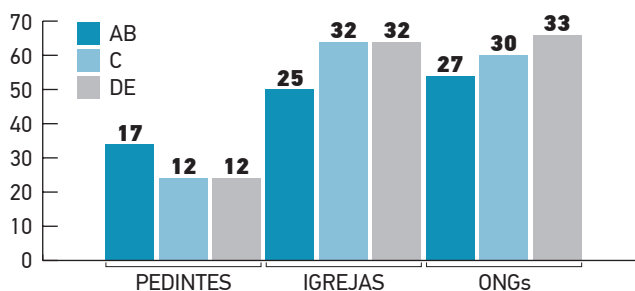
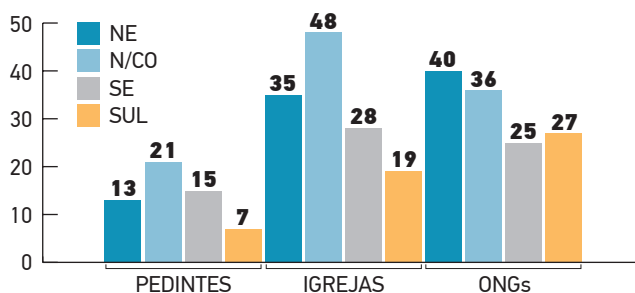
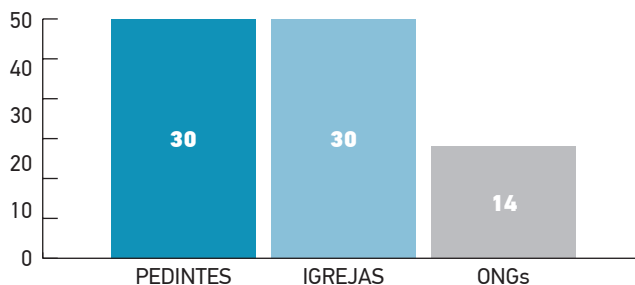
nove regiões metropolitanas, concluiu que o hábito de doar, seja tempo ou recursos, não faz parte da cultura do brasileiro. Um exemplo disso é que 73% não se sentem estimulados pelo seu círculo de convivência (família, comunidade, escola e trabalho) a realizar doações ou trabalho voluntário. “A Copa do Mundo Fifa, que se aproxima, bem como os Jogos Olímpicos, em 2016, são eventos que

poderão contribuir para incentivar o voluntariado no país e o governo pode aproveitar este momento para fomentar a cultura de doação junto à sociedade”, analisa Paula Jancso Fabiani, diretora executiva do IDIS – Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social.

Em relação à doação em dinheiro, poucos brasileiros tiram a mão do bolso, mas quando o fazem destinam as doações para pedintes (30%), para igrejas (30%) e, em terceiro lugar, para organizações da sociedade civil (14%). “O aumento da renda média da população não parece estar refletida no percentual da população que doa. Um dos motivos que pode explicar essa tendência é a percepção do brasileiro de que o governo está preenchendo essa lacuna, com políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família”, pondera Paula.

- 1 Brasileiros ajudam mais pessoas pedintes de rua e igrejas que organizações da sociedade civil.
- 2 Os brasileiros da região Nordeste são os mais sensíveis a doar para pedintes, enquanto os da região Norte e Centro-Oeste doam mais para organizações da sociedade civil e igrejas quando comparados com os das outras regiões.
- 3 Do total de doações, as classes C, D e E doaram mais para pedintes de rua e para igreja em comparação as classes A e B, que doam em proporção maior para organizações.
- 4 Em relação às causas que inspiram os brasileiros a doar, crianças estão em primeiro lugar (33%), seguidas de idosos (18%), saúde (17%) e educação (7%).
- 5 Outro ponto que merece atenção é o motivo para poucos brasileiros doarem. Do total de entrevistados, 58% informaram que não têm dinheiro, enquanto 18% afirmaram que não doaram porque ninguém solicitou e 12% porque não confiam nas organizações. A pesquisa também descobriu que 85% dos entrevistados não recebeu nenhum pedido de doação proveniente de organizações nos últimos 12 meses. Números indicam que também falta a ‘cultura de pedir’ por parte de quem precisa dos recursos. Esse resultado reforça a percepção de que há muito espaço para o crescimento das doações, a partir de um trabalho de captação estruturado e persistente”, define Paula.

Os brasileiros da região Nordeste são os mais sensíveis a doar para pedintes, enquanto os da região Norte e Centro-Oeste doam mais para organizações da sociedade civil e igrejas quando comparados com os das outras regiões

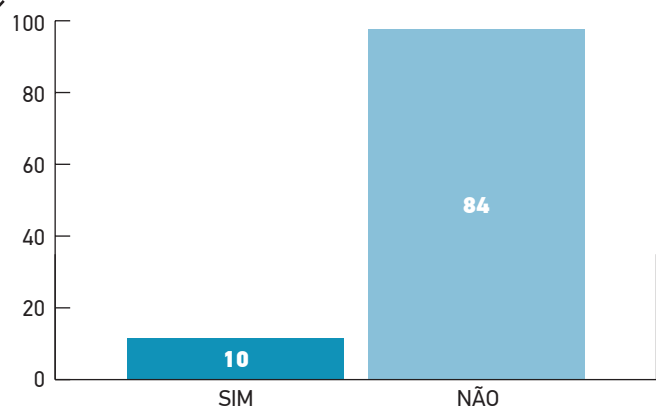
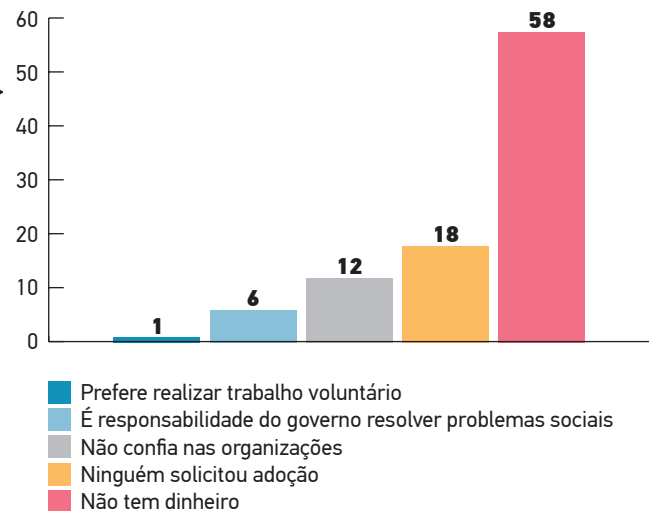


- 6 Brasileiros não doam por falta de recursos e por não receberem pedido de doação.

Em relação aos mecanismos de doações dedutíveis do Imposto de Renda, o desconhecimento dos brasileiros é grande: 84% disseram não conhecê-los. Esse percentual é significativo e indica o potencial de crescimento para doações realizadas via incentivos fiscais. “Atualmente a dedução praticamente só pode ser realizada quando a doação é para projetos via leis de incentivos ou Fumcad – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. O ideal é que haja a ampliação do incentivo fiscal para dar liberdade para o doador beneficiar diretamente as organizações da sociedade civil”, explica Paula.

METODOLOGIA DA PESQUISA PUBLIC AFFAIRS

A pesquisa Ipsos Public Affairs foi realizada em três etapas: julho, outubro e dezembro de 2013, a partir de entrevistas quantitativas com mil pessoas em cada rodada. A primeira etapa foi probabilística para a seleção dos municípios: 70 municípios do Brasil, sendo nove regiões metropolitanas. Na segunda etapa foram selecionados aleatoriamente setores censitários para compor a amostra e as entrevistas foram realizadas nos domicílios a partir de cotas das variáveis sexo, idade, ocupação, nível sócio econômico e nível de escolaridade. A margem de erro da pesquisa Ipsos Public Affairs é de 3 pontos percentuais, com coeficiente de confiança de 95%. 📊



Percentuais baseados nos entrevistados que utilizaram pelo menos um canal de comunicação para entrar em contato com alguma empresa nos últimos 12 meses.



EMPRESA DE PESQUISA DE MERCADO ESPECIALIZADA EM ESTUDOS DE INTELIGÊNCIA EM SUSTENTABILIDADE

Monitore os impactos dos programas em investimento social

Entenda as expectativas dos consumidores, *stakeholders* e públicos de interesse

Identifique os indicadores chave de reputação

Responsabilidade Social Corporativa

SponsorTracker

Monitor de Reputação Empresarial

Líder Barômetro

Media Reputation

Barômetro Ambiental



Rita Maya ama roupas. Tem 2 gavetas lotadas de blusas. Tem 3 pares de sapatos para cada mês do ano. Além de 19 casacos de inverno. Falando em inverno, na cidade onde ela mora, uma das mais geladas do país, mais de 170 mil pessoas passam frio. Mas ela mantém os 19 casacos no armário, apesar de só usar 2. Afinal, ela ama roupas. Pensando bem, quem você deveria achar esquisita? A Rita Maya ou a mulher que acumula garrafas?



Desacumule



ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS

Quem são as pessoas jurídicas que se tipificam e se enquadram como Organização Religiosa?

Por meio da Lei nº 10.825, de 22 de dezembro de 2003, foi inserido o §1º e o inciso IV do art. 44 do Código Civil Brasileiro, criando o tipo de pessoa jurídica designada por Organização Religiosa. Muitas pessoas entendem que somente as Igrejas são organizações religiosas. Entretanto, as Igrejas são somente um exemplo deste tipo de organização. Se a intenção do legislador fosse classificar única e exclusivamente as Igrejas como organizações religiosas, não teria constado do inciso IV do art. 44 do Código Civil a expressão Organização Religiosa, mas sim, Igreja.

Por Organização Religiosa deve ser entendida a pessoa jurídica de direito privado que tem por escopo a atividade religiosa de forma preponderante. Uma das características da Organização Religiosa é ser constituída por pessoas que professam uma religião, uma crença, uma espiritualidade; enfim, que vivem a prática da virtude da fé.

É muito importante que a organização religiosa reconheça e atenda em seu estatuto os fundamentos essenciais dessa vivência de fé e de sua orientação confessional e ideológica específicas. É importante destacar o conceito de entidade confessional, que consta do inciso III, artigo 20,

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB): “Art. 20 – inciso III - confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior”.

Portanto, para se caracterizar como Organização Religiosa, a entidade poderá ser uma Igreja, um Instituto Religioso, um Instituto de Vida Consagrada e outros tipos, cujos fundamentos e diretrizes sejam sedimentados numa crença, espiritualidade ou carisma. Os Institutos Religiosos de Vida Consagrada em geral possuem constituições, regras, regimentos, regulamentos e outros documentos próprios e peculiares à essa modalidade de vivência de fé e de espiritualidade. Destes documentos constam todos os seus fundamentos, sua crença, sua espiritualidade, suas diretrizes, enfim, constituem-se em suporte vivencial de um carisma. Esses Institutos Religiosos são portadores de um direito, conhecido como Direito Próprio, que disciplina suas vidas e suas ações através de pessoas que vivenciam seus postulados, suas espiritualidades e os professam em seu dia a dia.

O Direito Próprio dessas Instituições está protegido e amparado pelo inciso IV do art. 44 do Código Civil, Decreto nº 119-A de 7 de janeiro de 1890 e, ainda, pelo contido no Acordo realizado entre Santa Sé e o Brasil, promulgado pelo Decreto nº 7.107, de 11 de fevereiro de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 12 de fevereiro de 2010, que revitalizou esse Decreto.

As Organizações Religiosas exteriorizam na prática de suas ações de fé e de sua espiritualidade a vivência de um carisma, de uma crença, de uma ideologia ou de uma filosofia de vida através de seus membros e dirigentes. Atualmente, existem muitos Institutos Religiosos, Institutos de Vida Consagrada (Congregações, Ordens Religiosas, Companhias e Institutos Seculares) e Igrejas que são dotados de personalidade jurídica do tipo associação. Entretanto, é importante que essas instituições religiosas, através de seus membros e dirigentes, reflitam e façam um discernimento sobre a conveniência de posteriormente se transformarem ou não em pessoa jurídica de direito privado do tipo Organização Religiosa.

O discernimento e a reflexão de seus dirigentes deve ter como suporte fático o Código de Direito Canônico, se for entidade da Igreja Católica, o Direito Próprio, o Direito Tributário e Fiscal e o Acordo entre o Brasil e a Santa Sé.

O Acordo entre o Brasil e a Santa Sé foi promulgado pelo Decreto nº 7.107, de 11 de fevereiro de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 12 de fevereiro de 2010.

Para se caracterizar como Organização Religiosa, a entidade poderá ser uma Igreja, um Instituto Religioso, um Instituto de Vida Consagrada e outros tipos, cujos fundamentos e diretrizes sejam sedimentados numa crença, espiritualidade ou carisma

Este Acordo foi um dos mais importantes documentos assinados, que objetivou o reconhecimento de direitos previstos na Constituição Federal e com efeitos importantes de caráter religioso, constitucional, civil, tributário e trabalhista, voltado para as entidades religiosas, em especial para aquelas que pertencem à Igreja Católica Apostólica Romana. Embora este Acordo da Santa Sé com o Brasil tenha sido assinado, este instrumento jurídico veio, em princípio, em benefício de outras entidades que não integram a Igreja Católica.

É importante se destacar que a nossa Constituição Federal consagra vários princípios, entre eles, o princípio da isonomia. Por este princípio, e através deste Acordo, ficou assegurada para todas as entidades religiosas a possibilidade de se beneficiarem de vários de seus aspectos, entre eles o tributário, o fiscal, o patrimonial, o de liberdade religiosa, o do ensino religioso nas escolas públicas, o da proteção dos bens sagrados etc.

Em conclusão, destaca-se que o § 1º do inciso IV do art. 44 do Código Civil deixa explícito, de forma incisiva e clara, que as Organizações Religiosas podem ser criadas livremente, com plena liberdade em sua organização, em sua estruturação interna e em seu funcionamento, sendo vedado ao Poder Público, inclusive aos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, negar-lhes o reconhecimento ou o registro de seus atos constitutivos necessários ao seu funcionamento.

Por fim, destaca-se ainda, a Igreja que mantiver templo para o culto divino, mesmo que transforme seu tipo de Associação para Organização Religiosa, continuará a usufruir a Imunidade Tributária de Impostos em conformidade com o art. 150, inciso VI, alínea “b” da Constituição Federal.

Também, a Entidade Religiosa portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), constituída do tipo Associação, que mantiver atividade de educação e de assistência social, se for transformada em Organização Religiosa, isso em nada prejudicará sua Imunidade Tributária prevista no art. 150, inciso VI alínea “c” da Constituição Federal, bem como continuará a usufruir a isenção (imunidade) de Contribuições Sociais. 🏡



TERCEIRO SETOR NA MARCA DO PÊNALTI

eSocial facilitará rastreabilidade eletrônica de inconformidades no cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias por empresas e organizações não governamentais

Por Luciano Guimarães

Embora a recente prorrogação – para outubro – do prazo de início do cronograma de entrega dos arquivos relativos ao eSocial tenha aliviado um pouco a pressão sobre os empregadores de todo o país, ela também serviu para proporcionar – inclusive às organizações sociais – mais tempo para se adaptar a esta nova obrigação.

Complexo por natureza, o projeto do governo federal tem o objetivo de unificar o envio de informações trabalhistas e previdenciárias em relação aos empregados, por meio da transmissão de mais de 40 eventos específicos. O eSocial substituirá documentos como Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (Dirf), Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

A mudança de data acabou sendo benéfica até para o próprio governo, uma vez que não há nem mesmo um layout aprovado para que o eSocial possa ser incorporado aos sistemas tecnológicos das empresas e dos demais empregadores, como as entidades imunes e isentas (ONGs).

Neste último caso, por exemplo, o prazo para entrada no projeto ainda será discutido pelas autoridades envolvidas, pois as organizações sociais também são empregadoras sujeitas a todos os efeitos das leis e às mesmas obrigações em relação aos direitos do trabalhador.

“As empresas e as ONGs estão correndo contra o tempo para se adaptar, mas uma parcela considerável ainda está patinando, não apenas porque o SPED e o eSocial impõem custos mais elevados, mas porque ainda falta muita mão de obra profissional capacitada que compreenda as funcionalidades dessas novas sistemáticas”, explica Carlos Meni, presidente da Wolters Kluwer Prosoft no Brasil, multinacional provedora de softwares fiscais, contábeis e de recursos humanos.

Em recente pesquisa intitulada “O impacto do eSocial nas empresas contábeis”, a companhia da área de TI evidenciou um cenário preocupante: 39% das 1.416 empresas contábeis participantes do levantamento sequer começaram a desenvolver estudos e estratégias para adaptar-se a esta nova realidade. Outro dado inquietante mostra que 36% das organizações entrevistadas – estabelecidas em 370 cidades – ainda não promoveram qualquer mudança de rumo.

“O eSocial trata de empregadores e não de pessoas jurídicas, assim, todos os que contratam estão sujeitos às mesmas burocracias deste projeto. As ONGs com empregados terão que enviar o arquivo inicial com todos os seus empregados e tabelas, bem como os arquivos com a movimentação da folha de pagamento e todos os eventos

trabalhistas periódicos”, afirma Márcio Massao Shimomoto, sócio-diretor da paulistana King Contabilidade.

O escritório está aproveitando o maior intervalo para o envio dos dados ao governo para incrementar ainda mais o saneamento dos cadastros de seus clientes, procedimento imperativo que vem sendo realizado a pleno vapor nas quatro organizações não governamentais atendidas pela empresa contábil. “A unificação das bases de dados de empregados e empregadores é essencial para evitar conflitos em função da existência de dados incorretos sobre uma mesma pessoa”, salienta o empresário contábil.

De acordo com Shimomoto, a partir do eSocial a desordem nas informações poderá literalmente travar todos os sistemas, desaguando em um cenário catastrófico composto por milhares de trabalhadores sem poder receber salários e outros benefícios, porque as empresas não conseguirão gerar folhas de pagamento nem recolher os devidos tributos às autoridades tributárias.

“A experiência do dia a dia mostra que as mulheres serão as mais prejudicadas pelas divergências cadastrais, pois a esmagadora maioria muda de sobrenome ao se casar, sem que esta informação seja atualizada em todos os órgãos públicos, como Caixa Econômica Federal, Ministério do Trabalho, INSS, Receita Federal e Sistema Único de Saúde”, pondera o sócio-diretor da King Contabilidade.

PANO PARA MANGA

Se empresários e governo já perceberam que o eSocial ainda vai dar muito pano para manga, o Judiciário rubrica esta assertiva já esperando o aumento do volume de demandas envolvendo processos com alguma ligação com o projeto, levando os magistrados também a procurar entendê-lo melhor.

Isto porque a distribuição de processos e de informações trabalhistas interempresas é justamente outro ponto de impacto no risco da implantação do eSocial, pois os escritórios contábeis dependem das informações fornecidas por seus clientes em conformidade com o prazo e a qualidade requeridos.

Para chancelar esta perspectiva, o próprio ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), João Oreste Dalazen, enfatiza que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) já cumpriu o seu papel, mas hoje deixa muito a desejar.

“Primeiro, porque é uma regulação rígida e fundada na lei federal, que praticamente engessa toda relação entre patrão e empregado; segundo, é excessivamente detalhista e confusa, o que gera insegurança jurídica, e, inevitavelmente, descumprimento, favorecendo o aumento de ações na Justiça; e terceiro, está cheia de lacunas. O mundo e a sociedade evoluíram. Tudo mudou, exceto a legislação trabalhista”, argumenta em entrevista à revista Consultor Jurídico.

Complexo por natureza, o projeto do governo federal tem o objetivo de unificar o envio de informações trabalhistas e previdenciárias em relação aos empregados, por meio da transmissão de mais de 40 eventos específicos. O eSocial substituirá documentos como Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (Dirf), Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)

MUDANÇA CULTURAL

Para o professor Roberto Dias Duarte, sócio e presidente do conselho de administração da NTW Franchising, as ONGs têm características similares às das pequenas empresas – contabilidade terceirizada, pontos de não conformidade trabalhista e procedimentos pouco padronizados.

“Automatizar processos confusos e mal definidos é uma tarefa hercúlea, até mesmo cruel. A maioria das pessoas jurídicas, incluindo as ONGs, não cumpre rigorosamente a legislação trabalhista. Com a implantação do eSocial, teremos as inconformidades trabalhistas e previdenciárias identificáveis e rastreáveis eletronicamente”, argumenta.

Duarte reforça este conceito, alegando que as formas de comunicação entre empresas e organizações contábeis são, por sua vez, as mais variadas possíveis. “Telefonemas, recados, documentos e anotações em papel, e-mails, planilhas, mensagens instantâneas, e até mesmo as redes sociais, são utilizadas para informar dados do empregado, admissões, rescisões, atestados, faltas, horas-extras, afastamentos etc. Também serão necessários para serviços tomados de cooperativas ou cessão de mão de obra, aquisição de produção rural, entre outros”, explica.

De acordo com o contador José Adriano Pinto, coordenador científico da BlueTax Treinamento, o maior impacto para as ONGs será o aumento do monitoramento das informações prestadas sobre a isenção previdenciária de entidades sem fins lucrativos e a verificação dos registros relacionados com Parcerias Público-Privadas (PPP), Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), Comunicação de acidente de trabalho (CAT), Certidão de Débitos Tributários (CDT), estabilidade e demais eventos celetistas previstos no eSocial.

“O eSocial vai obrigar empresas e organizações sociais a passar – mais cedo ou mais tarde – por uma profunda mudança cultural no modo como realizam seus processos internos para o abastecimento das obrigações fiscais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas.

Por outro lado, as organizações também precisam se preparar para investir recursos para incrementar sua infraestrutura

tecnológica, capacitar pessoas a lidar com esse novo volume de dados processados, assim como melhorar a qualidade das informações prestadas. O eSocial exigirá atenção e dedicação das organizações para o cumprimento das exigências dentro dos prazos requeridos”, ressalta José Adriano.

O assunto tem causando tanta preocupação para empresas e organizações sociais que diversos eventos estão sendo realizados pelo Brasil – de cursos e treinamentos a seminários e fóruns – envolvendo não apenas o eSocial, mas todos os subprojetos do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), que desde 2006 vem sendo implementado no país.


Quem atua no segmento de TI e diariamente se depara com milhares de alterações nas legislações trabalhistas e previdenciárias precisará estar plenamente capacitado para evitar possíveis equívocos ou ausências de dados, problemas que podem gerar pesadas multas.

Segundo a legislação vigente, um colaborador não pode iniciar suas atividades sem registro. “Atualmente, o registro se dá através da ficha de registro de empregado – em papel no ambiente da empresa. A partir do eSocial este processo será realizado em ambiente não controlado pelo contratante”, pondera Mauro Negrini, diretor de serviços da Decision IT, software house gaúcha especializada no desenvolvimento de soluções voltadas ao SPED e que em abril passado levou renomados especialistas a Porto Alegre, onde organizou um concorrido fórum sobre o tema.

O executivo reforça seu entendimento sobre o eSocial, lembrando que a ocorrência de qualquer evento incompatível com a data de admissão certamente levará o sistema de cruzamento de dados a alertar os agentes fiscalizatórios.

Negrini vai mais além, chamando a atenção para um aspecto que pode passar despercebido: o “Registro Y612”, relativo a informações para as entidades isentas e imunes, conforme prevê a legislação do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que busca capturar os valores pagos aos dirigentes destas organizações.

“A partir das informações prestadas, será possível verificar se há remuneração tributada aos gestores de todas as organizações na condição imune ou isenta, quebrando – se o cruzamento de dados com a Dirf ou o eSocial for eficiente – um ciclo vicioso em que haja transferência de renda de uma entidade para uma pessoa física sem a devida tributação”, ilustra.

A data de início de vigência do eSocial está se aproximando, e cada segundo ganho nesta corrida é fundamental para que empresas e organizações não governamentais se blindem contra as reais possibilidades de erros e equívocos na hora de enviar os arquivos para a autoridade tributária. Até lá, e para sempre, todos estarão na marca do pênalti. 



◀ **MARCOS BIASIOLI** é advogado em São Paulo, consultor jurídico do Terceiro Setor, titular da M.Biasioli Advogados, idealizador e membro do Conselho Editorial da Revista Filantropia.



◀ **RODRIGO NAKO** é advogado em São Paulo, Consultor Jurídico do Terceiro Setor e Colaborador da Revista Filantropia.



MUDANÇAS DAS REGRAS TRIBUTÁRIAS DO TERCEIRO SETOR

Visando assegurar maior eficácia ao Estado Democrático de Direito, o qual possui como um dos pontos basilares o respeito a determinadas garantias individuais, especialmente o Princípio da Dignidade Humana, o Brasil se valeu da teoria da separação dos poderes idealizada por Montesquieu, sendo, para tanto, criados três poderes: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, que, por sua vez, devem atuar de forma independente e harmônica entre si, cada um dentro de suas limitações legais impostas pela Constituição Federal. ▶

Além destes mecanismos positivados pela Carta Política, a legislação pátria fez questão de deixar expresso que um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, bem como que a seguridade social tem por objetivo garantir os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, mediante o seu financiamento por toda a sociedade, de forma direta e indireta, através do pagamento das contribuições sociais. A par disso, o Ministério da Previdência Social tem divulgado que a arrecadação referente ao exercício de 2013 superou a cifra de R\$ 250 bilhões de reais.

Contudo, não obstante o alto valor arrecadado, mas considerando a existência de aproximadamente 24 milhões de aposentados e pensionistas, 20 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza, bem como diante do aumento dos atendimentos ao SUS – no ano de 2013 superou 3,7 bilhões de procedimentos ambulatoriais, 531 milhões de consultas médicas e 11 milhões de internações –, a quantia arrecadada tem se mostrado insuficiente para suprir tamanha demanda.

Para completar tal desenhaixe, a Administração Pública precisa repassar a conta. Como ela só tem um cliente – nós, os brasileiros –, a saída é aumentar a carga tributária e, por consequência, a arrecadação. Por isso é que pagamos, segundo o Impostômetro Brasil, R\$ 56 mil de impostos por segundo, e mesmo assim ainda falta caixa, pois a corrosão da máquina estatal é voraz. Isso pode ser resultado dos investimentos sem amplo planejamento, tal como do episódio Pasadena havido

pela Petrobras, da alta dos juros pagos para financiar a dívida pública interna e conter a inflação, da Copa do Mundo, que já custou cerca de R\$ 10 bilhões aos brasileiros, ou seja, praticamente R\$ 1,25 bilhão – e tantos outros despautérios com o dinheiro do cidadão brasileiro.

No entanto, não seria justo entregar esta conta aos entes sociais, que são a extensão do Estado, não para ajudar na ganância, mas sim para minorar as chagas das desigualdades, de modo que tal fato motivou o legislador constitucional a disciplinar sobre a imunidade das contribuições sociais destinadas a eles.

Não obstante a clareza quanto à intenção do legislador constituinte em conceder a imunidade das contribuições sociais às entidades beneficentes, a Administração Pública, muitas vezes, ao analisar os pedidos administrativos formalizados, acabam por não reconhecer o direito constitucional, valendo-se de fundamentos legais inaplicáveis ao caso ou, ainda, interpretando de forma diversa a real finalidade da norma. Exatamente dentro deste escopo está inserida a importância do Estado Democrático de Direito e da Teoria da Separação dos Poderes, pois tais institutos garantem às entidades beneficentes o direito de recorrer ao Poder Judiciário para obtenção de uma solução justa para esta controvérsia.

É nesta linha que o Poder Judiciário vem se posicionando quanto ao reconhecimento da imunidade das contribuições sociais às entidades sociais, pois, do contrário, estariam sendo violados os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

Vejam, então, o que merece destaque quanto ao novo tratamento tributário do Terceiro Setor, a partir das decisões do Judiciário.

PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL (PIS)

Inicialmente, não obstante o entendimento firmado pelos Tribunais Pátrios acerca da necessidade de obtenção da qualificação como entidade beneficente de assistência social para usufruir a imunidade tributária, um tema que tem gerado controvérsias reside na extensão desta limitação ao poder de tributar quanto à contribuição destinada ao Programa de Integração Social (PIS), ora incidente sobre a folha de pagamento e/ou faturamento das entidades beneficentes.

Para fins didáticos, tal contribuição tem como sujeito passivo as pessoas jurídicas de direito privado e as que lhe são equiparadas pela legislação do Imposto de Renda, inclusive empresas prestadoras de serviços, empresas públicas e sociedades de economia mista e suas subsidiárias, excluídas as microempresas e as empresas de pequeno porte submetidas ao Simples Nacional (Lei Complementar nº 123/2006).



Independente de tamanha clareza de que tal tributo está inserido no campo da seguridade social prestado pelo Poder Público, conforme redação do §7º do artigo 195 da Constituição Federal, consta que a matéria pendia de regulamentação por lei. Assim, travava-se uma discussão sobre que tipo de lei seria legítima para abarcar tal competência, ou seja, lei ordinária ou complementar. Dada a discussão, o assunto galgou status de Repercussão Geral pela Suprema Corte, ante o volume do questionamento judicial associado ao interesse múltiplo da decisão. Diante disso, restou então reconhecida a dita repercussão pelo STF.

Todavia, em sessão plenária realizada no dia 13 de fevereiro de 2014, que julgou o Recurso Extraordinário 636.941, os ministros acabaram com esta controvérsia, uma vez que restou reconhecido o direito das entidades beneficentes à imunidade do PIS ante o fundamento de que os requisitos necessários para o gozo desta benesse já estavam devidamente regulamentados pelo artigo 55 da Lei nº 8.212/91. Uma vez atendidos os seus requisitos, em especial a comprovação da qualificação como entidade beneficente de assistência social, a concessão da imunidade do PIS é medida que se impõe.

Trazendo esta decisão para a atualidade, sabe-se que, em meados do mês de novembro de 2009, o artigo 55 da Lei nº 8.212/91 foi revogado pela Lei nº 12.101/2009, dispositivo que trouxe à baila novas condições, ora disciplinadas no artigo 29, a serem observadas pelas entidades beneficentes. Assim, uma vez atendidos todos estes requisitos, a entidade qualificada como beneficente de assistência social pode usufruir da imunidade do PIS.

CONTRIBUIÇÕES A TERCEIROS

A exemplo da discussão demonstrada, existia outro ponto que também vinha gerando discussões junto ao Supremo Tribunal Federal: se as contribuições destinadas a terceiros (SESC/SENAC, SEST/SENAT, SESI/SENAC E INCRA) também estão albergadas pela imunidade das Contribuições Sociais.

Diferentemente do posicionamento favorável exarado com relação à imunidade do PIS, o mencionado Tribunal, quando do julgamento do ARE 744723, entendeu que o benefício constitucional alberga as contribuições a cargo da entidade que revertem à seguridade social, e, diante disso, no caso das contribuições sociais destinadas a terceiros, quem realmente paga este tributo é o trabalhador, sendo de responsabilidade das entidades apenas promover o desconto e o repasse ao INSS. Além disso, afirmou que estas contribuições possuem respaldo no artigo 240 da

É sabido que o custo para se manter uma organização no Brasil, se computados os custos indiretos, via de regra, é mais caro do que oferecer a operação social à tributação. No entanto, cidadania não é simplesmente gerar o fato tributário e acreditar que ele seja revertido ao cidadão, mas sim empregar os seus frutos diretamente a ele

Constituição Federal e, como tal, estão fora do campo de atuação da seguridade social prestada pelo Poder Público. Estas razões obrigam que as entidades beneficentes promovam o devido recolhimento deste tributo.

No entanto, as decisões provindas do STF ainda não são uniformes, uma vez que foram exaradas de forma monocrática pelos ministros Joaquim Barbosa e Rosa Weber. Porém, representam sinais de tendência, o que põe as entidades em rota de alerta no sentido de mudarem a conduta quanto ao recolhimento de tal exação fiscal, ou, ao menos, que façam uma segura provisão econômica e de ordem contábil, evitando mora futura e ameaça ao seu reconhecimento como entidade beneficente, e, por supedâneo, exponha o seu status de imune aos demais tributos já abarcados por lei, uma vez que a mora pública impede o reconhecimento e interrompe o benefício de usufruir ao não recolhimento dos tributos.

Com base nos fundamentos expostos, é necessário concluir que tanto o Estado Democrático de Direito quanto a Teoria da Separação dos poderes são indispensáveis para garantir a aplicação prática dos objetivos principais da República Federativa do Brasil, na medida em que, por intermédio destes mecanismos, a Administração Pública ou as entidades beneficentes que se sentirem prejudicadas podem se socorrer ao Judiciário para obtenção de uma justa tutela. A decisão deve ser pautada na proteção e na garantia quanto à aplicação prática da real intenção do legislador constituinte, ou seja, que as entidades beneficentes que realmente contribuem com o financiamento da seguridade social sejam imunes/isentas das contribuições sociais. Este fato propiciará a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Por fim, é sabido que o custo para se manter uma organização no Brasil, se computados os custos indiretos, via de regra, é mais caro do que oferecer a operação social à tributação. No entanto, cidadania não é simplesmente gerar o fato tributário e acreditar que ele seja revertido ao cidadão, mas sim empregar os seus frutos diretamente a ele. 📌



CARTA DE REFERÊNCIA “SUJA”

Depreciar um ex-empregado na redação da carta de referência emitida gera indenização por danos morais, conforme sentença da Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho. Os magistrados entenderam que o empregador deve pagar indenização de R\$ 10 mil a um ex-empregado, pelo fato de afirmar, no documento fornecido ao trabalhador, que ele “não se interessava pelo trabalho”. O TST acatou a justificativa do autor do processo, segundo a qual a mensagem constante da carta de referência elaborada pela empresa teria lhe causado sérios constrangimentos e

humilhações perante terceiros. Disse ainda que foi “barrado” em vários processos seletivos devido ao teor do documento, classificado por ele como inverídico e depreciativo. Nos últimos tempos, a jurisprudência do TST tem reconhecido o dano moral nas hipóteses em que o empregador faz constar na Carteira de Trabalho e Previdência Social que a anotação se deu por determinação judicial e também na hipótese em que o empregador inclui o nome de empregado na chamada “lista suja”. Para o relator, a situação é semelhante.

www.tst.gov.br

APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

O termo inicial para o pagamento da aposentadoria por invalidez, quando ausente o requerimento administrativo, deve ser a data da citação do INSS. Esse entendimento foi adotado pela 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recurso especial admitido como representativo de controvérsia. Os ministros verificaram que há precedentes do tribunal no sentido de que a data da apresentação do laudo pericial em juízo determina o termo inicial do benefício concedido na via judicial, quando não há exame médico na via administrativa. Em decisão unânime os ministros consideraram que a citação válida informa o litígio e deve ser considerada como termo inicial para a implantação da aposentadoria por invalidez concedida na via judicial, quando não houve pedido administrativo prévio.

www.stj.gov.br

PORTABILIDADE DO FGTS

O Conselho Curador do FGTS aprovou a possibilidade de portabilidade de financiamentos habitacionais concedidos com recursos do FGTS. A portabilidade é disciplinada pela Lei nº 12.810/2013 e pela Resolução nº 4.292/2013 do Conselho Monetário Nacional, porém as normas não consideram as condições específicas do FGTS, que opera com as menores taxas de juros, que pode chegar a 2,16% ao ano. A redução pode ocorrer no diferencial de juros que compõe a remuneração dos agentes e a taxa de administração. Também foi mantida em 1% a taxa de administração paga ao agente operador Caixa como remuneração pelos serviços prestados ao FGTS, porém, repassa para o agente operador o custeio dos serviços referentes aos correios e postagens eletrônicas, que até então eram financiadas pelo Fundo.

www.mte.gov.br



ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

O gestor público que não cumprir as leis de acessibilidade, que inclui o acesso a espaços e equipamentos urbanos, a edifícios, transporte e meios de comunicação, poderá ser processado por improbidade administrativa. Este é apenas um dos aspectos que constam do relatório final da proposta de Estatuto da Pessoa com Deficiência (PL 7699/2006), que deve ser reapresentado no Plenário da Câmara dos Deputados em breve e pode até ser votado em abril, caso a pauta esteja destrancada.

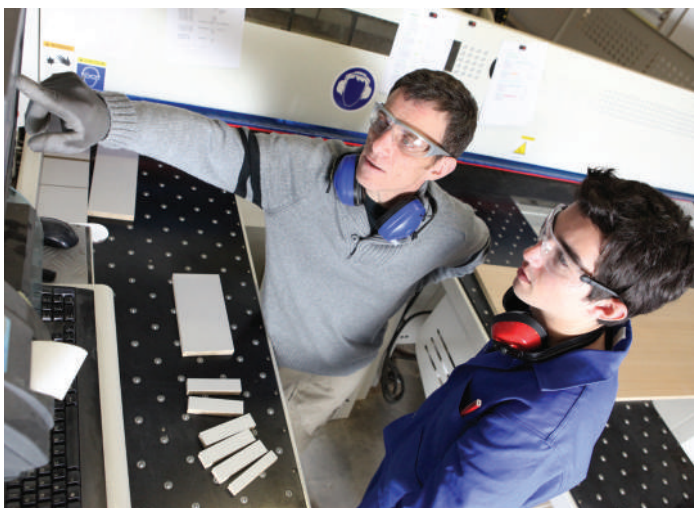
O texto reúne ideias contidas em quase 300 projetos de lei e 400 sugestões enviadas pela população por meio dos canais de comunicação da Câmara. Segundo a relatora, deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP), outro ponto do relatório deve alterar o Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257/2001) passando para as prefeituras – ao invés do proprietário do imóvel – a responsabilidade pela manutenção das calçadas em boas condições de circulação.

www.camara.gov.br

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

Empregadores que cumprem seus deveres poderão adotar medidas que preservem a saúde dos trabalhadores e afaste o pagamento do adicional de insalubridade. Este direito é assegurado constitucionalmente e devido a quem exerce atividades ou operações insalubres ou que cause exposição a agentes nocivos à saúde acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza, da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos. Nesse sentido, a insalubridade poderá ser eliminada ou neutralizada mediante a adoção de medidas que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância, bem como pela utilização de equipamentos de proteção individual que diminuam a intensidade do agente agressivo. Assim, ausente risco à saúde ou à vida dos trabalhadores, não haverá direito à percepção do adicional de insalubridade.

www.trt3.jus.br



ALUNO-APRENDIZ

O trabalho sob a condição de aluno-aprendiz foi reconhecido pela Justiça para a contagem de tempo para a aposentadoria, e outras pessoas na mesma situação podem entrar com ações para pedir seus direitos. A 2ª Turma do TRF da 1ª Região negou provimento à apelação do INSS contra a sentença que permitiu a um homem usar o seu tempo de estudante em escola técnica, com formação agrícola, para obter aposentadoria. Ficou comprovado que o autor estudou na Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia, Minas Gerais, entre os anos de 1975 e 1977, recebendo remuneração da União. Os magistrados se basearam no Decreto nº 611/1992, segundo o qual alunos que receberam remuneração da União para cobrir gastos com materiais, moradia e outros itens podem somar esse tempo de estudo para conseguir o benefício. Isto quer dizer que existe jurisprudência sobre este tipo de caso. A decisão da Turma foi unânime.

www.trf1.gov.br



DIREITOS AUTORAIS

Emissora educativa do poder público não tem de recolher direitos autorais ao Escritório Central de Arrecadação e Direitos Autorais (Ecad), já que não auferiu lucro com a execução das obras musicais. Este entendimento da 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, inclusive, poderá livrar muitas organizações sociais que realizam eventos gratuitos, do recolhimento das taxas. Os magistrados mantiveram a sentença que indeferiu ação condenatória manejada pelo Ecad contra a Rádio Furg, ligada à Fundação Universidade do

Rio Grande. Pela decisão: “Se as obras são executadas em festejos municipais e outros eventos em que não são cobrados ingressos e não haja lucro direto ou indireto, não há lugar para a cobrança de direitos autorais”. Assim, como a grade de programação da emissora compõe-se de programas de cunho cultural, reprodução de programas de outras rádios públicas e divulgação das atividades da própria instituição de ensino, o juiz considerou indevida a cobrança dos direitos autorais. (Fonte: Jomar Martins)

www.conjur.com.br

RELACIONAMENTO ENTRE COLEGAS

Situação bastante comum no mundo corporativo, embora muitos ainda prefiram tratá-la com discrição, até pelo fato de boa parte das empresas possuir regras duras, o relacionamento entre colegas de trabalho não é, atualmente, um tabu como em décadas atrás. Recentemente, a Justiça deu ganho de causa (indenização por danos morais) a um ex-empregado de uma famosa loja, dispensado, por justa causa, por manter relacionamento amoroso no ambiente de trabalho. A empregadora alegou em sua defesa que o empregado foi dispensado por ter praticado falta grave ao descumprir orientação que não permitia o envolvimento, que não

o de amizade, entre superiores hierárquicos e subalternos, mesmo fora das dependências profissionais. A partir deste fato, o TRT-SC entendeu que a proibição do relacionamento afetivo entre seus empregados fora do ambiente do trabalho caracterizou lesão moral, com ofensa do direito da personalidade humana, especialmente a intimidade e a vida privada. O TST, por sua vez, concordou com a sentença da 2ª Instância, reforçando que qualquer modificação da decisão anterior exigiria nova avaliação dos fatos e provas do processo, conduta vedada pela Súmula 126 do TST.

www.tst.gov.br

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

A contribuição previdenciária incide sobre o salário-maternidade, definiu por maioria a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Os magistrados, entretanto, decidiram por unanimidade que a contribuição também sucede sobre o salário paternidade. Por outro lado, neste mesmo julgamento, os juízes concluíram que não incide contribuição previdenciária sobre o aviso prévio indenizado, o terço constitucional de férias (que possui natureza compensatória e não constitui ganho habitual do empregado, motivo pelo qual não há incidência da contribuição previdenciária) e a importância paga nos 15 dias que antecedem o auxílio-doença (pois a verba paga pelo empregador não tem natureza salarial).

www.stj.gov.br

LER/DORT GERA INDENIZAÇÃO

O INSS terá de realizar pagamento de auxílio-acidente na quantia de 50% do salário de benefício, a partir da cessação do último auxílio-doença, a uma auxiliar de limpeza de São Paulo acometida de lesões por esforço repetitivo (LER/DORT). Segunda ela, a síndrome reduziu sua capacidade de trabalho, verificada por perícia técnica, que apontou sequelas definitivas no membro superior esquerdo. A autarquia federal sustentou que a moléstia constatada não implica redução permanente da força para atividades laborativas habituais, portanto seria indevida a concessão de auxílio-acidente. Para o relator do caso, desembargador Adel Ferraz, o laudo pericial deve ser acolhido por inteiro. “As LER/DORT são de natureza ocupacional e afetaram de maneira parcial e definitiva a capacidade laborativa da autora, a justificar a concessão do auxílio-acidente, nos termos da Lei nº 8213/91, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9528/97”, anotou em seu voto.

www.tjsp.jus.br

1) Gostaria de saber se minha instituição, detentora do CEBAS, portanto, imune às contribuições sociais, deve efetuar o recolhimento das contribuições destinadas a terceiros (SESC, SENAC, SEBRAE, entre outros)?

R: As contribuições destinadas a terceiros têm como fundamento constitucional o artigo 240 CF/88, o qual claramente exclui a incidência do art. 195 das chamadas contribuições compulsórias dos empregadores sobre a folha de salários. Assim, recomenda-se o recolhimento até que o assunto seja pacificado, dadas as recentes decisões, ainda que monocráticas. Caso a instituição opte por deixar de recolher, que se faça uma provisão até que se tenha uma decisão definitiva do pleno do STF.

2) Minha instituição será obrigada a utilizar o e-Social? A partir de quando?

R: Serão obrigados a utilizar o e-Social todos os empregadores, inclusive os equiparados, leia-se entidades imunes ou isentas. As informações deverão ser prestadas a partir de janeiro de 2015, com exceção das empresas optantes pelo lucro real, com receita anual superior a R\$78.000.000,00 (setenta e oito milhões). Estas serão obrigadas a transmitir as informações já a partir de outubro do corrente ano.

3) Realizo serviço voluntário numa entidade sem fins lucrativos. Faço jus ao recebimento de alguma remuneração?

R: Não. A Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, em seu artigo 1º, define o serviço voluntário como sendo “a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade”. Assim, o serviço voluntário é atividade não remunerada.

4) Se no desempenho das minhas funções como prestador de serviço voluntário eu precisar desembolsar alguma quantia, serei reembolsado?

R: Sim. Existe previsão expressa de que o “prestador do serviço voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias”, nos exatos termos do artigo 3º da Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

5) Com a última alteração da Lei nº 12.101/2009, como ficou a questão da validade dos certificados Cebas e o prazo para formalização da renovação seguinte?

R: O artigo 38-A da Lei nº 12.868 aumentou expressamente o prazo de validade das certificações que vierem a ser concedidas entre 30 de novembro de 2009 e 31 de dezembro de 2011, a saber: “Art. 38-A. As certificações concedidas ou que vierem a ser concedidas com base nesta Lei para requerimentos de renovação protocolados entre 30 de novembro de 2009 e 31 de dezembro de 2011 terão prazo de validade de 5 anos”. A Lei nº 12.868/2013 também estabeleceu que os pedidos de renovação da certificação devem ser feitos em até 360 dias antes do término da validade do certificado, bem como que os pedidos protocolados de forma extemporânea ou intempestiva não serão conhecidos.

6) Minha entidade necessitará de mão de obra extra para atender uma licitação. Mas, ao final dos trabalhos, não precisaremos mais desta mão de obra. Que tipo de contrato devemos estabelecer?

R: Para tais casos a lei dispõe de dois tipos de contrato de trabalho: o temporário, regido pela Lei nº 6019/74, que tem duração de três meses prorrogáveis pelo mesmo período, ou o contrato de trabalho com tempo determinado, regido pela CLT, artigo 443, o qual poderá durar até dois anos. Ambos são peculiares em sua forma de contratação, mas garantem ao trabalhador direito equivalente aos do contrato por tempo indeterminado.

FESTIVAL ABCR



2014

19 A 22 DE MAIO DE 2014
SESC - GUARAPARI
ESPÍRITO SANTO

**A 6ª edição do maior festival
sobre captação de recursos do Brasil,
traz uma programação inédita
apontando as principais tendências.**

**www.festivalabcr.org.br
acesse e participe!**

Três dias de evento reunindo cerca
de 500 profissionais e palestrantes
nacionais e internacionais.

O tema central será a mobilização de
recursos de forma ética, consistente,
transparente e eficaz.
Venha conosco discutir
a captação de recursos!

Realização:



Co-Realização:



Patrocínio:

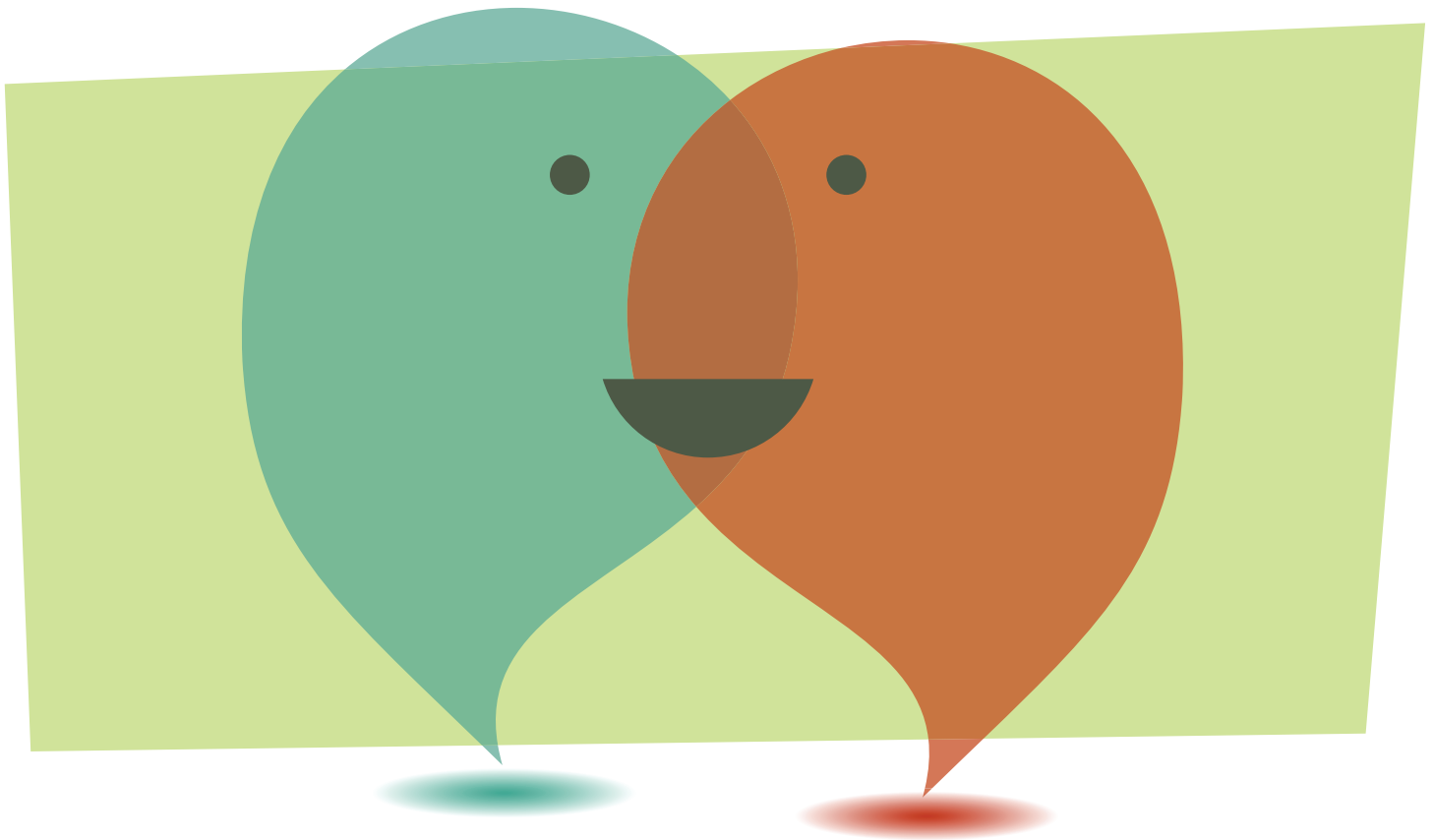


Inscrições:

R\$ 400,00 associados ABCR

R\$ 800,00 não associados

www.festivalabcr.org.br



UM SUJEITO E DUAS POLÍTICAS DE ESTADO

Diálogos e reflexões entre o SUAS e a Política Nacional da Juventude

Coloquialmente, dizem que a necessidade é a mãe de todas as invenções. Ao longo da história da humanidade, o homem ajustou suas necessidades ao seu modo de vida. Assim, os primeiros homens desvelaram a produção, o fazer, a ação, ou seja, criaram objetos que lhes auxiliassem nas atividades do dia a dia. Se no início o homem produziu, a partir de suas necessidades materiais ele aprendeu e aprendeu a utilidade da recriação movida pela experiência laboral.

Cabe enfatizar, antes de discorrer sobre o sentido e a necessidade dessas experiências, que nessa investigação optou-se pelo diálogo com um dos aspectos incorporados

pelas políticas nacionais da Assistência Social e da Juventude, relativo à inserção produtiva e à definição, ou redefinição, das dimensões conceitual e metodológica no mundo do trabalho. O diálogo não se insere em dicotomizar entendimentos, contrapor concepções, e nem conflitar garantias sociais instituídas constitucionalmente e consolidadas em suas especificidades. Ao contrário, trata-se de reflexões favoráveis às articulações intersetoriais em relação as ofertas e oportunidades laborais ao (a) adolescente-jovem, pois no contexto da atual conjuntura e das deliberações estabelecidas na Tipificação Nacional da Assistência Social, Resolução 109/2009 do Conselho



Nacional da Assistência Social/SUAS (CNAS), torna-se profícuo repensar a composição do eixo mundo do trabalho à população de 15 a 17 anos e onze meses de idade.

Em atenção a esse segmento inscrito como sujeito de direito nas atuais políticas sociais protetivas, a intenção objetiva provocar reflexões e abrir diálogo acerca das práticas laborais dessa demanda imersa no centro de dois singulares marcos na história da sociedade brasileira: 1- A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, Resolução nº 109/2009/SUAS, e 2- A Política Nacional da Juventude.

Nessa linha, segundo Antunes (2005), se o trabalho dá sentido à vida e a vida dá sentido ao trabalho; se, “por um lado, o trabalho torna-se elemento de alienação do homem, não tornando possível a ele uma participação ativa na transformação de objeto, percebemos, por outro lado, que o trabalho pode ser motivo de realização do ser humano” (Barroco, 2009, p.52); e se na contemporaneidade, mesmo que ainda esta expresse a exploração das forças produtivas (a força do trabalho do homem) e as injustiças e as desigualdades sociais, causadas pela centralidade dos

meios de produção, contudo, o saber fazer do indivíduo orientado por definições teórico-práticas reflete perspectivas em seu projeto e percurso de vida.

A Política Nacional de Assistência Social (2004) assinalou a ressignificação da Assistência Social no contexto moderno-contemporâneo da sociedade brasileira. O ECA, Lei nº 8.069/90, estabelece que a atenção ao (a) adolescente, de 15 a 17 anos e 11 meses, no tocante ao mundo do trabalho, esteja tipificada, e por meio desta, orienta que a oferta no tema seja contínua e de qualidade, no entanto, pouco clarifica o que sejam tais conhecimentos. Por outro lado, a Política Nacional da Juventude, com a criação do Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) e a promulgação do Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013), abrange a faixa etária jovem de 15 a 29 anos de idade, e busca promover ações que gerem oportunidades produtivas a essa demanda. Embora esses dois marcos se complementem e se articulem na consolidação da proteção social, e em muitos outros aspectos, como o sociológico, psicológico, antropológico, estatístico e filosófico, há pontos a serem alinhados, como por exemplo, a heterogeneidade juvenil, segundo Carrano (2003), e os interesses desse segmento, seguido do respeito às suas expectativas ao usufruírem o serviço.

Do ponto de vista relativo aos interesses dos (as) adolescentes-jovens, retoma-se o termo experiência laboral, como sentido da vida e como um dos elementos relevantes na atual trajetória dessa população, considerando, obviamente, as garantias protetivas, de direitos, e também de deveres sociais, instituídas nas legislações mencionadas. Fazendo a interface do tripé laboral-qualificação-heterogeneidade, reflete-se acerca das mudanças que vêm ocorrendo no percurso de vida da juventude, ou seja, seus sonhos, ideais, necessidades subjetivas, a emancipação e, com base neste elenco, existe necessária revisão de propostas que agudizam a sua exclusão de uma vida produtiva. Essas mudanças, as quais preconizam escolhas, formas de sociabilidades, avanço tecnológico e a exigência do mercado de trabalho. As articulações entre as políticas setorializadas no amparo, de fato, ao adolescente-jovem devem criar ações eficazes que lhes assegure oferta educativa laboral, seja por órgão governamental ou da sociedade civil, e que favoreça a destituição nodal concernente à sua formação e futura inserção no mundo do trabalho.

Os serviços socioassistenciais inscritos na Tipificação, dentre os quais destaca-se o eixo mundo do trabalho, são incorporados pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Esses serviços são atividades continuadas, definidas no art. 23 da LOAS, que visam à melhoria de vida da população, especialmente a mais vulnerável, e cujas ações estejam voltadas para as suas necessidades básicas, observando os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas nessa lei.

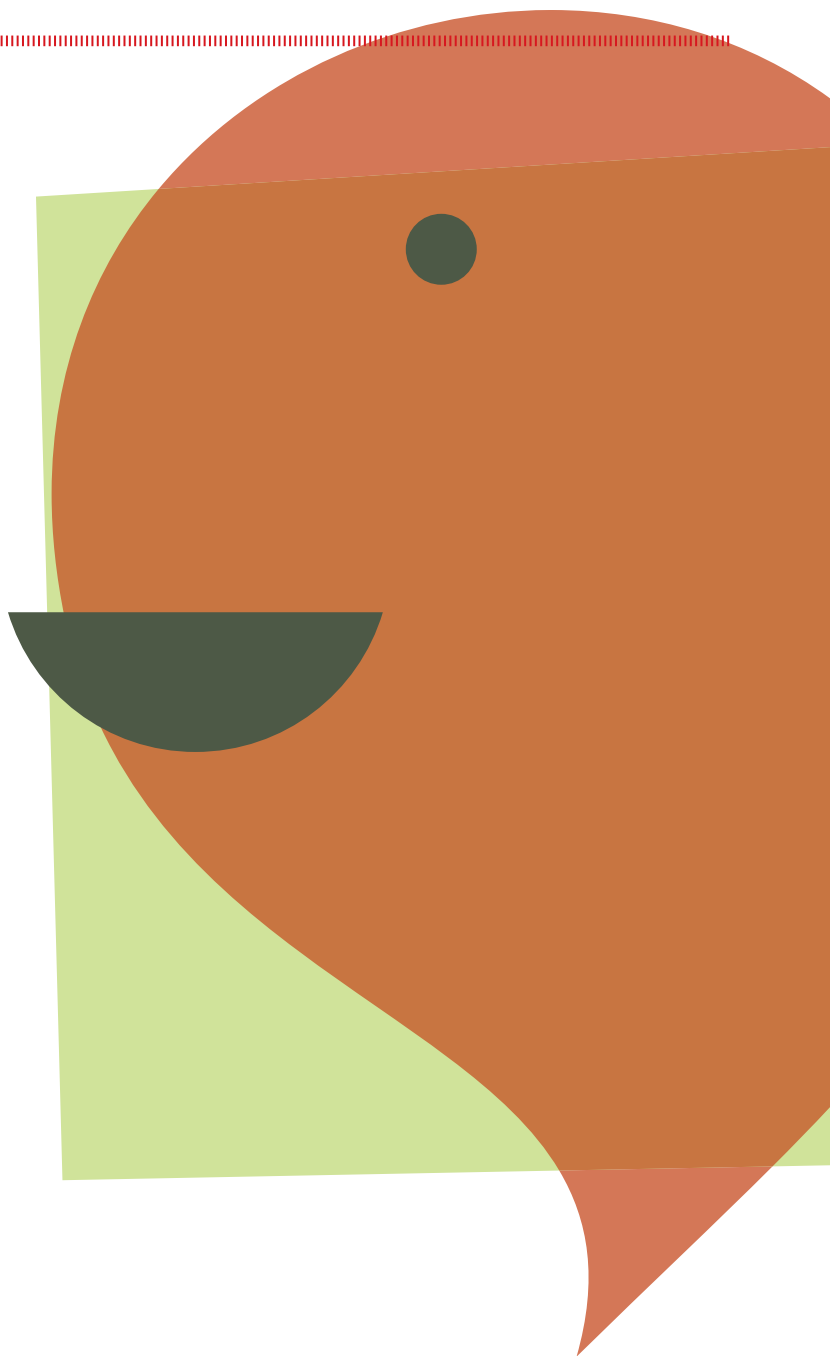
A Política Nacional de Assistência Social (2004) prevê seu ordenamento em rede, de acordo com os níveis de proteção social (básica e especial, de média e alta complexidade).

As orientações estabelecidas na Tipificação, quanto ao eixo em questão, são pautadas no ECA. O tema mundo do trabalho na Tipificação tem tratamento genérico, ou seja, sem especificidade de ofertas para a profissionalização, enquanto no ECA os artigos expressam: “Art. 65. Ao adolescente aprendiz, maior de 14 anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários”, e no Art. 69. “O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros: I – respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento; II – capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho”. Ainda, a Tipificação ressalta que o serviço deve ser organizado “(...) a partir dos interesses das demandas e das potencialidades conforme a faixa etária (...)”. Portanto, nas bases está expressa a necessidade de escuta dos interesses desse segmento no tocante aos seus quereres e fazeres relacionados à vida produtiva.

Na Política Nacional da Juventude (2006, p. 05), o (a) jovem “é uma condição social com qualidades específicas e que se manifesta de diferentes maneiras, segundo características históricas e sociais”, constituído de direitos e deveres. Para Carrano (2000), fazer referência ao jovem na contemporaneidade “precisa levar em consideração a heterogênea realidade das sociedades complexas” (p. 14-15). É nesse período de vida que se inicia a consolidação da personalidade, os processos de escolha da vida profissional, a obtenção de conhecimentos necessários, enfim, tornam-se protagonistas de experiências e projetam-se para futuro.

Por fim, o Brasil tem 51,3 milhões de jovens, o que corresponde a 29% do total da população (IBGE, 2010). Desse universo, 36% não fazem parte da PEA. Partindo dessa realidade, algumas inquietudes parecem ser pertinentes:

- Que as políticas sociais compreendam a juventude como sujeito de direitos em atenção a seus quereres e fazeres, seu sucesso e protagonismo, realizados para maiores oportunidades produtivas, sem, no entanto, desconsiderar o fortalecimento de seus vínculos sociais, maneira de pensar e agir no contexto da comunidade e do território em que se articula;
- Milhares de adolescentes-jovens vivem sem informação de seus direitos sociais e sem poder acessá-los, vivendo no limite do caos, em situação de desemprego, violência, analfabetismo, entre outras ausências;
- As políticas sociais não devem estar na contramão dos interesses e expectativas da população jovem;
- A presença do Estado deve ser de aproximação com órgãos territoriais e comunitários. 📌



■ Referências

- ANTUNES, Ricardo L.C. O sentido do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negociação do trabalho, São Paulo: Boitempo, 2009.
- BARROCO, Maria L. S. Ética e serviço social: Fundamentos Ontológicos. São Paulo: Cortez, 2008.
- BRASIL, Ministério da Educação. Assessoria de comunicação social. Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA. Brasília, DF: MEC 2004.
- _____. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Resolução nº 109/2009. Disponível em: www.mds.gov.br/.../tipificacao-nacional...servicos-socioassistenciais/...tip. Acesso em: 13 out.2012.
- _____. BRASIL, Presidência da República. Secretaria nacional da Juventude. Estatuto da Juventude, Lei Federal 12.852, de 05 de agosto de 2013. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/.../L12852.htm. Acesso em: 13.ago.2013.





GARANTIR DIREITOS E CONQUISTAR CIDADANIA

Por Julia Landgraf Pupo, René Ivo Gonçalves, Melissa Witcher e Alderon Costa

O número crescente de pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo – mais de 15 mil – demonstra claramente que as atuais políticas públicas de atendimento a esta população necessitam serem revistas e carecem de maior efetividade e envolvimento de todos os segmentos sociais.

Diante desse desafio, já que seres humanos são abandonados à própria sorte nas ruas da nossa cidade, o núcleo da PAULUS de Formação, Pesquisa e Disseminação Social, em parceria com a Associação Rede Rua de Comunicação e o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, e juntamente com o Movimento Nacional de População em Situação de Rua (MNPR), realizou o curso “Garantir Direitos e Conquistar Cidadania”, voltado a lideranças do MNPR e usuários dos equipamentos sociais administrados por organizações parceiras, que acreditam que qualquer solução e iniciativa devem ter como premissa a participação efetiva daqueles sujeitos a quem a política se destina.

A presença da população em situação de rua em espaços de diálogos e de construção coletiva deve ser qualificada. Nesse sentido, o curso procurou propiciar trocas de saberes entre os participantes dos cursos. A experiência das organizações e dos convidados ajudou a elevar a consciência crítica para qualificar a atuação dos participantes do curso em espaços de incidência.

O curso propiciou treze encontros semanais, nos quais foram desenvolvidas diversas atividades, como dinâmicas de grupo, atividades práticas, momentos de conteúdo teórico e debates. A construção coletiva com os participantes foi a base do curso, e mesmo havendo um planejamento prévio, tudo era oferecido e construído/reconstruído com o grupo. A preparação dos encontros acontecia a partir das questões e interesses dos participantes.

O primeiro módulo teve como objetivo abordar o tema: “o que leva as pessoas à situação de rua”? A partir da experiência de cada participante, foi possível reconhecer coletivamente situações semelhantes geradoras dessa conjuntura, ao mesmo tempo em que se observou a dimensão multifatorial causadora dessa situação. Foram

.....
A experiência das organizações e dos convidados ajudou a elevar a consciência crítica para qualificar a atuação dos participantes do curso em espaços de incidência

apresentados dados da Pesquisa Nacional de População de Rua e do Censo da cidade de São Paulo. Por fim, discutiu-se sobre a ordem social imposta pelo capitalismo, cujas bases são a sociedade dividida em classes, o acúmulo de capital e a desigualdade social. Focou-se na desmitificação da ideia do fracasso pessoal.

O segundo módulo teve como meta trabalhar a relevância da Constituição Federal de 88, aprofundar com o grupo o que são os direitos sociais e as garantias fundamentais. A importância das *políticas públicas* como um instrumento de garantia de direitos também foi foco. O grupo optou pelo aprofundamento nas políticas de assistência social, saúde e habitação para a população em situação de rua.

O terceiro módulo teve como objetivo enfatizar a importância dos movimentos sociais como forma de luta para garantia de direitos. O depoimento de um participante do curso que fazia parte do Movimento Nacional de População em Situação de Rua resgatou a história do movimento para o restante do grupo.

No encontro de avaliação final, os participantes expressaram a necessidade de continuação de cursos como este, com linguagem acessível e conteúdo que possibilitem a reflexão sobre a situação vivida por esse grupo, que criem portas de saída da rua, não por oferecer uma resposta imediata, mas por despertar a dimensão do sujeito de direito. Sujeito este crítico do mundo que o rodeia, que é dono da sua própria história e, portanto, que luta para transformar a situação de risco na qual se encontra. 📌



ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO FORMA DE PROMOVER O DESENVOLVIMENTO

*Por Jeniffer Noronha Marques e Kathlen Ramos**

Aetimologia da palavra filantropia corresponde ao amor à humanidade, segundo a língua grega. Mas o que seria isso? Onde encontramos esse tipo de ação? Existem formas diferentes de ajudar ao próximo, seja com palavras, gestos, individualmente ou em grupo, e até vindo de alguma

entidade. Essas instituições são consideradas filantrópicas por praticarem a assistência social, que, na nossa constituição, tem a seguinte definição: “Assistência social é prestada aos necessitados (art. 203) ou desamparados (art. 6º)”.

É fato que assistência é um tema muito discutido ainda hoje, já que ele existe porque há pessoas que não

têm assegurados seus direitos sociais. Quando aparece um 'buraco' na forma de garantir isso, a assistência surge como algo para diminuir ou acabar com essa necessidade. Além disso, uma entidade filantrópica não tem fins lucrativos, mas a pergunta que paira no ar é: por que existe esse tipo de atitude? Algumas pessoas diriam que isso é basicamente amor e vontade de ajudar; já outros diriam que essa posição é apenas a atualização de uma vertente conservadora de gerir a sociedade e seus cidadãos. O que você diria?

É sabido que a política envolve todos nós, e que a assistência social envolve todos aqueles que precisam da mesma. Sabe-se também que para ser uma entidade reconhecida como tal, é necessário ter a visibilidade da sociedade como um todo, e isso não é simples. Seria, então, uma atitude com interesses políticos, baseados na busca pelo poder e pelo marketing, ou o simples sentimento de ajudar o próximo?

Se existe a Assistência Social realizada pela sociedade civil, fica claro que o Estado não consegue suprir a demanda de pessoas em situação de vulnerabilidades existentes, fato este que estampa nossa realidade diária. Podemos também olhar o lado dos esquecidos sociais; não é possível deixar de entender seu passado, seu presente e seu ambiente sociocultural, quais valores eles conhecem e, mais ainda, sobre o que nunca ouviram falar.

O que se escuta sempre ao comentar sobre ter visto alguém em certa situação de precariedade é a famosa frase: 'Ele não sai disso porque não quer' ou 'tal pessoa que é dona de uma empresa multinacional já passou por necessidades' etc. Resolvemos nos calar, mas por que fechar-nos diante de tamanha falta de compreensão como o nosso próximo? Da nossa particularidade e intimidade, resta que palavras se percam e se desconectem ao imaginar que existem inúmeras pessoas por aí dizendo que a Assistência Social foi feita para sustentar – no português de todos nós – incapazes e preguiçosos. Essa é uma visão sistêmica embutida na organização de nossa sociedade, assim como seu modo de produção capitalista que sustenta na cabeça de todos a meritocracia, a prevalência do mérito pessoal e individual, definindo que alguns irão vencer na vida porque são mais capazes que outrem – algo que só faz sentido em um sistema que precisa do lucro e de pessoas para gerar esse lucro, sendo estas muitas vezes os próprios esquecidos sociais.

De fato, é complicado fazer com que tantas pessoas entendam que ninguém gostaria de passar fome, não estudar, dormir na rua, ser mãe ou pai solteiro, ficar no corredor do hospital enquanto espera a morte, depender de esmolas e mais tantas outras situações degradantes.

Diante de uma série de questões que englobam o 'dar uma mãozinha', 'o ponta pé', 'acender a luz da esperança' na vida de alguém, precisamos sempre analisar todos os

Podemos também olhar o lado dos esquecidos sociais; não é possível deixar de entender seu passado, seu presente e seu ambiente sociocultural, quais valores eles conhecem e, mais ainda, sobre o que nunca ouviram falar

ângulos. Tentaremos explicar os lados mais visíveis e possíveis para essa Assistência Social por parte de entidades privadas conhecidas como o Terceiro Setor, investimento social privado ou empresas sociais.

Mahatma Gandhi foi o grande apóstolo da não violência como forma de resistência e luta. Ele explicou que, para a violência não existir, é necessário que não exista o egoísmo, e está claro que nosso egoísmo nos impedia dia após dia de realizar atos de amor. Quando olhamos por esse lado, a assistência social pode estar relacionada ao direito, à justiça social e até a uma forma de amor ou não violência, já que pode ser praticada por profissionais, militantes e voluntários, pessoas que se propõem e querem ouvir, entender e abraçar o outro.

É exatamente por isso que precisamos nos lembrar que ela, a assistência social, não é feita de ajuda relacionada apenas aos bens materiais. Além disso, é uma forma de resistir e lutar por uma sociedade ética e provedora de direitos sociais.

Observando a Constituição Federal de 1988, art. 150, VI, c) temos uma lei que 'veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre "patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos aos requisitos da lei." Aqui, podemos observar que entidades de Assistência Social estão isentas de pagar impostos usando esse recurso para aplicar diretamente em seus projetos, realizando aquilo que o poder público não consegue.

Existe hoje algo de muito interesse das empresas privadas: a chamada filantropia estratégica, pela qual uma empresa investe em causas específicas, sejam elas ambientais ou sociais. Outras informações são extremamente importantes para entendermos essa relação das empresas com a Assistência Social. Todas essas condições e estratégias devem ser conhecidas e consideradas importantes para que, então, possamos entender minimamente como funciona o Terceiro Setor e sua conexão com o conceito empresarial de gestão. 📌

*Alunas de Jornalismo, 3º semestre – Noturno - FAPCOM - Faculdade PAULUS de tecnologia e comunicação

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

<http://www.guiarh.com.br/filantropia.htm>

Terceiro Setor: Legislação

ROHDEN, Huberto. Mahatma Gandhi – O apóstolo da não violência.

SPOZATI, Aldaiza; DE CARVALHO, Maria do Carmo Brant; FLEURY, Sônia

Maria Teixeira. Os direitos (dos desassistidos) sociais.



A ROSA QUE NASCEU SEM ESPINHO

Por Rodrigo Cristalino Bezerra da Silva

Eu sou uma rosa. Diferente das outras rosas, eu não tenho espinhos. Vivo aqui neste jardim, repleto de outras rosas que têm espinho, buscando em minhas ideias entender por que eu nasci assim. Será que a natureza, que é tão perfeita aos nossos olhos, falhou ao me criar? Será que mesmo sem espinhos eu consigo ser uma rosa completa? Quer dizer, para que serve afinal este espinho, que só eu não tenho?

Resolvi, então, perguntar às pessoas que passavam por ali por que as rosas têm espinho. Passou um jardineiro, e eu perguntei: “Senhor jardineiro, por que as rosas têm espinho”? Ele me respondeu que a rosa tem espinho para se defender. Pensei então: “será que não tenho nenhuma defesa”?

Depois, veio andando tranquilo um músico, e perguntei: “por que a rosa tem espinho”? Ele respondeu: “porque Deus quis assim!”. Pensei então: “será que Deus não quis que eu tivesse espinho”? Continuava com dúvidas. Nessa hora veio um professor, com um livro nas mãos, e mesmo com receio de atrapalhar sua leitura, perguntei: “professor, por que as rosas têm espinho”? Ele parou de ler, olhou para o livro, pensou um pouco e disse: “não posso responder agora, preciso pensar!”. Então, comecei a raciocinar.

Enquanto pensava, veio andando por ali um artista, e perguntei: “Artista, por que a rosa tem espinho”? Ele olhou ao redor e disse: “para responder, eu teria que ser uma rosa”!

Refleti sobre a resposta, e pensei: “então preciso viver mais para entender o porquê de eu não ter espinho”?

Nessa hora, senti um cheiro delicioso de bolo. Era uma cozinheira que passava, então aproveitei e perguntei: “Cozinheira, por que as rosas têm espinho”? Ela me disse que a rosa é a flor mais bela de todas, e que tem espinho para que ninguém possa tocá-la e estragar sua beleza. Naquele momento, tive uma grande revelação: se as rosas têm espinho por serem belas, então eu não era bela? Ou será que sou tão bela que somente a mim podem tocar? Foi então que passou uma mulher muito bela, e fiz a mesma pergunta a ela. Ela olhou para o lado, balançou os cabelos e respondeu: “porque elas precisam de proteção!”. Do outro lado, veio uma estudante. Ela escutava música e escrevia em um caderno ao mesmo tempo. Eu pedi que ela me olhasse, já que os outros não olharam, e então fiz a mesma pergunta. Ela respondeu que as rosas têm espinho porque são fortes, e neste momento me senti vulnerável e fraca. Pensei: “Não tenho defesa! Não tenho a perfeição de Deus! Não há ninguém igual a mim! Não sou bela! E não sou forte!”.

Foi aí que pensei que talvez não fosse uma rosa como as outras. Quando passou um cientista, eu rapidamente perguntei: “Por que as rosas têm espinho”? Ele parou, olhou para as outras rosas e disse que teria que me levar para análise, e só assim poderia responder a pergunta. Eu fiquei desconfiada e não aceitei. Foi então que veio correndo uma criança, a quem também fiz a pergunta. Ela me disse que era para que ninguém me machucasse. Fiquei apavorada! Então eu estava em perigo, senti então que tinha pouco tempo. Gritei a todas as rosas: “por que as rosas têm espinho”?

Somente uma me respondeu, dizendo que também não entendia, já que mesmo com espinho os humanos arrancavam suas companheiras e elas não voltavam mais. Durante um bom tempo ninguém mais passou por ali. Depois, resolvi perguntar ao único humano que estava mais próximo de mim: “Autor, responda-me! Por que as rosas têm espinho”?

O autor refletiu sobre todas as respostas, e finalmente respondeu: “As rosas têm espinho para que os humanos entendam que as flores não nasceram para serem arrancadas, e sim visitadas. Por isso você não tem espinho, para que eu possa levar esse ensinamento. 🌹”

Contribuir para a construção de um mundo mais justo e sustentável é **responsabilidade de todos.**



Prestar serviços com especialização, atualização e competência é **nosso compromisso.**



Quality
Associados

Consultoria e assessoria contábil, fiscal e trabalhista para o **Terceiro Setor**

visite nosso site www.qualityassociados.com.br ou ligue para (11) 3837-0000



MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS POR MEIO DE LEGADOS

FERRAMENTA AINDA POUCO EXPLORADA PELAS ENTIDADES, OS LEGADOS PODEM SER BOA ALTERNATIVA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

A sustentabilidade econômica de uma organização do Terceiro Setor está diretamente relacionada à sua capacidade de conquistar, manter e diversificar suas fontes de recursos. E, para mobilizar recursos, as organizações sem fins lucrativos desenvolvem diversas atividades e estratégias, tais como acessar empresas, criar quadros de mantenedores pessoas físicas, licenciar marcas, criar fundos patrimoniais, recorrer a editais diversos (públicos e privados), vender produtos e prestar serviços, por exemplo. Qualquer associação ou fundação que mobiliza recursos de forma planejada e continuada já colocou na pauta de seu planejamento a necessidade de diversificar fontes de recursos como forma de diminuir o risco de sua sustentabilidade econômica.



◀ **RAISSA GRADIM** é sócia do escritório Tiisel & Gradim Advogados, graduada pela PUC/SP, pós-graduada pela Université Panthéon-Assas (Paris 2) - França e com especialização e MBA em Responsabilidade Social e Sustentabilidade pela FGV.



Porém, outro fator relacionado à mobilização de recursos é a legitimidade social da organização que mobiliza. Uma associação ou fundação que capta recursos da sociedade precisa devolver os recursos mobilizados em forma de serviços necessários a todos, com eficiência. E o reconhecimento por essa “devolução” pode ser mensurado pelos resultados alcançados, pela conquista de novos financiadores, mas também pelo comprometimento dos doadores e patrocinadores já fidelizados em longo prazo.

Mobilizar recursos por meio de Legados, além de ser uma estratégia muito pouco utilizada no Brasil, seguramente é uma alternativa ímpar para organizações que cultivam o relacionamento com seus doadores e financiadores. Afinal, não podem existir pessoas mais comprometidas com uma organização ou causa social do que aquelas que direcionam seus bens pessoais, que comporiam sua herança, para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável.

O QUE É LEGADO?

Legado é coisa certa e determinada ou quantia em dinheiro deixada a alguém em testamento ou em outro ato de disposição de última vontade admitido em direito. Ou simplesmente: legado é o bem ou valor que alguém deixa a outrem por meio de disposição de última vontade; sendo o mais comum o testamento.

O QUE PODE SER OBJETO DO LEGADO?

O legado pode ter por objeto coisas móveis e imóveis, corpóreas e incorpóreas, fungíveis e infungíveis, existentes e futuras, direitos, ações, créditos, prestações de fazer negativas ou positivas, frutos. Além disso, deve ainda ser o objeto lícito, possível, valorável economicamente, determinado ou determinável e passível de alienação.

QUEM É QUEM?

Legante é o testador, quem institui o legado. Legatário é aquele contemplado com o direito ao legado, o beneficiado; podendo ser qualquer pessoa, seja ela natural ou jurídica, civil ou comercial, parente ou não. Pode existir ainda a figura do Onerado, aquele sobre quem recai o ônus do legado ou a quem cabe a prestação do legado.

QUAIS AS ESPÉCIES DE LEGADO?

Quanto ao objeto, o legado poder ser: a) legado de dinheiro; b) legado de imóvel; c) legado de coisas, que se subdivide em legado de coisa alheia, de coisa do herdeiro ou legatário, de coisa móvel que se determine pelo gênero ou espécie, de coisa comum, de coisa singularizada, de coisa ou quantia localizada e, por fim, de coisa “incerta” (indicada pelo gênero e espécie); d) legado de renda ou pensão periódica; e) legado de crédito ou quitação de dívida; f) legado de alimentos; g) legado de usufruto; e h) legado alternativo.

Segundo o modo da sua instituição, o legado pode ser:

- puro e simples: sem a imposição de condição, ônus ou qualquer limitação ao direito do legatário;
- condicional: os efeitos do legado ficam atrelados a um acontecimento futuro e incerto;
- modal, com encargo ou sublegado: com imposição de um ônus ou obrigação ao legatário;
- a termo: seus efeitos ficam vinculados a uma data estipulada pelo testador.

COMO SE DÁ A TRANSMISSÃO DA PROPRIEDADE E DA POSSE DO LEGADO?

A lei considera que no momento da morte do testador, há a transmissão de seu patrimônio, de forma integral, aos seus herdeiros. Isto é, a herança (a propriedade e a posse do acervo patrimonial) transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários. O mesmo não se dá com o legado.

No direito brasileiro, com a morte do testador o legatário tem o direito de pedir aos herdeiros a coisa legada; sendo esse direito transmissível a seus sucessores. Desta forma, quanto à propriedade da coisa legada, o legatário adquire sua propriedade, salvo se o legado estiver sob condição suspensiva.

No que se refere à posse, no entanto, esta só será atribuída ao legatário no momento da partilha. Até que isso ocorra, o legatário tem propriedade sem posse. No entanto, pode ocorrer de os bens legados serem entregues anteriormente pelo herdeiro de forma tácita ou expressa.

Cabe ressaltar que se fazem necessárias algumas considerações referentes aos efeitos para a aquisição da propriedade e da posse nas espécies de legado condicional, a termo ou modal. Pois, no legado condicional, enquanto não acontecer o evento futuro e incerto o legatário tem apenas uma expectativa de direito. E, assim sendo, só pode reclamar a propriedade e posse da coisa após o cumprimento da condição. E se o legado for a termo, o legatário só pode reclamá-lo com o advento da data.

O legado modal ou com encargo, por sua vez, funciona como puro e simples, pois não impede o direito do legatário de pedir aos herdeiros a sua entrega desde logo. Sujeita o legatário, contudo, ao cumprimento do encargo ou condição.

Alertamos que esta modalidade de legado está sujeita à aceitação pelo beneficiário (legatário), que pode renunciá-lo se não concordar com o ônus que o acompanha.

No direito brasileiro, todo legado é uma liberalidade, isto é, uma generosidade do testador que, ao seu bel prazer, decide destinar parte de suas propriedades quando da sua morte a uma ou mais pessoas, sejam elas suas herdeiras ou não.

Daí surgem questões comuns: O instituto do legado é uma doação? É herança? Legatário é herdeiro?

LEGADOS E DOAÇÕES: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS

O legado se assemelha a uma doação no sentido de que ambos representam liberalidades que envolvem a transferência de bens, valores e direitos de uma pessoa a outra, estando sujeitos à aceitação pelo beneficiário, que pode renunciá-los ou rejeitá-los.

Observe-se ainda que, embora em regra tanto os legados quanto as doações sejam realizados em caráter gratuito e sem a imposição de nenhuma condição, ônus ou qualquer limitação ao direito do beneficiário, o testador e o doador podem estipular cláusulas acessórias à liberalidade, dentre elas: a condição, que é um acontecimento futuro e incerto de que depende a eficácia do negócio jurídico; e o encargo, que é um ônus ou obrigação imposto ao beneficiário pelo autor da liberalidade.

Entretanto, diferenciam-se especialmente pelo fato de que a doação envolve a transmissão de bens, valores e direitos por ato *inter vivos* (doador dá ao donatário em vida), enquanto o legado se apresenta, em essência, como uma sucessão *causa mortis*, ou seja, uma transmissão decorrente da morte (testador deixa bem ou valor determinado a ser transmitido ao legatário após seu falecimento).

Outra peculiaridade do legado, que o diferencia da doação, é que a liberalidade deve ser realizada por ato de última vontade, sendo o mais comum o testamento. O legado é típico à sucessão testamentária. Isto é, não há legado fora do testamento ou outro ato de disposição de última vontade.

ATENÇÃO

- 1** A lei brasileira não permite legados universais, como ocorre, por exemplo, no direito francês. Não podendo, portanto, o testador legar todo o seu patrimônio, sem distinção.
- 2** No caso de o legatário falecer antes do testador, esse direito não será transmitido a seus sucessores.
- 3** Se o falecimento do legatário ocorrer antes de acontecer a condição para o recebimento da benesse, o legado caduca, isto é, torna-se ineficaz.
- 4** Enquanto viver e estiver em condições de expressar sua vontade, o testador pode revogar o testamento, total ou parcialmente. Pode também alterá-lo quantas vezes quiser, visto ser ato personalíssimo.
- 5** Ao contrário do que se imagina, a lei não determina como indispensável a participação de um advogado na elaboração do testamento, nem mesmo posteriormente, para que seja considerado válido e produza os efeitos pretendidos. Entretanto, a sua participação é aconselhável para que não sejam previstas disposições que possam tornar o documento nulo ou anulável.



LEGADO NÃO É HERANÇA, LEGATÁRIO NÃO É HERDEIRO

Legado se difere da herança. A herança é representada pela totalidade do patrimônio do falecido, em que se incluem os bens e as dívidas, os créditos e os débitos, os direitos e as obrigações, as pretensões e ações de que era titular o falecido, e as que contra ele forem propostas, desde que transmissíveis; o legado, por sua vez, tem por objeto coisa certa e determinada ou uma cifra em dinheiro do acervo patrimonial do testador.

O herdeiro representa o falecido, para todos os efeitos patrimoniais, podendo-se dizer que continua a personalidade deste. É chamado a subrogar-se na posição do finado, como titular da totalidade da herança, fração ou parte dela, de modo que se investe na titularidade de seu ativo e assume a responsabilidade por seu passivo.

Já o legatário, não. Tanto é que só responde pelas dívidas quando a herança é insolvente ou toda distribuída em legados válidos, ou quando a obrigação de atender o passivo lhe é imposta pelo testador, expressamente.

Ao contrário da instituição dos herdeiros, que são chamados ao processo sucessório por força da lei, os legatários são sempre nomeados explicitamente pelo testador. Ademais, aqueles sucedem a título universal, pois a herança é uma universalidade; esses, porém, sucedem ao falecido a título singular, tomando o seu lugar em coisa certa e individuada. Legatário e herdeiro, portanto, não se confundem.

LEGADO NÃO PREJUDICA OS HERDEIROS

O legado, como vimos, enquadra-se como uma sucessão testamentária a título singular. Isso significa que a liberalidade deve ser prevista em testamento (ou outro ato de disposição de última vontade), e o legatário sucede o falecido em coisa certa e determinada.

Oportuno caracterizar a “sucessão legítima” e a “sucessão testamentária”, pois são institutos fundamentais para a compreensão do direito sucessório, no qual se encontra o legado.

Dispõe o Código Civil que a sucessão dá-se por lei ou por disposição de última vontade, e que, quando a pessoa falece sem testamento, transmite a herança aos herdeiros legítimos; o mesmo ocorrerá quanto aos bens que não forem compreendidos no testamento; e subsiste a sucessão legítima se o testamento caducar, ou for julgado nulo.

Assim, ocorre a sucessão legítima quando a sucessão decorre da lei, com a transmissão da herança aos herdeiros legítimos e de acordo com uma ordem preferencial denominada “ordem da vocação hereditária”.



Afinal, não podem existir pessoas mais comprometidas com uma organização ou causa social do que aquelas que direcionam seus bens pessoais, que comporiam sua herança, para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável.



Os herdeiros e a ordem da vocação na sucessão legítima estão expressamente indicados na lei da seguinte forma: a) aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens; ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares; b) aos ascendentes, em concorrência com o cônjuge; c) ao cônjuge sobrevivente; d) aos colaterais.

A sucessão testamentária, por sua vez, decorre da manifestação de última vontade, expressa em testamento ou codicilo (destinado a disposições de pequeno valor ou recomendações para serem atendidas e cumpridas após a morte, e que adotam uma forma menos solene do que a dos testamentos).

Observe-se, entretanto, que no direito pátrio o testador apenas poderá dispor de metade da herança, denominada “porção disponível”, pois a outra metade constitui a denominada “legítima” e pertence de pleno direito aos herdeiros necessários, ou seja, aos descendentes, aos ascendentes e ao cônjuge.

Em outras palavras, havendo herdeiros necessários, divide-se a herança em duas partes iguais e o testador só poderá dispor livremente da metade disponível, para outorgá-la ao cônjuge sobrevivente, a qualquer de seus herdeiros ou mesmo a estranhos.

COMO DEIXAR UM LEGADO?

Uma vez que vimos que inexistente legado sem a manifestação da última vontade, resta saber quais são as formas de realizar tal manifestação.

No direito brasileiro, a manifestação da última vontade se dá por testamento ou codicilo.

O Código Civil caracteriza o codicilo como instrumento que o autor da herança poderá, mediante escrito particular seu, datado e assinado, fazer disposições especiais sobre o seu enterro; sobre esmolas de pouca monta a certas e determinadas pessoas, ou, indeterminadamente, aos pobres de certo lugar; assim como legar móveis, roupas ou joias, de pouco valor, de seu uso pessoal.

A forma mais comum e abrangente de manifestação da última vontade, no entanto, é o testamento. E suas espécies mais corriqueiras são: testamento público, testamento cerrado e testamento particular ou hológrafo.

O testamento público é escrito em livro de notas, pelo tabelião, de acordo com as declarações do testador, feitas em língua nacional e na presença de duas testemunhas que devem assistir a todo o ato.

CURIOSIDADE

O legatário que não tiver parentes vivos até 4º grau pode legar a totalidade de seus bens. São considerados no direito brasileiro parentes em 4º grau: os trisavós (pais dos bisavós), os trinotos (filhos dos netos), os tios avós (irmãos dos avós), os primos (filhos dos tios, chamados “de primos irmãos”) e os sobrinhos netos (netos dos irmãos).

É tido como mais seguro do que as outras espécies de testamento devido às suas formalidades, apesar de apresentar o possível inconveniente de ser público, permitindo o conhecimento de seu teor a qualquer pessoa. O custo envolvido para a sua elaboração pode ser visto como uma desvantagem dessa espécie de testamento.

O testamento cerrado, secreto ou místico é aquele escrito pelo próprio testador, ou por alguém a seu pedido e por ele assinado; sendo posteriormente completado pelo instrumento de aprovação ou autenticação lavrado pelo tabelião, que lacra e costura o instrumento em presença do disponente e de duas testemunhas idôneas. Tem, portanto, caráter sigiloso. A declaração de vontade do testador é mantida em segredo, pois nem o oficial do cartório nem as testemunhas tomam conhecimento das disposições, que, em geral, só vêm a ser conhecidas quando o instrumento é aberto após o falecimento do testador.

A intervenção do tabelião tem por intuito dar autenticidade sem que essa participação retire a vantagem do segredo. Tal modalidade testamentária, todavia, apresenta o inconveniente de ser reputado revogado o testamento se apresentado em juízo com o lacre rompido, além de poder desaparecer pela ação dolosa de algum herdeiro. O custo envolvido para a sua preparação também pode ser visto como um ponto negativo dessa espécie de testamento.

O testamento particular ou hológrafo é ato de disposição de última vontade escrito de próprio punho, ou mediante processo mecânico, assinado pelo testador e lido por este a três testemunhas, que também o assinarão, com a obrigação de depois da morte do disponente confirmar a sua autenticidade.

IMPORTANTE

Compete destacar aqui a possibilidade do reconhecimento da imunidade e da obtenção da isenção do ITCMD nos casos em que o beneficiário do legado é organização sem fins lucrativos. Porém, o imposto em questão é estadual e recomenda-se verificar a legislação de cada Estado. Em São Paulo, a imunidade do ITCMD pode ser reconhecida às instituições de educação, saúde e de assistência social, sem fins lucrativos, cumpridas as condições do artigo 14 do Código Tributário Nacional e os demais requisitos legais. Já a isenção do ITCMD pode ser concedida às organizações sem fins lucrativos cujos objetivos sociais sejam vinculados à promoção dos direitos humanos, da cultura ou à preservação do meio ambiente.

A vantagem desse meio de testar consiste na desnecessidade da presença do tabelião, tornando-se, assim, mais simples, cômodo e econômico para o testador. Todavia, é tida como a forma menos segura de testar, porque depende de confirmação em juízo, após a abertura da sucessão, pelas testemunhas (que poderão faltar, por morte ou ausência). Além disso, existe a possibilidade de algum herdeiro ocultar o documento.

Entretanto, o Código Civil de 2002, objetivando minorar os inconvenientes da legislação anterior, indica que agora basta que apenas uma das testemunhas reconheça o testamento particular, se as outras duas faltarem.

COMO É FEITO O TESTAMENTO?

Cada espécie de testamento possui suas particularidades. No caso dos testamentos públicos e cerrados:

- Ser maior de 16 anos e estar em plena capacidade e em condições de expressar sua vontade perante o tabelião de notas;
- Agendar uma data e horário no Tabelionato de Notas de conveniência do testador; e
- Devem comparecer o testador e 2 testemunhas, trazidas pelo testador, as quais não podem ser parentes do testador nem dos beneficiários.

As testemunhas:

- Devem ser alfabetizadas;
- Não podem ser cegas ou surdas;
- Maiores de 16 anos de idade;
- Não podem ser cônjuge do testador;
- Não podem ser ascendente, descendente, irmão e cônjuge dos herdeiros instituídos ou legatários;
- Obrigatoriamente 2 testemunhas;

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

Documentos originais do testador e das testemunhas (RG e CPF) acompanhados de cópias simples.

CUSTO

O valor do testamento é tabelado por lei em todos os cartórios do Estado.

No Estado de São Paulo os valores em vigor são: Testamento Público sem conteúdo patrimonial: R\$ 68,03; Testamento Público com conteúdo patrimonial: R\$ 1.237,00; Testamento Cerrado: R\$ 1.237,00; Revogação de testamento: R\$ 206,16.

No testamento particular, as formalidades com relação à capacidade do testador e as testemunhas são as mesmas, lembrando que nesse caso são três testemunhas ao invés de duas, não sendo necessária a presença de um tabelião de notas, não incorrendo custos de cartório, portanto.





O legado é um meio de que se vale o testador para cumprir deveres sociais: premiando o afeto e a dedicação de amigos e parentes, recompensando serviços, distribuindo esmolas, propiciando recursos a estabelecimentos de beneficência, contribuindo para a educação do povo, saneando localidades (...) e auxiliando outros a realizar um ideal de cultura ou bem-estar.

**CARLOS ROBERTO
GONÇALVES (2010)**

Direito Civil Brasileiro, Volume 7:
Direito das Sucessões



QUAIS OS CUSTOS E OS IMPOSTOS DECORRENTES DO LEGADO?

- 1º Eventual custo para a lavratura do testamento pelo tabelião de notas (nas modalidades de testamento público ou cerrado) são de responsabilidade do testador.
- 2º As despesas que possam advir do bem legado, tais como: guarda, depósito, transporte, transferência de propriedade, bem como os riscos da sua entrega; correm à conta do legatário, se não dispuser diversamente o testador.
- 3º Em regra, o imposto estadual de transmissão *causa mortis* - ITCMD deve ser pago. Lembrando que há casos que são isentos ou imunes do imposto.

Na legislação do Estado de São Paulo, as isenções de ITCMD, nas transmissões *causa mortis*, aí incluso o legado, encontram-se previstas no Capítulo II, art. 6º da Lei nº 10.705, de 28 de dezembro de 2000, com as alterações da Lei nº 10.992, de 21.12.2001.

Sendo um dos casos de isenção quando o valor do legado não ultrapassar 2.500 UFESPs (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), isto é, R\$ 50.350,00 segundo a tabela UFESP de 2014.

DICAS PARA UM PROGRAMA DE LEGADOS PARA A SUA ORGANIZAÇÃO

- Comunique e divulgue aos apoiadores da possibilidade de legar parte de seus bens à organização.
- Forneça informações técnicas adequadas e assessorie corretamente apoiadores interessados em deixar um legado para a organização.
- Entenda as razões pela qual os apoiadores deixam parte de seus bens para a organização. Trace um perfil desses apoiadores e procure em seu banco de dados indivíduos semelhantes.
- Os mesmos alvos são sistematicamente solicitados, sobretudo os idosos. Diversifique!
- O apoiador individual que confia à “sua” organização verbas ou bens quando da sua morte é certamente um indivíduo sensível que precisa ser abordado de forma adequada e por pessoa apropriada.
- Desenvolva relacionamento com seus apoiadores, abra as portas da organização para eles, faça com que eles se sintam parte da entidade e possam ter a certeza de que o seu legado será bem utilizado.
- A captação de recursos por legados possui a característica de ser a com o maior intervalo entre a intenção e o recebimento do bem ou quantia destinada. Tenha paciência! 🍷

Ressoar Solidário

Ações de voluntariado em diversas áreas por todo o Brasil.



Programa Ressoar

Apresentado por Chris Flores, o Programa Ressoar vai ao ar pela Record News todos os domingos às 19h30, com reprise nos sábados seguintes às 11h30. Por meio de reportagens e entrevistas, abre espaço para o debate sobre o terceiro setor, incluindo temas econômicos, sociais e educacionais.



Projeto Nova Canaã

Educação, esportes e alimentação para 600 crianças de Irecê, no sertão da Bahia.



INSTITUTO RESSOAR



Ressoar nos Bairros

200 mil atendimentos por ano. Diversão e prestação de serviços para quem mais precisa.

Ressoar Multimeios

Curso de capacitação profissional na área audiovisual com 700 alunos inscritos a cada etapa.



É MAIS QUE ESPERANÇA. É REALIZAÇÃO!

Junte-se à nós e seja mais que esperança na vida de muita gente!
Faça parte de nossos projetos.

Vamos tornar a sociedade mais justa e menos desigual.

Fale conosco - ressoar@ressoar.org.br



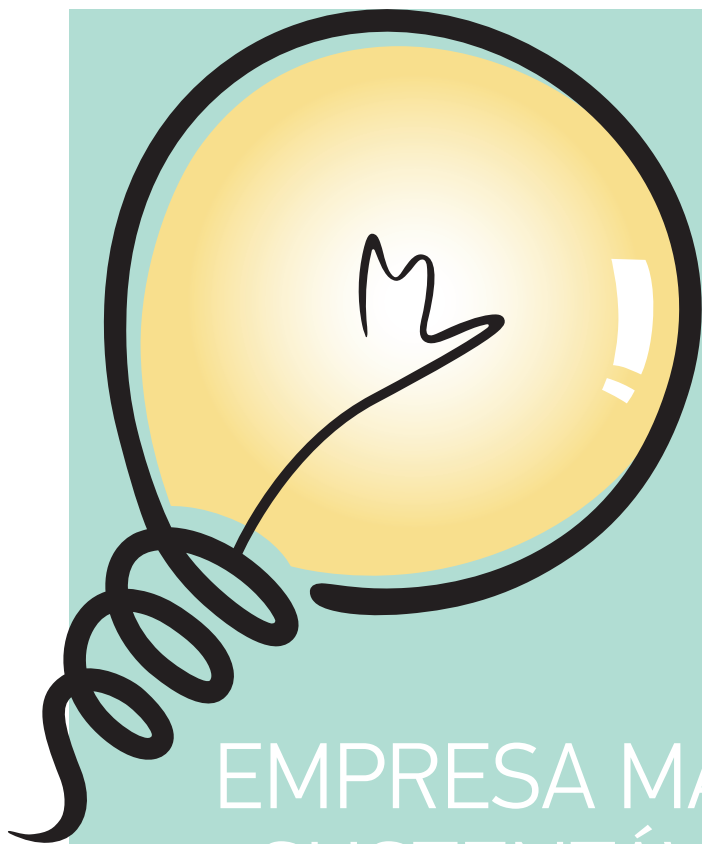
www.ressoar.org.br



facebook.com/institutoressoar



twitter.com/ressoar



EMPRESA MAIS SUSTENTÁVEL

O ano de 2014 engrenou e parece que todos os empreendedores já iniciaram aceleradamente com suas reuniões e articulações. Talvez porque neste ano teremos muito menos dias de trabalho, por conta dos feriados, Copa do Mundo e eleições. Quando percebermos, o final do ano estará próximo.

Para os empreendedores que desejam pensar não somente na sobrevivência imediata do seu negócio, mas também na perenidade, para que um dia, quem sabe, seus filhos possam assumir o seu legado, é importante que planejem os seus passos, não somente pensando financeiramente, mas também nos vetores ambientais e sociais.

Sabemos que no dia a dia temos que ir atrás do faturamento e das vendas, passando pela entrega dos serviços ou dos produtos. Porém, para que a energia da empresa seja renovada, é interessante que haja também o vetor de inovação para a sustentabilidade. Mas afinal, o que é isso?

Inovação, segundo Peter Drucker, um dos gurus da administração, é “a atribuição de novas capacidades aos recursos existentes na empresa para gerar riqueza”. Podemos ir além e aproveitar ou otimizar estes recursos com o foco em sustentabilidade. Não gosto muito

de fórmulas milagrosas, sete passos disso ou nove jeitos daquilo, pois cada empresa é um ser orgânico diferente do outro e, assim, aquele remédio ou processo milagroso pode dar certo em uma empresa e, na outra, não. Vamos considerar os pontos abaixo como dicas para o pontapé inicial de discussão dentro da organização.

Primeiramente olhe no entorno e entenda os impactos da sua empresa. No marketing, chamamos de análise de macroambiente, mas geralmente a empresa só olha para os pontos que a afetam financeiramente. Acredito que isso seja o básico e, se o seu empreendimento nunca olhou para isso, agora é a hora.

Fora isso, é interessante avaliar também os impactos sociais que a sua empresa está realizando nos vizinhos, concorrentes, família dos seus funcionários, na família do empreendedor, impactos em todos aqueles que um dia possam influenciar, processar ou fazer um protesto na frente da sua empresa. Estamos falando de análise e gestão de riscos sociais.

Na questão ambiental o ideal é controlar tudo que entra e tudo que sai da empresa. Isso mesmo, veja quais são os insumos que está utilizando e se eles não podem agredir as pessoas e o meio ambiente. Isso vai desde o material de limpeza, passando pelo insumo do produto final, água, energia, e até a tinta da impressora. É importante também qualificar os resíduos que a sua empresa está emitindo e para onde ele está indo. Controlar o lixo que sai, para onde vai, quem leva, qual o fim dele? Talvez a sua equipe esteja jogando uma parte da sua produção nele e você nem sabe.

Entendendo os impactos, está na hora das melhorias e otimização. E quem sabe transformar este impacto em uma oportunidade de negócio, economia de material, melhoria de processo ou engajamento de funcionários. Assim começamos a inovação.

Mas todo este trabalho não pode ser feito de forma solitária, é necessário engajar outras pessoas para esta jornada. Quem sabe algum funcionário que gosta do assunto, um amigo que está disponível no mercado, uma ONG vizinha ou até fazer um comitê interno voluntário para que as pessoas participem do processo e se sintam fazendo algo diferente do ano passado.

Assim a energia começa a ser canalizada e renovada com um foco no qual as pessoas busquem mais do que somente a segurança financeira. Esta, diga-se de passagem, existe também na empresa concorrente. 🌱

MICROGERAÇÃO DE ENERGIA NO BRASIL

No dia 12 de dezembro de 2012, o Brasil deu um grande passo a frente nos assuntos de energia renovável no país. Neste dia, a Diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou a retificação da Resolução Normativa 482/2012, que estabelece as condições gerais para o acesso de micro e minigeração distribuída aos sistemas de distribuição de energia elétrica e cria o sistema de compensação de energia elétrica. A geração descentralizada permitida através da implantação destes sistemas de microgeração de energia capacita a população a colaborar na produção da mesma, recebendo descontos na conta de luz paga às concessionárias e contribuindo na geração, transmissão e distribuição do sistema elétrico no Brasil. Em países onde o sistema já está implantado, percebeu-se a conscientização da população e redução do consumo de energia. Como consequência, a geração descentralizada também contribui para a redução do impacto ambiental, uma vez que há diminuição da dependência quase total das usinas hidrelétricas como fonte de produção de energia do país.

Mais de um ano depois da aprovação da resolução e implementação da permuta na conta mensal de eletricidade, ainda há dúvidas sobre o quanto a população brasileira está ciente, preparada e disposta a se engajar neste plano de desenvolvimento sustentável do setor elétrico brasileiro. A solidificação deste projeto não representa





A solidificação deste projeto não representa apenas economia para o bolso do consumidor; é também um grande passo dado em direção à consolidação da geração de energia a partir de fontes renováveis no país

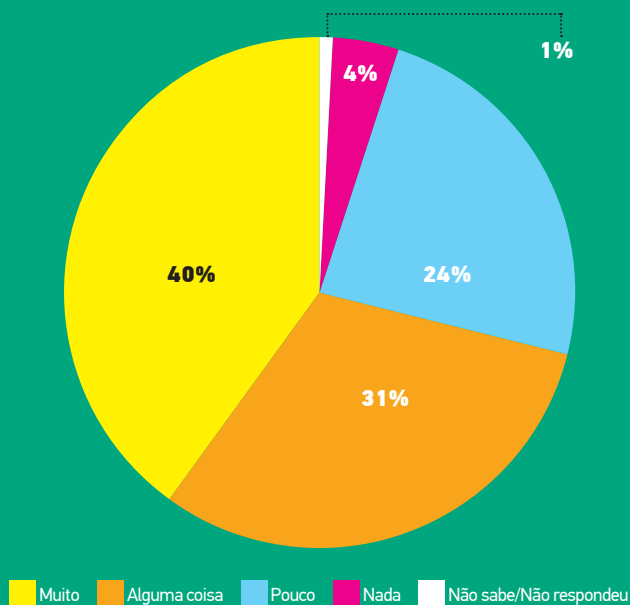
apenas economia para o bolso do consumidor; é também um grande passo dado em direção à consolidação da geração de energia a partir de fontes renováveis no país. Ainda, em longo prazo o sistema poderá introduzir modelos diferenciados de cobrança e pagamento da energia consumida de forma que seja lucrativo para empresas e consumidores. Entretanto, há de fato um interesse por parte dos consumidores em implantar o sistema por seus benefícios tanto econômicos quanto ambientais? Ou estariam os brasileiros descrentes desta vantagem oferecida pelo governo? Afinal, o quanto os brasileiros conhecem e o que pensam sobre a microgeração de energia?

É a partir da Resolução Normativa 482/2012 e destas dúvidas existentes que o Greenpeace, em parceria com Market Analysis, desenvolveu o estudo de microgeração de energia para explorar o conhecimento e as atitudes da população brasileira em relação à energia renovável no país. Foi avaliada a opinião de 806 brasileiros distribuída de forma proporcional pelas nove principais cidades do país – São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Porto Alegre, Curitiba, Brasília e Goiânia – nos meses de agosto a outubro de 2013. Os resultados obtidos espelham como os brasileiros percebem o tema de microgeração de energia e mostra os fatores considerados como condicionantes para a adoção do sistema no domicílio. Por fim, o estudo delinea a disposição financeira dos brasileiros de adaptar efetivamente o sistema e consequentemente em contribuir de forma positiva com o consumo de energia elétrica.

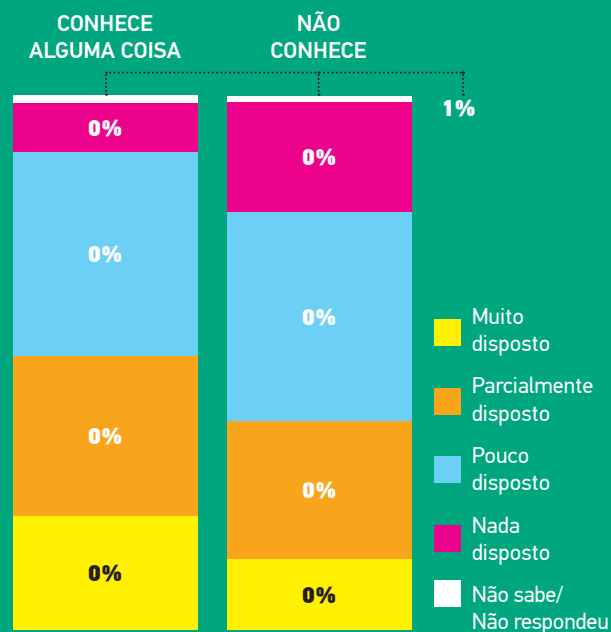
CONHECIMENTO

Após um ano desde a aprovação da proposta de geração descentralizada de energia, o nível de conhecimento da população brasileira diante do assunto deixa a desejar. Os dados obtidos neste estudo revelam que 71% dos consultados desconhecem a proposta oficial feita pela ANEEL. Ainda, a geração distribuída de energia, baseada em fontes

O QUANTO LEU OU OUVIU FALAR SOBRE ESSA PROPOSTA DO GOVERNO DE MICROGERAÇÃO DE ENERGIA?



DISPOSIÇÃO FINANCEIRA EM INSTALAR UM SISTEMA DE MICROGERAÇÃO DE ENERGIA NO DOMICÍLIO POR CONHECIMENTO DA PROPOSTA OFICIAL



renováveis de sistemas combinados, como solar, hidráulica, eólica e biomassa também aparece como novidade para muitos dos consultados. De fato, o baixo nível de conhecimento diante do assunto tem como consequência o fraco engajamento da população. Os dados podem ser considerados alarmantes, uma vez que estar ciente e compreender a proposta é fator condicionante principal para o sucesso efetivo do projeto de implantação de energia sustentável no Brasil. Diante do cenário recente de manifestações contra a construção da nova usina hidrelétrica Belo Monte e o crescente anseio de agir em prol do ambiente, estariam os brasileiros simplesmente desinteressados em se engajar no projeto nacional de energia renovável? Ou há fatores externos comprometendo o envolvimento da população com a proposta?

O conhecimento da proposta oficial e do sistema de microgeração em si não é difundido de forma igual por todas as regiões do Brasil. Brasileiros residentes nas áreas onde há maior investimento em energias renováveis e uso avançado de bioenergia apresentam maior grau de informação sobre o tema. Quase metade dos moradores da região centro-oeste do país já ouviram falar sobre a proposta de microgeração de energia promovida pelo governo. No entanto, apenas 17 processos de instalação foram concluídos na região.

A escassa repercussão do assunto nas principais mídias pode ser um dos fatores que têm resultado em índices baixos de conhecimento e adesão ao sistema. Junto a isso, a fraca comunicação e incentivos pelo governo também é fator fundamental. Após um ano desde a aprovação da proposta oficial, apenas 131 processos foram concluídos em todo Brasil, número bastante pequeno se considerar o imenso potencial de energia renovável do país. Neste período, o jornal Folha de São Paulo publicou apenas cinco artigos direcionados ao tema. Outros veículos de comunicação também revelam poucos registros de publicação sobre o assunto. Claramente, o investimento na comunicação é uma das medidas principais para a propagação da implantação do sistema por todo Brasil.

PERCEPÇÃO E ATITUDES

Apesar do baixo nível de informação, o público demonstra estar interessado em obter mais conhecimento sobre o assunto em questão. Dados indicam que aproximadamente 90% dos brasileiros percebem o assunto como relevante e estão interessados em conhecer melhor esse modelo de geração de energia. Além de provocar curiosidade, o tema recebe grande receptividade de maneira geral, indicando significativa abertura por parte do público

para compreender e se engajar no assunto. A ideia de se responsabilizar pela geração da própria energia resulta em diversas percepções positivas, sendo que a grande maioria percebe o sistema como benéfico para o meio ambiente (90%) e acreditam que a adoção do sistema desperta sensação positiva de pioneirismo (86%). No entanto, brasileiros ainda têm dificuldade em acreditar na proposta e consequentemente questionam o sistema e suas vantagens financeiras. Dúvidas sobre a relação custo-benefício, assim como a complexidade do modelo, aparecem como barreira condicional para a adoção do sistema. Adicionalmente, 68% do público questionado acredita que a implantação deste sistema exigirá grandes mudanças na rotina pessoal.

É baseado nestas desconfiças que a necessidade de incentivar tomada de medidas para informar e motivar o engajamento deste público no projeto de geração descentralizada de energia se torna imprescindível. O investimento na propagação da comunicação direcionada à população geral torna-se essencial para disseminar o conhecimento e desmistificação do assunto. No entanto, seria o aumento da comunicação sobre o assunto a solução primordial para elevar o número de registros de microgeração de energia?

Em conjunto com a falta de conhecimento, há outros fatores que também se apresentam como barreiras para a adesão ao sistema de microgeração de energia. Primeiramente, os estados cobram ICMS sobre a energia produzida, consequentemente resultando no enfraquecimento da intenção de produzir a própria energia. A falta de apoio do governo federal para regulamentar o processo, a burocracia e a desinformação das distribuidoras locais de energia são também empecilhos que retardam a solidificação do projeto no país. Ainda, o alto custo de instalação e peças é preocupante para o bolso do cidadão brasileiro. A maioria das peças do sistema é importada, o que resulta em preços de instalação muito além do que o consumidor tradicional é capaz de pagar. Dados obtidos revelam que pouco mais de oito em cada dez afirmam que adotariam o sistema se houvessem linhas de financiamento disponíveis, mas ainda há poucas opções de financiamentos e linhas de créditos com juros subsidiados atraentes que facilitem o pagamento da compra do sistema. O mercado de geração de energia em casa, assim como a demanda, ainda está muito limitado, o que exalta a necessidade de desenvolver medidas governamentais que alavanque o crescimento do mercado e número de instalações nos próximos anos.

Segundo o estudo, metade dos brasileiros que declaram conhecer a proposta demonstra estar disposta a financiar

De maneira geral, um maior esforço de informação é necessário para que o projeto de implantação de energia renovável ocorra de maneira positiva e o crescimento contínuo a longo prazo. A permuta na conta de eletricidade mensal é fator atrativo para a população geral, mas o alto custo se apresenta como empecilho para a adoção

a instalação. Ainda, a disposição para implantar o sistema aumenta significativamente com garantias de retorno no investimento e formas de pagamento facilitadas. Afirmções como estas servem como diretrizes para iniciativas futuras do governo para alcançar oportunidades e criar condições para a implantação bem sucedida de energia renovável.

O planejamento para alcançar a disseminação efetiva do sistema no Brasil pode ser desenvolvido a partir de exemplos obtidos de países onde projetos de energia renovável já foram implantados. Tanto países desenvolvidos com sistemas avançados de geração de energia, assim como países que estão nos primeiros passos da jornada em direção à implementação do sistema, confirmam a importância do estabelecimento de políticas de desenvolvimento com objetivos, metas e mecanismos de divulgação bem definidos. O relatório de energia produzido pela ONG WWF em 2013¹, por exemplo, reúne experiências de países em diferentes fases de desenvolvimento no tema e conclui que a transparência também é apontada como postura indispensável para conquistar confiança e envolvimento da população no projeto.

De maneira geral, um maior esforço de informação é necessário para que o projeto de implantação de energia renovável ocorra de maneira positiva e o crescimento contínuo a longo prazo. A permuta na conta de eletricidade mensal é fator atrativo para a população geral, mas o alto custo se apresenta como empecilho para a adoção. Se tratadas adequadamente e de forma consistente, estas barreiras atuais podem tornar-se oportunidades para criar condições sólidas para implementação bem sucedida de energia renovável. Agindo paralelamente, governo, empresas e a população geral podem obter baixos custos assim como outros resultados benéficos para o país. De fato, espelhar-se nos exemplos externos funciona como estratégia eficaz, evitando erros já cometidos pelos pioneiros. Um país como o Brasil não pode ignorar a disponibilização abundante de fontes solar, eólica, hidráulica e biomassa. 🌱

¹ WWF 2013, Meeting Renewable Energy Targets: Global lessons from the road to implementation. WWF International, Suíça.



FOTO: COLOURBOX

ESCOLHA O FSC É LANÇADA

Promover o Forest Stewardship Council (FSC) para as empresas nunca foi tão fácil. O projeto *Escolha o FSC* desenvolveu uma ferramenta on-line para apresentar para as indústrias de construção, papel e editorial, varejo e embalagens os benefícios de se utilizar madeira e papel certificados. Com dados setoriais, estudos de caso de empresas líderes, fatos interessantes, infográficos e exemplos concretos de impacto, é uma poderosa ferramenta capaz de demonstrar o valor da certificação. O material está disponível no formato PDF personalizável.

www.benefitsforbusiness.fsc.org

MDS E BANCO MUNDIAL LANÇAM INICIATIVA DE APRENDIZAGEM EM PROGRAMAS SOCIAIS

As experiências e as boas práticas em programas sociais brasileiros serão disseminadas para os demais países a partir da Iniciativa Brasileira de Aprendizagem por um Mundo Sem Pobreza – World Without Poverty (WWP). A plataforma de informações foi lançada em 21 de março, pelo Banco Mundial, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo do PNUD e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O WWP abrange as áreas das políticas de desenvolvimento social e combate à fome – transferência de renda, assistência

social, segurança alimentar e nutricional e inclusão produtiva –, considerando a sinergia com outras políticas sociais, em especial na educação, saúde, trabalho, desenvolvimento agrário e previdência. O projeto faz parte de um esforço global do Banco Mundial para produção de conhecimento sistemático e compartilhamento de experiências bem sucedidas que possam ser replicadas em outros países. Além da experiência brasileira de superação da extrema pobreza, a instituição já assinou acordos semelhantes com a China, para tratar das políticas de transporte urbano, e com a África do Sul, sobre a implementação de políticas educacionais.

worldwithoutpoverty.org



PROGRAMA PARLAMENTO JOVEM BRASILEIRO ESTÁ COM INSCRIÇÕES ABERTAS

Seguem abertas até 23 de maio as inscrições para a 11ª edição do Parlamento Jovem Brasileiro (PJB). O programa simula uma jornada parlamentar em que os jovens estudantes participam de debates e votações como se fossem deputados, conhecendo o trabalho de um parlamentar federal. Para participar, o estudante precisa elaborar um projeto de lei propondo mudanças para melhorar a realidade do país. O tema é livre, mas deve ter impacto nacional. Serão selecionados 78 projetos. O número de representantes jovens por Estado e no Distrito Federal é feita de maneira proporcional, como nas eleições oficiais. O programa é voltado para alunos do ensino médio ou técnico de escolas públicas e privadas, com idade entre 16 a 22 anos. O interessado tem que estar matriculado no 2º ou no 3º ano do ensino médio ou no 2º, 3º ou 4º ano do ensino técnico, na modalidade integrada ao ensino médio.

www.facebook.com/parlamento.jovembrasileiro



AMAZÔNIA SEQUESTRA MAIS CARBONO DO QUE EMITE, AFIRMA NASA

Em um estudo que levou sete anos para ser elaborado, a Administração Nacional da Aeronáutica e do Espaço dos Estados Unidos (Nasa) chegou à conclusão que, considerando apenas critérios naturais, a Floresta Amazônica é mesmo um ecossistema absorvedor de carbono. Apesar de parecer óbvio que uma floresta sequestra carbono ao passo que cresce, pesquisas anteriores questionavam se eventos naturais de mortalidade

das árvores resultariam, no balanço geral, em uma emissão maior do que a absorção de gases do efeito estufa. O estudo desmente esse temor em relação à Amazônia, porém, é importante ressaltar que não foram considerados dados sobre o desmatamento provocado por atividades humanas. O trabalho, publicado no periódico *Nature Communications*, é o primeiro a mensurar o ciclo de carbono em toda a floresta, sendo que para conseguir

isso foi realizada a contabilização da morte de árvores por causas naturais. Ao todo 22 pesquisadores de cinco países trabalharam no estudo, observando a morte de árvores na Amazônia por todas as causas naturais possíveis – de grandes derrubadas causadas por tempestades a simples mortes devido à idade. A Embrapa, o Inpe e o Inpa também contribuíram para a pesquisa.

[j.mp/RF_NaturaNasa](#)

ESTUDO APONTA QUE GRANDE PARTE DOS RESÍDUOS ELETROELETRÔNICOS PODE SER RECUPERADA

O Brasil deve gerar cerca de 1,100 mil toneladas de resíduos de equipamentos eletroeletrônicos pequenos (Reee) em 2014, podendo aumentar para 1,247 mil toneladas no ano seguinte. A previsão faz parte do estudo *Logística Reversa de Equipamentos Eletroeletrônicos – Análise de Viabilidade Técnica e Econômica*, encomendado pela Secretaria de Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (SDP/MDIC) e pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). O levantamento mostra que os 150 maiores municípios brasileiros são responsáveis por dois terços do resíduo eletroeletrônico descartado no Brasil. Também afirma que a maioria dos resíduos pode ser recuperada. O estudo avalia o custo de implantação do sistema e a divisão de responsabilidades entre indústria, comércio, consumidores e governos federal, estadual e municipal e norteará a implantação de política de reciclagem e destinação adequada de resíduos eletroeletrônicos no país. O levantamento considerou equipamentos eletroeletrônicos pequenos, televisões e monitores, DVD/VHS, produtos de áudio, computadores *desktop* e *notebooks*, impressoras, celulares, batedeira, liquidificador, ferro elétrico e furadeira.

[j.mp/RF_residuos](#)

INSCRIÇÕES ABERTAS PARA O VISIONARIS

As inscrições para a sexta edição do Visionaris – Prêmio UBS ao Empreendedor Social vão até 30 de abril. Serão premiadas as melhores ideias de empreendedorismo social ligadas ao tema “Replicando o sucesso, maximizando o impacto social”. O ganhador receberá um certificado e a quantia de US\$ 25 mil (ou o equivalente em moeda nacional), para investir em sua organização. Cada um dos outros três finalistas receberá certificado e US\$ 5 mil (ou equivalente em moeda nacional), para uso relacionado a seu projeto. Mais informações sobre inscrição estão disponíveis no site da iniciativa.

www.ubs.com/brasil



ONG QUATRO PATAS

A **Quatro Patas** é uma entidade de proteção animal sem fins lucrativos fundada em 2004 em Curitiba, no Estado do Paraná. Atua na capital e na Região Metropolitana com o objetivo de castrar gratuitamente animais de estimação de pessoas com renda familiar abaixo de R\$ 1.500,00 e educar a população sobre a necessidade da castração e da posse responsável. Os recursos provenientes das contribuições mensais dos associados e da venda de produtos são destinadas à compra do material cirúrgico utilizado nas castrações de animais e ao pagamento de despesas à subsistência da ONG, das artes gráficas e do despendido na veiculação da campanha educacional de posse responsável.

 quatropatas.org.br




Moletom

Valor: R\$ 60,00

BICHO DE RUA

O **Projeto Bicho de Rua** foi fundado em maio de 2004 por um grupo de amigos que, já trabalhando voluntariamente na causa de proteção, apoio e promoção do bem-estar animal, decidiu unir forças e potencializar essa atividade. O projeto traz quatro objetivos institucionais, que são a adoção sem preconceito de animais sem raça definida, adultos e/ou portadores de necessidades especiais; esterilização como meio de controle da população animal; estímulo à guarda responsável; e programas assistenciais e educacionais para a promoção do bem-estar animal. Além desses objetivos, a ação visa sensibilizar quanto à importância de compartilhar e multiplicar o bem-estar, estendendo-o a todas as criaturas e ao meio ambiente.

 www.bichoderua.org.br

 projetobicho.webstorelw.com.br



Toalha de mão

Valor: R\$ 26,00



Camiseta
Valor: R\$ 28,00

ASSOCIAÇÃO AMIGOS DOS ANIMAIS

A Associação Amigos dos Animais (Soama) ampara animais abandonados em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, e é formada por voluntários que cuidam de mais de 1.800 animais que aguardam adoção. Ela também promove campanhas de castração, vacinação e conscientização dos cidadãos sobre os maus-tratos dos animais. Quem quiser colaborar com a causa, pode comprar os produtos online, se inscrever como voluntário, adotar um animal, fazer doações e denunciar os maus-tratos aos animais.

www.soama.org.br



Cobertor
Valor: R\$ 39,90

ONG ARCA BRASIL

A Arca Brasil – Associação Humanitária de Proteção e Bem-Estar Animal é uma entidade não governamental sem fins lucrativos, independente e apolítica, inauguraram uma nova era de esperança e respeito aos direitos dos animais no país. Seu programa Controle Ético das Populações de Cães e Gatos é modelo nacional, reconhecido pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e modelo para todo o país, salvando centenas de milhares de vidas anualmente.

www.arcabrasil.org.br



◀ FELIPE MELLO é radialista, palestrante e diretor da ONG Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos. felipe@cantocidadao.org.br

MINHA HERANÇA

Ontem dia fui convidado a fazer um breve discurso na formatura de jovens de um projeto social. Inspirado por tantos oradores vivos e já idos, empolguei-me e formulei um conjunto de dicas existenciais. Compartilho aqui algumas delas. Ao discurso dei o título de “Minha herança”, explicando que essas seriam as palavras que dirigiria à minha filha caso eu estivesse partindo. Do púlpito, olhei firme para as centenas de jovens presentes e comecei.

SEJA HUMILDE, MAS NÃO ‘TROUXA’

Quanto mais você sabe sobre algo, mais você deve compartilhar. Isso pode ser chamado de generosidade mental. Não tenha medo de oferecer seus ingredientes secretos. Tenha medo, sim, de se tornar arrogante e de se achar superior. Quando você compartilha o que sabe, até mesmo os invejosos o olharão de outra forma. Podem ainda tentar te derrubar, mas a gratidão daqueles tantos que você ajuda pode te proteger das maldades de outros tantos que não vão se conformar com o seu sucesso.

TENHA A DIGNIDADE DE SAIR QUANDO PERCEBER QUE NÃO VÊ MAIS SENTIDO NO QUE FAZ

Existem muitas formas de garantir a sua sobrevivência e daqueles que dependem de você. Não seja traidor de você mesmo e nem daqueles que depositam confiança em você. Num trabalho, quando perceber que não tem mais tesão pelo que faz, monte um plano de transição. A pior prisão do ser humano é se perceber preso em liberdade,

escravo de um salário que custa a sua saúde física, emocional e até espiritual. Enquanto você estiver em um trabalho, tenha a honestidade de entregar o seu melhor.

NUNCA RECLAME SEM TER UMA PROPOSTA PARA MELHORAR AQUILO SOBRE O QUE VOCÊ RECLAMA

Uma das coisas mais chatas é uma pessoa que reclama de tudo, não propõe nada e põe defeito na proposta dos outros. Isso normalmente é fruto da inveja e preguiça mental. Se você for um reclamão que nunca propõe melhorias, correrá um sério risco de pegar birra de você mesmo. Poderá criar uma espécie de ‘nhaca’ existencial, que aos poucos vai consumindo a sua energia e te fazendo perder a admiração por você mesmo. Você pode até enganar os outros, mas no fundo sabe que está se tornando uma farsa, que reclama do mundo mas não tem coragem de olhar para dentro e ver como fazer melhor.

NÃO FALE MAL DOS OUTROS PELAS COSTAS

Se você não tem a coragem de olhar nos olhos de alguém e dizer o que te incomoda nessa pessoa, não faça isso pelas costas. É uma das formas mais perversas de covardia, prova de que você não é confiável. Se você tem algo a dizer a alguém, diga a ela. É o que dizem: amigos falam para você, inimigos falam de você. As pessoas podem não gostar do que você tem a dizer, mas talvez, se você disser de forma respeitosa, exercitando a capacidade de criticar sem ofender, mostrando fatos e não achismos, aumenta-se a chance de as pessoas respeitarem o seu ponto de vista.

AME MUITO E GOSTOSAMENTE

Troque muitos carinhos. Olhe nos olhos. Abrace. Crie intimidade verdadeira com alguém. Qualquer um pode beijar 15 pessoas em uma micareta. Mas criar uma verdadeira intimidade não é tão simples assim. Isso requer dedicação, respeito, lealdade. Quando não quiser construir isso com alguém, ao menos seja sincero. Diga que você não quer compromisso. Tudo bem. É justo. Cada coisa no seu tempo. Mas seja

honesto. Encontrar um parceiro ou parceira para a jornada (pelo tempo que durar) é uma das formas mais incríveis de encontrar sentido na vida.

SEJA GENTIL, BEM HUMORADO E GRATO

É simples. Se você não gosta de grosseria e gente mal humorada, as outras pessoas também não gostam de grosseria e mau humor. A gentileza e o bom humor constroem pontes para o coração das pessoas, em especial das mais interessantes. Essas práticas são como músculos, que só tem quem pratica diariamente. Se as pessoas gostam de ter você por perto, sua vida será repleta de portas abertas e ombros amigos nos momentos turbulentos. Se você for grosso e mau humorado, prepare-se para uma vida de relações falsas e profunda solidão.

NUNCA PARE DE PROCURAR OS SENTIDOS DE SUA EXISTÊNCIA

Seja um eterno curioso. Vasculhe sempre no profundo da sua alma o que você quer fazer da sua vida. Não existe idade para começar ou parar de fazer isso. Estamos aqui para aprender. E para aprender precisamos assumir que somos aprendizes, que não nascemos e não estamos prontos. O que alimenta a sua alma e te faz acordar com vontade de ir para vida é a curiosidade pelos próximos capítulos. “Voe e cante. Quem sabe as canções adormeçam as feras que esperam devorar o pássaro. Voe e cante, enquanto resistirem as asas” (trecho de uma poesia de Menotti Del Picchia).

Ao final das minhas palavras, muitos aplausos. Senti-me uma espécie de guru pós-moderno. Enquanto cruzava o corredor que separava as inúmeras fileiras de cadeiras, mirei muitos olhares. Recebi deles duas mensagens principais: nuances diversas de agradecimento e, especial e intensamente, pedidos de coerência. Falar e não fazer, esporte mais popular que futebol.

Naquela tarde, herdei um pouco mais de vontade de praticar o que acredito, tanto por bom senso quanto por crença. Afinal, legado se faz com atitudes e não com discursos. 🙏

Treinamentos em Gestão Social



São Paulo-SP
8 de maio
**Monitoramento de Indicadores
e Avaliação de Impacto Social**

Carol Zanoti

São Paulo-SP
13 de maio
**Legislação e tributação
dos recursos captados**

Danilo Tiisel

São Paulo-SP
14 de maio
**Planejamento e Gestão
de Institutos e Fundações**

Livio Giosa

São Paulo-SP
15 de maio
**Voluntariado: como atrair,
fidelizar e organizar**

Silvia Naccache

São Paulo-SP
16 de maio
**Prestação de Contas
no Terceiro Setor**

José Alberto Tozzi

São Paulo-SP
20 de maio
**Recrutamento e Seleção
de Recursos Humanos**

Rebeca Toyama

São Paulo-SP
22 de maio
**Gestão e formação de
Conselhos Tutelares**

Carol Zanoti

São Paulo-SP
23 de maio
**Estudo e elaboração de Relatório
de Impacto Ambiental – EIA/RIMA**

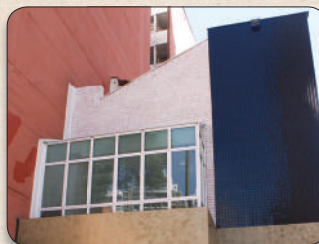
Vitor Bruno

São Paulo-SP
26 de maio
**Ser Sustentável com
+ ATITUDE**

Marcio Zeppelini

São Paulo-SP
28 de maio
**Elaboração de Projetos Sociais
para Editais**

Michel Freller



Venha conhecer a estrutura da Diálogo Social!

Apoio:

REVISTA
FILANTROPIA

Inscrições e informações

www.dialogosocial.com.br

(11) 2978-6686

dialogo@dialogosocial.com.br

diálogo
social



Acesse o site pelo
seu smartphone

Mais de
550.000
Usuários atendidos
direta e indiretamente



20
Estados
+ DF

Mais de
100
Formações
realizadas

Mais de
1.500
Entidades
Socioassistenciais
Assessoradas

Mais de
4.300
Profissionais da
Política de Assistência
Social capacitados

A PAULUS participa da
implantação do Sistema Único
de Assistência Social - SUAS,
por meio do Assessoramento
técnico às entidades
socioassistenciais de todo o
Brasil.

 **Núcleo**
PAULUS DE FORMAÇÃO,
PESQUISA E DISSEMINAÇÃO SOCIAL

